



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – ICH
Departamento de Geografia – GEA
Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica – CIGA
Projeto Geografia Afrobrasileira: Educação, Cartografia & Ordenamento do Território

LARA FERREIRA NUNES

**O USO DO GEOPROCESSAMENTO PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL
DO ECOTURISMO NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS KALUNGA NO
MUNICÍPIO DE CAVALCANTE/GO**

Brasília/DF

2023

LARA FERREIRA NUNES

**O USO DO GEOPROCESSAMENTO PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL
DO ECOTURISMO NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS KALUNGA NO
MUNICÍPIO DE CAVALCANTE/GO**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos – Presidente
UnB/UFBA

Prof.^a Dr.^a Roberta Porfírio – Membro externo

Prof. Dr. Rodrigo Vilela – Membro interno
UnB

AGRADECIMENTOS

O caminho para se alcançar um grande sonho, muitas vezes, é arduo, desafiador e é comum se questionar se realmente iremos conseguir, ou se é melhor desistir e aceitar que tal sonho não é para você. No entanto, é durante a caminhada, com os altos e baixos – muitos baixos que chegam a ser abaixo do fundo do poço –, que conseguimos e aprendemos a evoluir a ponto de estarmos aptos a desfrutar as alegrias dessa grande realização.

Não foi diferente comigo. Neste ciclo, que se encerra agora, durante todo o percurso, aprendi infinitas coisas, que me fizeram ser a mulher que eu sou hoje, dentre elas, aprendi – e para sempre vou levar comigo – duas coisas muito importantes: primeiro, não importa o quão ruim e devastadora uma situação seja, sempre há possibilidade de piorar, por isso é essencial manter a calma; e segundo, não importa o quão ruim e devastadora seja uma situação, sempre haverá motivos para ser grato! Nesta jornada, pude contar com várias pessoas incríveis, algumas ainda hoje fazem parte da minha vida, outras não, mas em nada altera meu sentimento de gratidão.

Sou grata ao professor Dr. Rafael Sanzio, por ser minha inspiração antes mesmo de eu ingressar no curso de Geografia, por ter aceitado me orientar neste trabalho – isso é muito simbólico para mim –, por todas as conversas, conselhos, toda sabedoria que me foi passada, toda paciência e gentileza, serei eternamente grata e tenho muito orgulho em dizer que tive o prazer de ser orientada por ele. E a todos os outros professores que me ensinaram tanto, obrigada!

Ao meu eterno namorado, Hamom Paiva, que viverá para sempre em meu coração, pois sempre me incentivou, celebrou junto comigo quando eu entrei para a Geografia e todas as outras conquistas, me apoiou, me ajudou e esteve ao meu lado, me amando do jeito que sou, até o último dia. Foi a pessoa mais incrível que eu já conheci, sou muito grata por ter tido a oportunidade de tê-lo em minha vida, mesmo que por pouco tempo.

A toda minha família, que sempre me incentivou a estudar e a seguir meus sonhos, por sempre me apoiar, me ajudar, me amar e ser minha base.

A todos meus amigos e amigas, colegas de trabalho e de curso, pessoas que contribuíram nesta jornada, desde grandes ensinamentos e lições para a vida, até momentos de descontração,

risos, brincadeiras e muita fofocas. Todos estão em meu coração e muito obrigada por tudo, sem vocês, teria sido tudo bem mais difícil.

Agradeço a todos que me ajudaram na realização desta pesquisa, a cada pequeno gesto, que em momentos de desespero profundo significa muito, estão todos em meu coração e sempre serei grata por isso, especialmente, a todos que aceitaram conversar comigo, os moradores, os guias, todas as lideranças e toda a comunidade Kalunga, agradeço a incrível recepção, todas as trocas, os desabafos, por terem me ajudado tanto e me ensinado tanto, foi transformadora para mim toda essa experiência.

Por último, sou grata a mim, por sempre ter seguido em frente, por não desistir, estar sempre aberta para errar e aprender com meus erros, evoluir tanto, tentar dar sempre o meu melhor, acreditar nos meus sonhos, lutar por eles, crer que é só o começo, que há muito pela frente, e não importa o que aconteça, acreditar que é possível e que eu sou capaz.

RESUMO

O território quilombola Kalunga é o maior quilombo do Brasil e um símbolo de resistência dos povos negros no país. Devido ao expressivo aumento de turistas na comunidade, planejamento territorial para o ecoturismo, com o auxílio das ferramentas que compõem o geoprocessamento é um meio importante para a preservação desse patrimônio cultural e ambiental. O recorte espacial para a área de estudo foi o território Kalunga dentro do município de Cavalcante/GO. Para compreender e analisar a área de estudo, foi elaborado um mapeamento, utilizando dados geoespaciais secundários, um levantamento bibliográfico sobre a temática e entrevistas com a comunidade local. O estudo identificou que, em geral, a comunidade tem interesse em ampliar o ecoturismo, mas também em consolidar um turismo histórico e cultural. O mapeamento e a análise da pesquisa demonstraram que ambos os interesses têm grande potencial dentro do território Kalunga; ademais, o geoprocessamento não só pode contribuir, com já está sendo utilizado pela própria comunidade para essa finalidade.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola Kalunga; Ecoturismo; Geoprocessamento; Planejamento territorial.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Territórios Quilombolas no Brasil	19
Figura 2 - A dinâmica da diáspora africana para o Brasil e as fronteiras atuais	21
Figura 3 - As principais zonas e sítios de quilombos e movimentos sociais das populações africanas e seus descendentes no território brasileiro – séculos XVI-XIX	23
Figura 4 - Distribuição dos territórios quilombolas no Brasil	24
Figura 5 - Território Quilombola Kalunga	27
Figura 6 – Organograma dos procedimentos metodológicos adotados.....	30
Figura 7 – Localidades tradicionais de matriz africana do Sítio Histórico do Território Quilombola Kalunga – Goiás	36
Figura 8 – Componentes do geoprocessamento	40
Figura 9 – Principais componentes do geoprocessamento utilizados.....	41
Figura 10. Área de Estudo	46
Figura 11 – Cachoeira Santa Bárbara	75
Figura 12 – Cachoeira Candaru	76
Figura 13 – Cachoeira Capivara	77
Figura 14 – Cachoeira Guardiã.....	78
Figura 15 – Complexo do Prata: Cachoeira Rainha do Prata	79
Figura 16 – Complexo do Prata: Cachoeira Rei do Prata.....	80
Figura 17 – Estrada de acesso à Cachoeira Candaru	81
Figura 18. Cachoeira Santa Bárbara, Comunidade Kalunga do Engenho II.	86
Figura 19 – Entrada principal de Cavalcante/GO.....	101
Figura 20 – Fachada de entrada ao CAT	102
Figura 21 – Entrada do CAT	102
Figura 22 – Mapa das cachoeiras da Chapada dos Veadeiros.....	103
Figura 23. Cachoeira Candaru, Comunidade Kalunga do Engenho II	114

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Território Quilombola Kalunga.....	33
Mapa 2 – Área de Estudo – Território Kalunga em Cavalcante/GO.....	49
Mapa 3 – Mapa de Localização da Área de Estudo	50
Mapa 4 – Mapa Climático da Área de Estudo.....	53
Mapa 5 – Mapa da Pluviosidade Média Anual.....	54
Mapa 6 – Mapa de Hidrografia da Área de Estudo	56
Mapa 7 – Mapa da Cobertura Vegetal.....	59
Mapa 8 – Mapa de Geologia e Recursos Minerais	61
Mapa 9 – Mapa Geomorfológico.....	64
Mapa 10 – Mapa Pedológico	67
Mapa 11 – Mapa de Declividade.....	70
Mapa 12 – Mapa dos Atrativos Turísticos Identificados.....	74
Mapa 13 – Malha Viária e Atrativos Turísticos	82
Mapa 14 – Pontos para Hospedagem	84
Mapa 15 – Pontos para Alimentação.....	85
Mapa 16 – Uso e Cobertura da terra no ano de 1985	90
Mapa 17 – Uso e Cobertura da terra no ano de 1990	92
Mapa 18 – Uso e Cobertura da terra no ano de 2000	94
Mapa 19 – Uso e Cobertura da terra no ano de 2010	96
Mapa 20 – Uso e Cobertura da terra no ano de 2021	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Área das classes de cobertura vegetal.....	58
Tabela 2 – Relação dos atrativos mapeados e suas coordenadas	73
Tabela 3 – Área total, em hectares, das classes identificadas no período de 1985 até 2021	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Linha do tempo de luta do Quilombo Kalunga	34
---	----

LISTA DE ABREVIACÕES

AGETUR	Agência de Turismo
ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
APT	Associação Povo da Terra
AQK	Associação do Quilombo Kalunga
AQKE	Associação Kalunga Comunitária Engenho II
CAT	Centro de Atendimento ao Turista
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EMBRATUR	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
FBDS	Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável
GNSS	Sistema Global de Navegação por Satélite
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAGO	Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MEC	Ministério da Educação
OSM	<i>Open Street Map</i>
PBQ	Programa Brasil Quilombola
RTC	Relatório Técnico Científico
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SHPCK	Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga
SIEG	Sistema Estadual de Geoinformação
SIG	Sistema de Informações Geográficas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO BRASIL – BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	19
1.1 Síntese da Origem dos Quilombos no Brasil	20
CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
2.1 Procedimentos Metodológicos	28
2.2 Historiografia do Povo Kalunga	30
2.3 O Geoprocessamento	39
2.4 O Ecoturismo	43
2.5 Planejamento Territorial	45
CAPÍTULO 3 – ÁREA DE ESTUDO – TERRITÓRIO KALUNGA NO MUNICÍPIO DE CAVALCANTE	46
3.1 Breve Contextualização do Histórico de Turismo na Área de Estudo	47
3.2 Caracterização dos Aspectos Físico-naturais do Território Kalunga no Município de Cavalcante/GO	48
3.2.1 Área de estudo	48
3.2.2 Clima	50
3.2.3 Hidrografia e nascentes	55
3.2.4 Cobertura vegetal	57
3.2.5 Geologia	60
3.2.6 Geomorfologia	62
3.2.7 Pedologia	65
3.2.8 Declividade	68
3.3 Espacialização dos Atrativos, Acessos e Serviços Turísticos	71
3.3.1 Atrativos turísticos	72
3.3.2 Acessos e serviços turísticos	81

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DO ECOTURISMO NO TERRITÓRIO KALUNGA EM CAVALCANTE/GO	86
4.1 Análise de Séries Temporais Derivadas de Imagens de Sensoriamento Remoto	87
4.2 Panorama Geral do Ecoturismo Praticado Atualmente	99
4.2.1 A falta de informações sobre os atrativos turísticos	100
4.2.2 Parasitas dentro do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga	104
4.2.3 Tipos de turismo praticados	107
4.2.4 “Antes de ser uma reserva ambiental, é uma reserva cultural”	108
4.2.5 Turismo, infraestrutura e planejamento	110
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	114
5.1 Conclusões.....	115
5.2 Recomendações.....	117
REFERÊNCIAS	120

INTRODUÇÃO

A temática central desta pesquisa aborda como o geoprocessamento pode auxiliar no planejamento territorial voltado para o ecoturismo dentro do território da comunidade tradicional quilombola Kalunga, no município de Cavalcante/GO. No entanto, primeiramente, é fundamental entender o contexto em que as comunidades tradicionais quilombolas surgiram e se mantêm.

Durante séculos, o tráfico demográfico forçado por europeus foi feito de forma tão massiva e cruel que até hoje não sabemos o número exato de africanos que foram obrigados a sair de seu território para serem escravizados nas novas terras descobertas, as Américas, tornando-se, esta, uma das atividades mais rentáveis e benéficas para os europeus em detrimento do povo negro¹. No Brasil, o sistema escravista operou de forma específica em comparação com outros países americanos e é importante lembrar que foi o país que mais importou africanos para serem escravizados².

O colonialismo e o imperialismo permanecem enraizados na dinâmica geográfica do Brasil, bem como nas estruturas de resistência a esse sistema; os quilombos, que eram uma ameaça na época da escravidão, hoje são preteridos pela sociedade e pelo Estado brasileiro³.

Em resumo, comunidades quilombolas contemporâneas são grupos étnicos, predominantemente composto por afrobrasileiros que se autodefinem a partir das suas ancestralidades, tradições e práticas culturais, além da relação singular com a terra e o território. De acordo com o art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003,

consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

¹ ANJOS, R. S. A. **A TERRITORIALIDADE DOS QUILOMBOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UMA APROXIMAÇÃO**. Brasília: Ipea, 2013, p.141.

² ANJOS, R. S. A. **RELATÓRIO TÉCNICO: AÇÃO KALUNGA - LAUDO DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL**. Periódico Eletrônica: Geobaobás, v.1, n.2 (2017), p. 16.

³ ANJOS, R. S. A. **A TERRITORIALIDADE DOS QUILOMBOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UMA APROXIMAÇÃO**. Brasília: Ipea, 2013, p. 142.

“O nome de Kalunga ou Calunga, que na língua banto – uma das diversas línguas africanas que eram faladas pelos negros trazidos na diáspora, principalmente de Angola, Congo e Moçambique – significa lugar sagrado e de proteção”⁴. O Quilombo Kalunga é uma comunidade reconhecida e considerado pelo Estado brasileiro o maior quilombo do país. Possui uma extensão aproximada de 262.000 hectares e está localizado na região nordeste do estado de Goiás, abrangendo os municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás. Há também o quilombo Kalunga do Mimoso, situado no Tocantins, na divisa com o estado de Goiás, que abrange parte dos municípios de Arraias e Paranã.

Segundo Santos (2019, p. 19), “o Sítio Histórico Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCCK) foi tombado em 1991 pelo decreto Estadual de número 11.409, de 21 de janeiro, pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Antes disso, sobretudo até o ano de 1980, o meio acadêmico desconhecia sua existência”. Mari de Nasaré Baiocchi foi a primeira pesquisadora a fazer um estudo, bastante aprofundado e *in loco*, sobre o povo Kalunga. A partir da década de 1990, várias pesquisas se desenvolveram a fim de entender e divulgar mais sobre a história e cultura Kalunga, suas tradições, modo de viver, em diversas áreas do conhecimento como a sociologia, história, geografia, dentre outras.

O reconhecimento oficial pelo Estado brasileiro das comunidades tradicionais quilombolas e seus direitos ocorreu tardiamente, na chamada “Constituição Cidadã”, em 1988. De acordo com ela, em seu art. 68, referente ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, “[...] aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”. No entanto, apenas em 2004, foi publicada a primeira política pública em prol dos quilombolas.

O Programa Brasil Quilombola (PBQ) foi lançado no intuito de ser uma política pública destinada às comunidades quilombolas do Brasil e consolidar o marco da política de Estado para as áreas quilombolas estabelecidos na Constituição Federal de 1988, com quatro eixos principais: acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; desenvolvimento local e inclusão produtiva; e direitos e cidadania. O PBQ foi base para a chamada “Agenda Social Quilombola”.

⁴ ESTUDO DE CASO – Comunidade Quilombo Kalunga. Disponível em <https://porlatierra.org/casos/67>. Acesso em: 05 dez. 2022.

De acordo com Rodrigues (2010, p. 15) “no Brasil, o Programa Brasil Quilombola enquadra-se como uma política que, nos seus eixos de atuação, principalmente a regularização fundiária, expõe toda a complexidade da articulação entre novos sujeitos de direitos, o poder público e movimento social.”

Com isso, a criação e implementação dessa política pública foi uma conquista de notoriedade para os povos quilombolas que lutam para serem reconhecidos e saírem da invisibilidade e exclusão da sociedade, uma vez que passam a existir ações práticas para garantir as titulações de suas respectivas terras que são ocupadas há muitos anos por eles mesmos, mas, além disso, o acesso a serviços de infraestrutura, que é de grande importância e necessidade, principalmente para os povos que residem nas zonas rurais, que são mais isoladas.

No território Kalunga, a agricultura e o ecoturismo são as principais fontes de renda das famílias. Dentro da comunidade, o turismo vem se tornando a principal atividade econômica. A ampliação do ecoturismo no território Kalunga feita pelos Kalungas tem grande potencial devido a diversos fatores, pela abundância em belas paisagens e atrativos naturais, pela sabedoria da dinâmica da natureza local, seus ciclos e temporadas, o funcionamento do ecossistema etc., de forma que sua interação com o meio ambiente é harmônica e equilibrada, o que faz com que as belezas e atrativos naturais sejam preservados, ou seja, é a utilização do patrimônio natural e cultural de forma sustentável e respeitosa com o equilíbrio do meio ambiente, que, além de preservar, incentiva a conscientização da importância da preservação.

Para não ocorrer o esgotamento dos recursos naturais de uma região e preservar o patrimônio cultural, é fundamental que haja um planejamento e um manejo adequado do uso da terra. Caso contrário, as características intrínsecas que fez determinado local ter interesse e potencial turístico vão se diluindo e pode ocorrer o encerramento das atividades turísticas. Isso se dá quando o objetivo é apenas obter um lucro fácil e rápido, sem levar em consideração as consequências. No entanto, é possível – e existem vários estudos de caso que comprovam isso – que, ao se estabelecer um desenvolvimento sustentável e harmônico com a natureza, a cultura e a dinâmica social, com planejamento territorial e monitoramento ambiental, faça com que as atividades turísticas perdurem a longo prazo, o que é benéfico para população local⁵.

⁵ BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Conteúdo Fundamental – Turismo e Sustentabilidade**. Brasília, 2007, pp. 20-23.

A Geografia é a ciência do território, e o território é o melhor instrumento de observação do que está acontecendo no espaço geográfico. Ela expõe a diversidade regional, as desigualdades espaciais, as potencialidades da natureza e a heterogeneidade da população. Essa é a área do conhecimento que tem o compromisso de tornar os lugares e suas dinâmicas mais compreensíveis, de dar explicações para as transformações territoriais e de apontar soluções para as incongruências e incompatibilidades espaciais. (ANJOS, 2013, p. 11)

Geoprocessamento é uma área do conhecimento que começou a ser desenvolvida e propagada por volta do século XX, por volta da década de 1950. Ela utiliza técnicas matemáticas e computacionais para manipular, transformar e gerar informações geográficas, o que a caracteriza como uma ferramenta que auxilia nas análises e tomadas de decisões de forma mais eficaz, assertiva e com otimização do tempo gasto⁶.

A Associação Quilombo Kalunga (AQK) é uma organização sem fins lucrativos do povo Kalunga, está à frente de vários projetos dentro da comunidade, dentre eles o projeto de georreferenciamento de dados físicos, socioeconômico e turístico do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK). Segundo a AQK, com o georreferenciamento, foi possível identificar ao todo 69 atrativos turísticos dentro do território Kalunga, assim como toda a malha viária de acesso foi também caracterizada e mapeada⁷.

Quilombo Kalunga é um símbolo de resistência dos afrobrasileiros no Brasil. Para continuar existindo, são necessários muitos esforços, advindo dentro e fora da comunidade quilombola, e torna-se essencial que a população brasileira não quilombola aprenda e se conscientize da importância de se manter os quilombos vivos e preservados, pois com isso estamos não apenas preservando o patrimônio cultural, mas também a natureza tão rica que está dentro dos territórios quilombolas. A importância de se ter o território Kalunga demarcado e mapeado se faz ao ser mais um componente para a argumentação contra a desapropriação de terras de comunidade tradicionais, logo, ao ter cada vez mais documentos cartográficos e elementos georreferenciados, facilita-se o monitoramento das terras e a identificação de quando elas são invadidas, desmatadas etc.

⁶ CAMPOS, Marcelo Tavares de Souza. **Utilização de técnicas do geoprocessamento na gestão pública municipal de Itapema-SC, identificando zonas especiais de interesse turístico**. Florianópolis, SC, 2010, p. 35.

⁷ Disponível em: <https://quilombokalunga.org/press/projetos/geoprocessamento-cepf/>. Acesso em: 2 dez. 2022.

A proposta de implementar um ecoturismo com o auxílio das ferramentas que compõem o geoprocessamento vem da ideia de preservar esse patrimônio cultural e ambiental, e ao mesmo tempo de trazer ao conhecimento da população que, eventualmente, por desconhecimento, não sabe da importância de se preservar. Evidentemente, com mais pessoas compreendendo essa necessidade, também aumentam as chances de se manterem resguardados os direitos dos povo Kalunga, seus saberes, sua cultura, as suas tradições e o seu território.

O presente estudo tem como objetivo geral demonstrar como o uso das ferramentas que compõem o geoprocessamento pode contribuir para o planejamento territorial do ecoturismo no território do Quilombo Kalunga dentro do município de Cavalcante/GO.

Os objetivos específicos são:

1. Mapear os pontos turísticos já acessados pelo público e também os que têm potencial a serem pontos turísticos visitados, tal como mapear conjuntamente outros aspectos que contribuem para o planejamento territorial voltado para o ecoturismo, por exemplo, a riqueza hidrográfica da região, cobertura vegetal, infraestrutura, a evolução do uso e cobertura da terra, entre outros; e
2. Analisar a relação do povo Kalunga com o ecoturismo e como o turismo pode ajudar economicamente a comunidade e ao mesmo tempo, se feito de forma sustentável, conscientizar os visitantes da importância da preservação do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga.

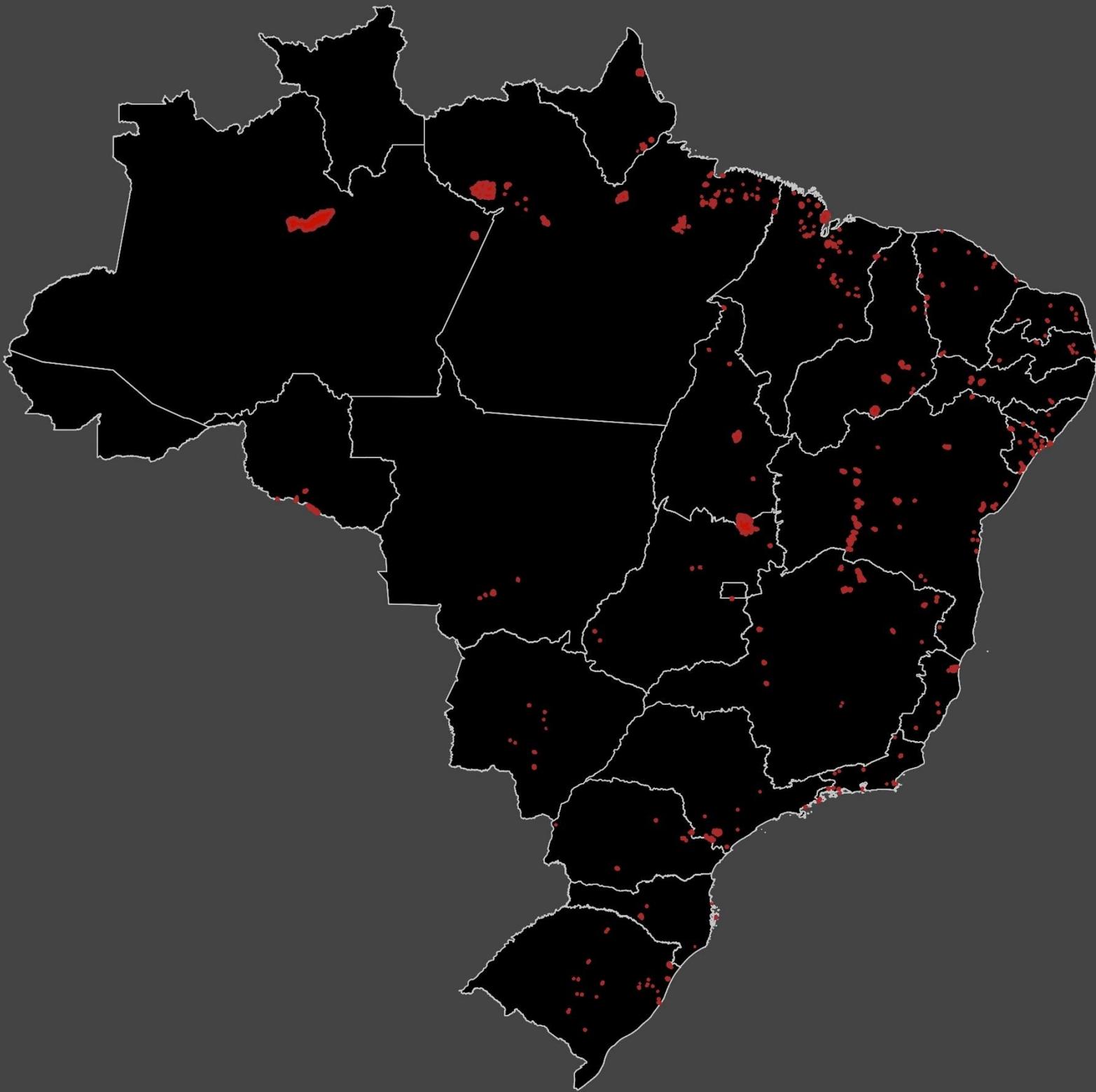
O ecoturismo é uma fonte de renda para o povo Kalunga e ao mesmo tempo os visitantes podem ter mais consciência ambiental e cultural ao visitarem e se relacionarem com a comunidade local. O geoprocessamento é uma ferramenta que pode contribuir com o planejamento do ecoturismo da comunidade Kalunga de Cavalcante/GO.

Para a verificação dessa hipótese, será desenvolvido primeiramente um levantamento bibliográfico sobre os Kalungas, o ecoturismo e o geoprocessamento. Logo em seguida, o levantamento de informações georreferenciáveis sobre os atrativos turísticos da área de estudo que abrange o território Kalunga dentro do município de Cavalcante/GO, a infraestrutura que existe para o ecoturismo ser realizado, por exemplo, os acessos para os atrativos, acomodações para os turistas ficarem e locais para alimentação. Depois, uma análise das informações obtidas,

verificando o que pode ser melhorado e implementado, visando ao aperfeiçoamento dos serviços ligados ao ecoturismo, além de, em contato com os Kalungas, saber quais são suas perspectivas e anseios para o ecoturismo em seu território. Pretende-se com esta pesquisa contribuir e aprofundar o conhecimento sobre essa temática, produzir um panorama geral da situação atual do ecoturismo na área de estudo e propor ações e soluções práticas para serem executadas no intuito de melhorar o ecoturismo, preservando o bem-estar e a cultura da comunidade Kalunga.

Esta monografia divide-se em cinco capítulos, além da introdução e das referências. O Capítulo 1 retrata como surgiram os territórios tradicionais quilombolas no Brasil, a fim de explicar sobre o contexto histórico que os fez existirem, suas características, a sua distribuição territorial no Brasil, demonstrando que conseguiram sobreviver e resistir, mantendo sua cultura e tradições, mesmo em um país extremamente racista e preconceituoso. O Capítulo 2 consiste em apresentar a fundamentação teórica dos quatro temas centrais da pesquisa: o povo Kalunga, o geoprocessamento, o ecoturismo e o planejamento territorial, além dos procedimentos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa. A partir do Capítulo 3, é definido e apresentado o recorte espacial da área de estudo (território Kalunga no município de Cavalcante/GO), com a contextualização do histórico do turismo e a caracterização dos aspectos físicos-naturais, objetivando conhecer a realidade local e buscar subsídios para o desenvolvimento da pesquisa com a utilização do geoprocessamento.

No Capítulo 4 é feita a análise do ecoturismo no território Kalunga em Cavalcante, com base nos dados obtidos através de entrevistas com os guias locais, lideranças Kalungas e com a Secretaria de turismo de Cavalcante e o Centro de Atendimento ao Turista (CAT) do município, apresentando um panorama geral do ecoturismo praticado atualmente. Por fim, no Capítulo 5, são feitas as conclusões e recomendações, a partir dos resultados obtidos, propondo soluções e ações práticas para o aperfeiçoamento do ecoturismo, preservando as características naturais, ambientais e culturais do território Kalunga. Além disso, também são ressaltadas as limitações desta pesquisa.



CAPÍTULO 1.

TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO BRASIL – BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Figura 1. Territórios Quilombolas no Brasil. Fonte: INCRA e IBGE

Elaboração: Lara Nunes

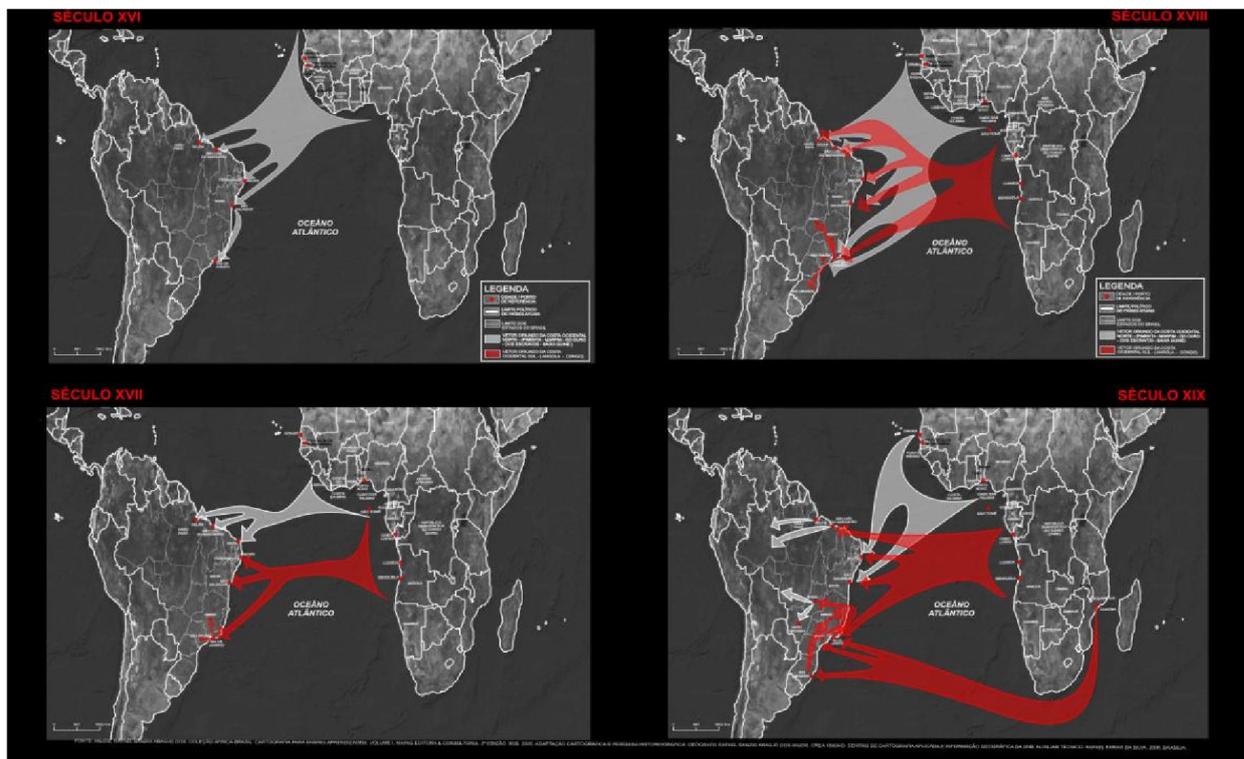
1.1 Síntese da Origem dos Quilombos no Brasil

Durante o período das grandes navegações, com o anseio de descobrir e explorar as riquezas de novas terras, os europeus deram início relações exploratórias e desumanas jamais vistas antes, pois o mercantilismo europeu tinha afeição para o seu acúmulo de capital e desenvolvimento, logo, não houve um cuidado mínimo para se obter uma relação harmoniosa com os povos originários das terras invadidas, pelo contrário, por onde passaram, promoveram a destruição, caos, sofrimento e guerras.

O tráfico dos povos africanos com destino à América do Sul desde o início do século XV, e que perdurou por mais de três séculos, foi uma das atividades mais rentosas da história, o tráfico de escravos em massa foi tanto que é impossível mensurar a quantidade total exata de pessoas escravizadas. Fato é que a herança cultural africana perdurou no Brasil até os dias de hoje e foi base para a estruturação do povo brasileiro. Segundo Anjos,

É importante lembrar que o conceito geográfico de diáspora tem a ver com a referência de dispersão de uma população e das suas matrizes culturais e tecnológicas. Ao longo da história tem sido possível identificar a construção de territórios pela mobilidade das migrações, tanto de forma voluntária quanto das migrações forçadas. Na África, a caracterização de alguns destes grandes movimentos demográficos começa pela primeira diáspora, que corresponde ao processo espacial milenar de povoamento e ocupação do próprio continente e, posteriormente, para outras terras emersas do mundo. (ANJOS, 2013, p. 140)

Figura 2 - A dinâmica da diáspora africana para o Brasil e as fronteiras atuais



Fonte: ANJOS, R. S. dos., 2017.

Durante o sistema escravista, implantado no Brasil no século XVI, o povo negro escravizado organizava-se em diversas formas de resistência, dentre elas estão as rebeliões, suicídios, revoltas organizadas e uma das mais conhecidas que foi a criação de quilombos. O quilombo é um agrupamento de negros que se rebelavam contra o sistema e fugiam das péssimas condições de vida e trabalho forçado, formando, assim, uma comunidade livre, tendo surgido logo após o início da escravidão no Brasil, no final do século XVI, e ocorreu por toda extensão do território brasileiro, majoritariamente, em um lugar geograficamente de difícil acesso, onde podiam exercer e preservar suas tradições, por exemplo, na agricultura, religião, dialetos, saberes sobre a medicina, construções de moradia, entre outros, mas essencialmente uma relação harmoniosa com o uso da terra e o ambiente natural. De acordo com Anjos,

No Brasil, os remanescentes de antigos quilombos, “mocambos”, “comunidades negras rurais”, “quilombos contemporâneos”, “comunidades quilombolas” ou “terras de preto” referem-se a um mesmo patrimônio territorial e cultural inestimável e que apenas recentemente passaram a ter atenção do Estado e ser do interesse de algumas autoridades, organismos oficiais e da academia. Muitas dessas comunidades mantêm ainda tradições e tecnologias que seus antepassados trouxeram da África, como a

agricultura, a medicina, a religião, a mineração, as técnicas de arquitetura e construção, o artesanato e utensílios de cerâmica e palha, os dialetos, a relação sagrada com o território, a culinária, a relação comunitária de uso da terra, dentre outras formas de expressão cultural e as técnicas de referências tropicais. (ANJOS, 2013, p. 147)

Embora tenha ocorrido por todas as regiões do Brasil, as comunidades quilombolas, mesmo que dispersas, se assemelham em vários aspectos, os quais hoje em dia são características fundamentais para seu reconhecimento. Anjos explica que:

A organização territorial dos remanescentes de antigos quilombos no Brasil apresenta algumas características geográficas comuns. Uma delas é a forma de distribuição das construções, que ocorre de maneira esparsa no território, sem um arruamento geométrico definido, como tradicionalmente se verifica nas outras localidades do país. Outro aspecto espacial relevante é o sítio geográfico dos antigos quilombos, geralmente estratégico, ocupando regiões de topografia acidentada (chapadas e serras) e/ou vales florestados e férteis com sistemas de vigilância nas áreas mais altas. Os povos africanos e seus descendentes eram detentores, também, de uma forte cultura de espaço geográfico, fato esse facilmente reconhecido nas localizações de difícil acesso onde se organizavam os quilombos. (ANJOS, 1999, p. 38)

Na Figura 3, a seguir, podemos observar como era a distribuição das principais zonas e sítios de quilombos e movimentos sociais das populações africanas e seus descendentes ao longo de todo território brasileiro, a partir do século XVI até o século XIX

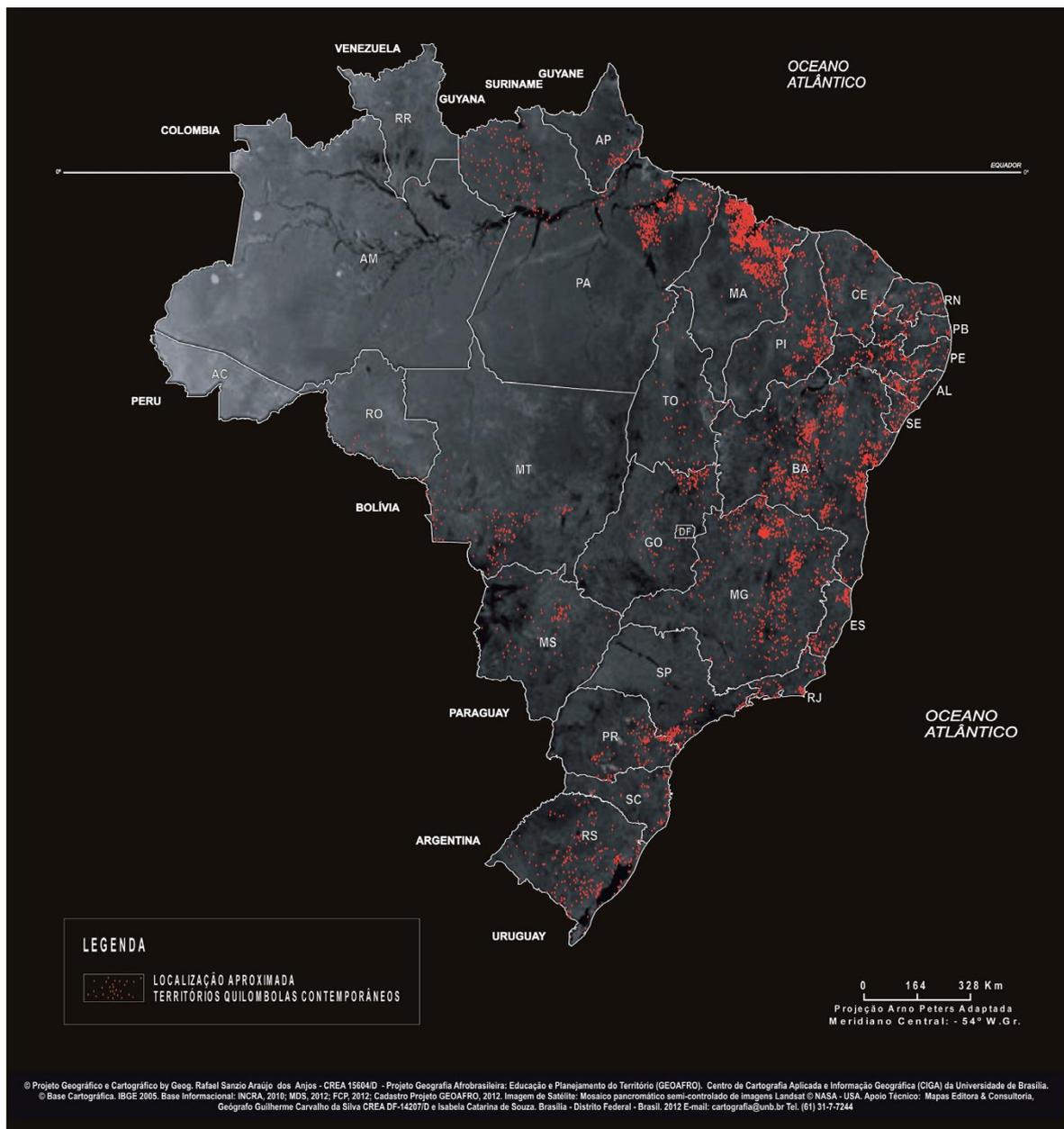
Figura 3 - As principais zonas e sítios de quilombos e movimentos sociais das populações africanas e seus descendentes no território brasileiro – séculos XVI-XIX



Fonte: ANJOS, R. S. dos., 2009.

A seguir, a Figura 4 mostra a distribuição aproximada dos sítios dos territórios quilombolas, que foi elaborada dentro do Projeto Geoafro, em 2012, coordenado pelo geógrafo e professor Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, referência no Brasil sobre o mapeamento de territórios quilombolas, entre outras temáticas étnico-raciais.

Figura 4 - Distribuição dos territórios quilombolas no Brasil



Fonte: ANJOS, R. S. dos, 2012.

É possível concluir que, com ambas as figuras, nota-se a prevalência de territórios quilombolas localizados próximos à região litoral do país, distribuídos de Norte a Sul, que, não por coincidência, era onde se agrupavam as principais atividades com mão de obra escrava no Brasil. No entanto, podemos observar também que há na região central do Brasil alguns territórios quilombolas, frutos da interiorização que ocorreu a partir do século XVII, a fim de iniciar a exploração dos recursos naturais, no interior do Brasil, principalmente os minerais preciosos, como o ouro. Como explica Anjos:

A ocupação de Goiás, dentro do projeto de dominação europeia, inicia-se no final do século XVII e na primeira metade do século XVIII. Este processo de dominação e colonização teve início com o envio de um alto número de bandeirantes, com o objetivo de analisar e estudar a região, e, depois de confirmada a presença de ouro, de empresas mineradoras e de aventureiros em busca de uma riqueza rápida. (ANJOS, 2013, p. 26)

As características geográficas do cerrado brasileiro, com seu terreno acidentado, serras e vãos, a riqueza hídrica e o afastamento de grandes centros urbanos, proporcionou e favoreceu o início do quilombismo goiano, em meados do século XVIII. Mesmo após mais de um século da sanção da Lei Áurea, em que o povo negro deixou de ser escravizado oficialmente, a ideia de quilombo é tida como algo do passado, sem relevância atualmente para grande parte da sociedade, o que conseqüentemente reflete na dinâmica política do Brasil, que promove toda essa invisibilidade e exclusão (ANJOS, 2013).

O caminho para a regularização fundiária no Brasil é marcado por ser muito longo, com várias disputas e conflitos territoriais, muita burocracia e depende se há ou não interesse político para tal. Assim, é necessário passar por diferentes fases, que são primeiramente a autodefinição quilombola, a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), a publicação do RTID, a portaria de reconhecimento, o decreto de desapropriação e certificação e, por último, o processo de titulação, pelo que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na esfera federal, é o responsável pela titulação, de acordo com o Decreto 4887/2003⁸. Vale ressaltar que há outros órgãos, na esfera estadual e municipal, que também têm respaldo legal para fazer a titulação.

De acordo com o INCRA, atualmente, há 1.796 de processos abertos para a regularização de territórios quilombolas em todo território brasileiro e apenas 47 territórios titulados⁹. Dentre esses já titulados estão as comunidades Kalunga, no estado de Goiás, abrangendo os municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, com 888 famílias

⁸ O Decreto nº 4.887 de 20/11/2003 Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/98186/decreto-4887-03>. Acesso em: 23 fev. 2023.

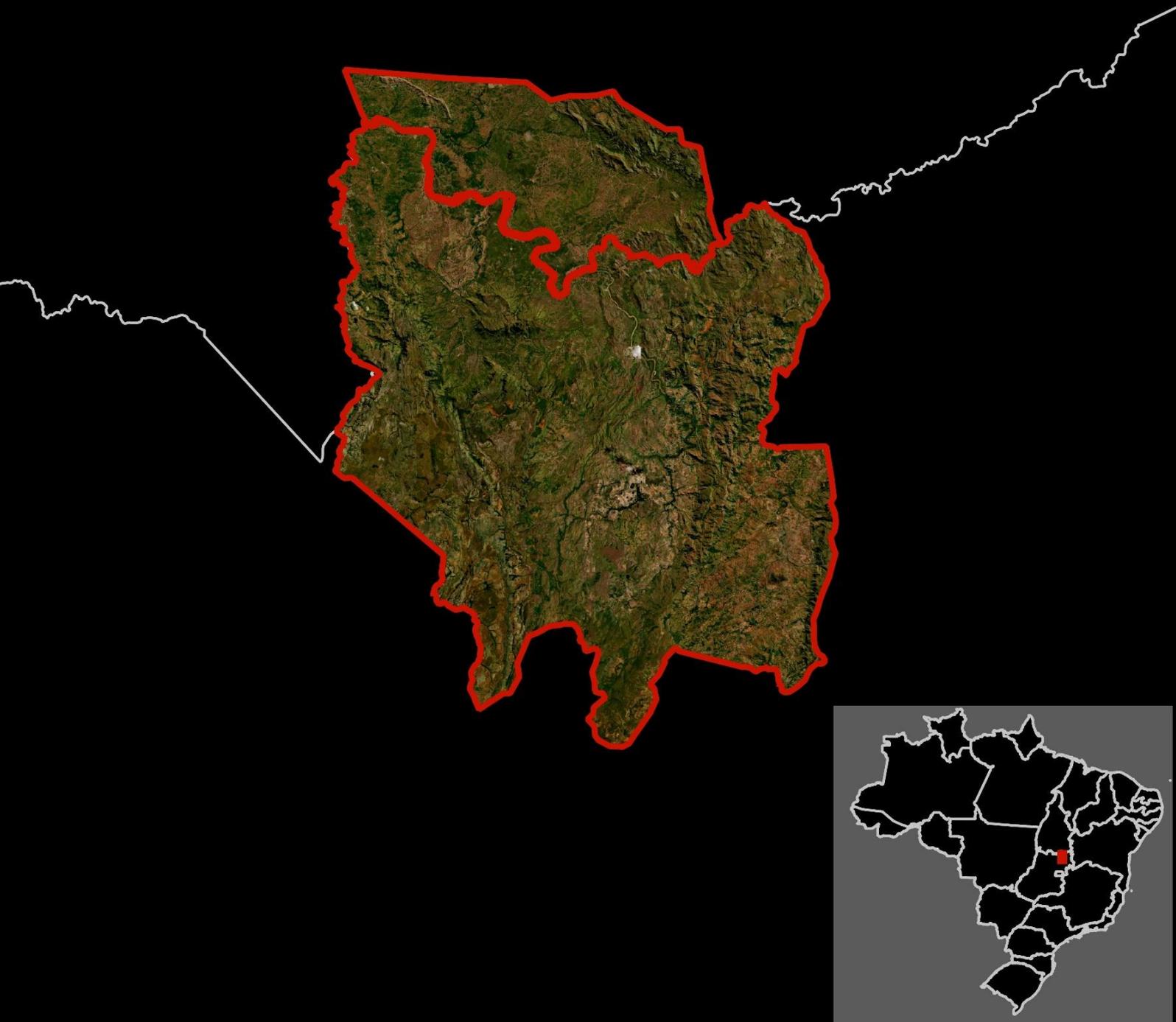
⁹INCRA. Acompanhamento dos processos de regularização quilombola. Disponível em: https://www.gov.br/incra/ptbr/assuntos/governancafundiarria/Acompanhamentodosprocessosderegularizapquilombola_31.12.2022.pdf. Acesso em: 31 dez. 2022.

e área de aproximadamente 262 mil hectares, e Kalungas do Mimoso, no estado de Tocantins, situados nos municípios Arraias e Paranã, com 250 famílias e território de quase 58 mil hectares, formando assim o maior quilombo remanescente do Brasil. De acordo com Anjos,

Uma das questões políticas relevantes neste universo amplo de registros de comunidades remanescentes de quilombos, está relacionada ao número reduzido de territórios quilombolas efetivamente demarcados e titulados no país. Este fato nos evidencia, pelo menos, duas situações emergenciais: Primeiro, a necessidade de ampliação do conhecimento sobre a situação concreta da questão territorial de cada comunidade e, uma maior atenção do setor(s) decisório(s) para criar efetivamente as condições para acelerar o processo de reconhecimento, demarcação e titulação desses espaços. Isto porque, existe o risco, muito provável, se não forem tomadas as medidas cabíveis, de muitos desses territórios deixarem de existir pelas pressões do sistema sobre as áreas quilombolas. (ANJOS, 2013, p.24)

Essa contextualização sobre os territórios quilombolas no Brasil é importante para entendermos que o território quilombola Kalunga, que é objeto de estudo deste trabalho, não se trata de um território qualquer, há toda uma bagagem histórica de luta, resistência, de constantes ameaças e injustiças. Manter esses territórios vivos e protegidos é sinônimo de respeito, consideração e empatia com essas comunidades tradicionais que historicamente vêm sofrendo e sendo marginalizadas neste país, além de reconhecer a profunda dívida histórica que toda sociedade brasileira e o Estado têm com as comunidades tradicionais de matriz africana. É essencial que toda sociedade brasileira tenha muita clareza e esteja consciente desse fato, pois só a partir disso conseguiremos evoluir como sociedade.

A seguir, no capítulo 2, será aprofundado e descrito os procedimentos metodológicos utilizados, tal como a fundamentação teórica dos principais conceitos que a temática deste estudo aborda, como a historiografia da comunidade quilombola Kalunga, o ecoturismo, o geoprocessamento e o planejamento territorial.



CAPÍTULO 2.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa teve abordagem metodológica quali-quantitativa, em que são utilizados os elementos da pesquisa quantitativa e qualitativa. A descrição detalhada das etapas para o desenvolvimento da pesquisa estão a seguir:

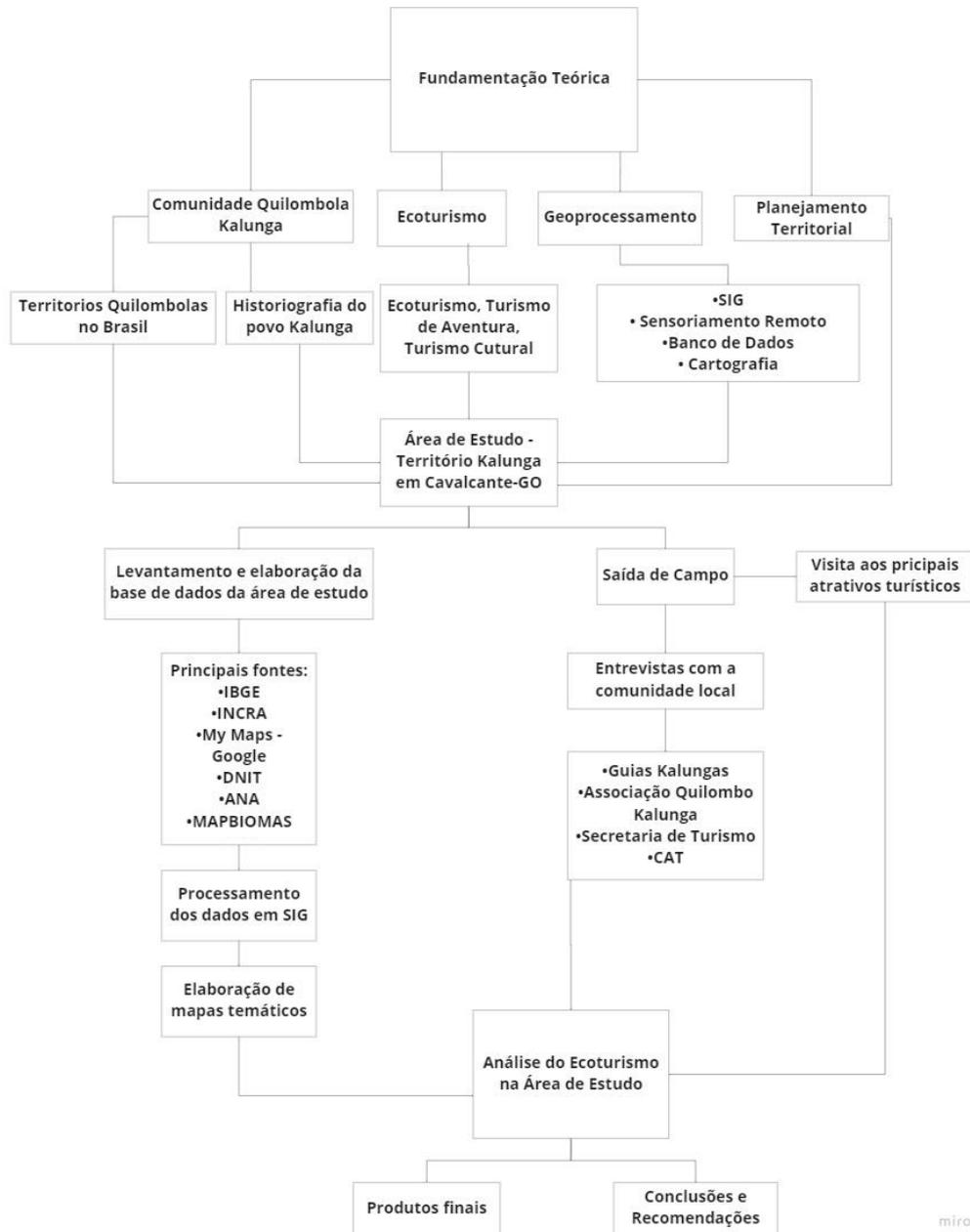
- i. **Fundamentação teórica:** nessa primeira etapa, foram levantados trabalhos acadêmicos sobre a história da comunidade tradicional Kalunga, assim como do surgimento dos quilombos no Brasil e como se deu o início das atividades de turismo dentro do território Kalunga, além dos conceitos e caracterizações dos três outros tópicos pilares deste estudo, que são o ecoturismo, o geoprocessamento e o planejamento territorial;
- ii. **Levantamento dos dados geoespaciais:** nessa etapa deu-se início ao levantamento de dados já georreferenciados para compreender a área de estudo e suas especificidades, como a área do território Kalunga, e de outros quilombos do Brasil, regulamentados e disponibilizados pelo INCRA, toda malha rodoviária e vias locais da região (IBGE, DNIT e OSM), hidrografia e nascentes (ANA, IBGE e FBDS) e declividade (TOPODATA). Ademais, foram levantados os dados de atrativos turísticos em que há localização especificada, as principais fontes foram o *site* da AQK, que possui uma lista de atrativos já abertos para visitação e os que a associação listou que em breve serão abertos, além do mais, foram obtidos os pontos de localização de cachoeiras que já existem no *Google Maps*, disponível na plataforma *My Maps*. O mesmo foi feito para as acomodações existentes para os turistas, como pousadas, casas de temporada, *hostel*, entre outros, igualmente para os restaurantes, lanchonetes, mercado e afins. Esses dados de localizações de acomodações e de alimentação foram mapeados a fim de entender a infraestrutura existente para atender os visitantes, os quais também foram obtidos através do *My Maps*;
- iii. **Produção de mapas preliminares:** após o levantamento de dados geoespaciais, citado anteriormente, eles foram inseridos em ambiente SIG para serem tratados para a produção de mapas temáticos preliminares para o estudo e análise, a fim de dar suporte para a pesquisa de campo. Todo processamento e a elaboração dos mapas foram feitos no *software* Qgis 3.28, que é um *software* livre com

código-fonte aberto, multiplataforma de sistema de informação geográfica que permite a visualização, edição e análise de dados georreferenciados¹⁰;

- iv. **Pesquisa de Campo:** a pesquisa de campo foi realizada de 10 e 14 de janeiro de 2023. Foram visitados o CAT de Cavalcante e da comunidade Kalunga do Engenho II, atrativos turísticos abertos para visitaçã, a sede da Associação do Quilombo Kalunga e alguns estabelecimentos de alimentação e acomodações para chegar às coordenadas obtidas anteriormente. Conjuntamente, foram feitas entrevistas com guias Kalungas locais, com o atual Secretário de turismo João Lino e com o presidente da Associação do Quilombo Kalunga Carlos Pereira;
- v. **Estruturação, processamento dos dados e elaboração dos mapas temáticos:** nessa etapa, foram somados dados de uso da terra disponibilizados pelo MapBiomias, e outros dados para a caracterização físico-natural da área de estudo, como pedologia, cobertura vegetal, clima, entre outros. Posteriormente, foi feita a compilação dos todos os dados, tratamento e processamento no *software* Qgis, para serem feitos os mapas no mesmo programa. Ao todo, foram feitos 20 mapas e figuras para auxiliarem na análise;
- vi. **Análise dos dados e resultados:** foi feita a análise temporal do uso da terra, no período de 1985 até 2021, com os dados do Mapbiomas, e para a análise do ecoturismo praticado, foram transcritas as entrevistas feitas com a comunidade local, baseou-se para a análise, a compilação de todas as informações e os dados obtidos, isso inclui os dados geoespaciais e seu mapeamento, a revisão bibliográfica e as entrevistas.
- vii. **Conclusões e recomendações.**

¹⁰ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/QGIS>. Acesso em: 4 jan. 2023.

Figura 6 – Organograma dos procedimentos metodológicos adotados



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

2.2 Historiografia do Povo Kalunga

A existência dos quilombos é evidentemente um ato de resistência, tanto séculos atrás, quando surgiu, quanto atualmente, séculos depois, lugar onde os afrobrasileiros permanecem resistindo e lutando para existir de forma digna, mantendo seus saberes e tradições, e reivindicando seu território. Durante a escravidão, as autoridades da época perseguiram os

quilombos a fim de destruí-los, muitas vezes, torturando e assassinando seus líderes. O objetivo era claramente exterminar qualquer forma de revolta e organizações que não aceitassem se submeter a condições sub-humanas, e manter toda a população negra sobre seu domínio e opressão. Infelizmente, até hoje, o povo preto continua tendo que lutar e resistir contra os mesmos objetivos de dominação, opressão e extermínio, que atualmente se apresentam de forma mais discreta e camuflada.

O Brasil foi o último país a abolir a escravatura, no ano de 1888, no entanto, os escravizados foram “libertos” sem qualquer direito a terra e sem nenhuma política pública de integração social. Santos explica que:

[...] É preciso destacar que o Brasil já reconhece oficialmente a existência de cerca de 3.524 comunidades quilombolas distribuídas pelas cinco regiões do país. No entanto, a Coordenação Nacional de Articulação das 53 Comunidades Negras Rurais (CONAQ) reivindica a existência de cerca de 6 mil comunidades quilombolas. Uma delas, como se destaca adiante, localiza-se próxima à Capital Federal, no município de Cavalcante, Goiás, e inserida no contexto de um meio ambiente exuberante que constitui e denomina Chapada dos Veadeiros. (SANTOS, 2019, p. 52)

Atualmente, o que ocorre no quilombo Kalunga é o mesmo que ocorre com vários outros quilombolas espalhados pelo Brasil, que são muitos ataques, invasões, muita brutalidade e crueldade, racismo, falta de educação de qualidade, falta de atendimento médico e infraestrutura básica, além da falta de oportunidade de emprego, o que leva muitas vezes as pessoas a saírem de lá em busca de emprego, conseguir ganhar dinheiro e melhorar sua qualidade de vida. Infelizmente, a realidade é que, por falta de qualificação, acabam por conseguir subempregos, trabalhando muitas horas por dia, recebendo pouco e morando em locais com pouca infraestrutura (ANJOS, 2013).

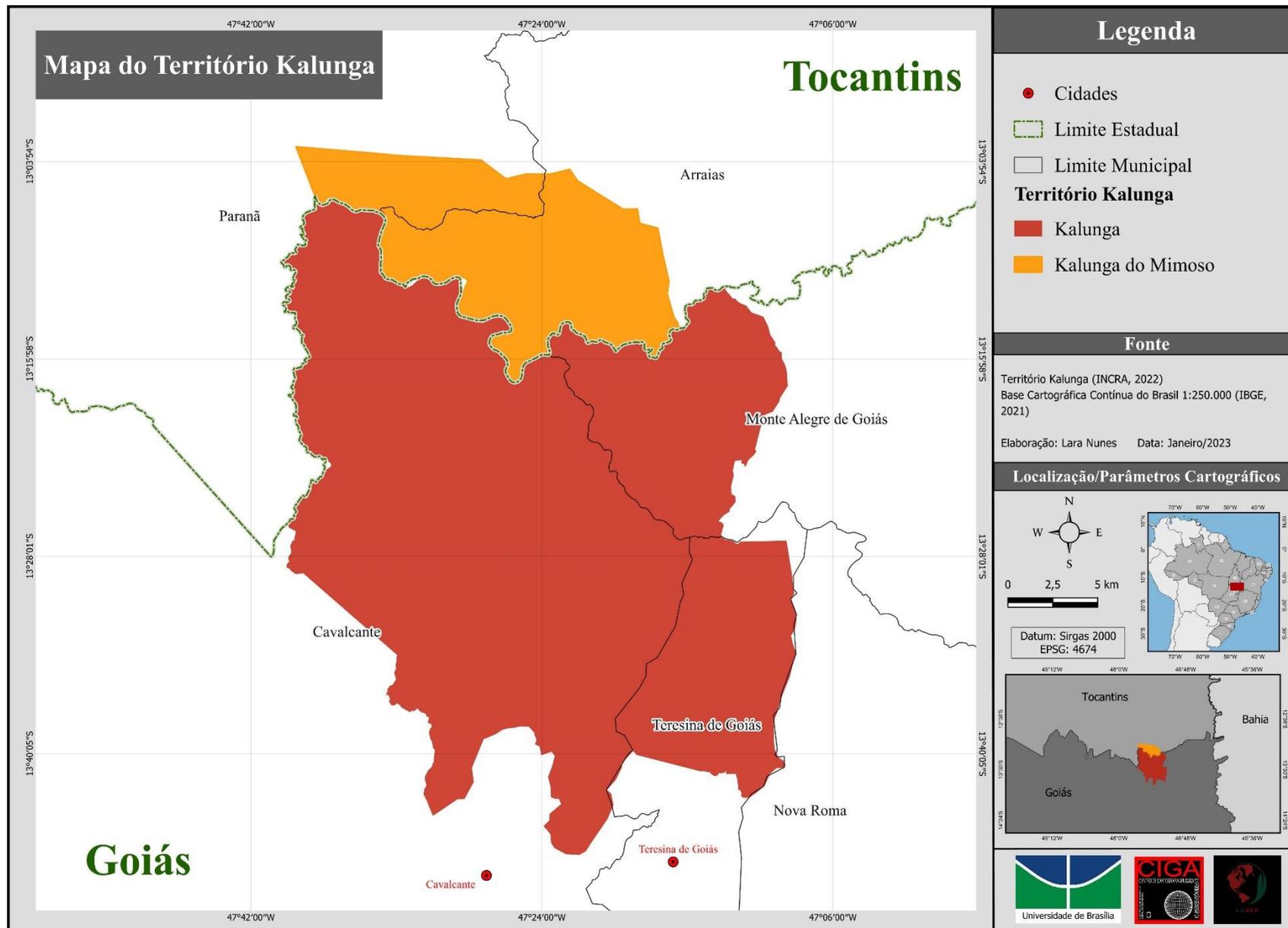
O Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga está localizado na região Centro-Oeste do Brasil, majoritariamente no nordeste do estado de Goiás, o território Kalunga engloba os municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, no entanto, após a criação do estado de Tocantins, incorporou-se também a comunidade de mesmo tronco familiar chamada Mimoso ao território Kalunga, tendo assim uma parte também no Tocantins, como podemos observar no Mapa 1.

Santos descreve como e quando ocorreu o tombamento do Sítio Histórico Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK):

O Sítio Histórico Patrimônio Cultural Kalunga foi tombado em 1991 pelo Decreto Estadual de número 11.409, de 21 de janeiro, pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Antes disso, sobretudo até o ano de 1980, o meio acadêmico desconhecia sua existência. Essa situação se modificou com a chegada da primeira pesquisadora ao local, a antropóloga Mari de Nasaré Baiocchi, com sua pesquisa sobre as tradições culturais afrobrasileiras Kalunga. (SANTOS, 2019, p. 18)

Em sua pesquisa etnográfica, Baiocchi ficou um longo período na comunidade Kalunga, observando os costumes, as tradições e a rotina do dia a dia da comunidade, o que foi fundamental para o reconhecimento, divulgação e demarcação do território quilombola Kalunga. Desde então, vários projetos e pesquisas foram desenvolvidos na comunidade (SANTOS, 2019).

Mapa 1 – Território Quilombola Kalunga



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Quadro 1 – Linha do tempo de luta do Quilombo Kalunga

1981/1982	Início do projeto Kalunga Povo da Terra.
1982/1984	Solicitação de apoio ao instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás - IDAGO. Assinatura do Termo de Intenções.
1985	Primeira titulação e registro das terras. Governo Iris Resende Machado.
1986	As reivindicações sucedem ao lado das investidas no Vão do Moleque, no Vão de Almas e no Ribeirão dos Bois.
1987	Notícias da construção da Barragem Foz do Bezerra Furnas/AS. Organização do Dossiê Kalunga.
1988	O Dossiê Kalunga é entregue a Furnas/AS.
1989	As notícias de sevícias no Ribeirão dos Bois provocam o deslocamento de um advogado do IDAGO, acompanhado pela coordenação do Projeto.
1990/ 1992	Reunião consecutiva no município de Teresina de Goiás, na localidade de Borrachudo, na qual comparece o representante da Procuradoria da República em Goiás, Secretaria da Justiça. IDAGO Polícia Federal. Envio de carta-denúncia ao Presidente da República. Preparação do Relatório Técnico Científico – RTC para o governo do Estado de Goiás. Apresentação do Laudo Antropológico.
1991	A lei que transforma a região Kalunga em Sítio Histórico e Patrimônio Cultural é aprovada por unanimidade pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Foi aí então que aconteceu a implantação do Sítio Histórico Kalunga.
1992	Projeto Educação preparado pela equipe do projeto Kalunga Povo da Terra, com o apoio da Secretaria de Educação de Estado de Goiás e Ministério da Educação MEC ¹ Associação Povo da Terra – APT.
2000	Reconhecimento pela Fundação Palmares

Fonte: Costa (2013), editado por Santos (2019).

Sobre o processo de luta da comunidade para terem eu seus direitos resguardados e conseguirem melhorias de vida como saúde, educação e infraestrutura, Costa (2013, p. 36) afirma:

Um das estratégias de fortalecimento do processo de luta no território Kalunga foi a criação das Associações constituída na forma de sociedade cível, sem fins lucrativos e sem finalidade econômica para representar e defender os direitos do povo Kalunga no sítio histórico e patrimônio cultural em todas as estâncias.

Em entrevistas¹¹ feitas com lideranças Kalungas, Vilmar Costa (2013) descreve que:

Para fortalecer o processo de luta dentro do sítio histórico, foi criado as associações Quilombo Kalunga, constituída na forma de sociedade civil, sem fins lucrativos e sem finalidade econômica, foi criada em 10 de outubro de 1999. para comandar todas as diretrizes e invasões no sítio histórico, as mineradoras, madeireiras, caça, pescas religiões que não que esteja fora da nossa ancestralidade e mesmo qualquer outras degradações que vem prejudicar o nosso meio Ambiente em geral. (S. S. R, 2013)

¹¹ As entrevistas foram transcritas *in litteris* do trabalho do autor.

A saúde para nós Kalungueiro sempre foi um grande problema, por não ter estrada ligando as comunidades à cidade, muitas pessoas morreram por falta de socorro. Em 78 uma senhora morreu engasgada com um caroço de coco macaúba porque não teve recurso para sair, minha tia também morreu de mal de pasto. Nessa época chovia muito até 10 dias sem parar, os rios enchia muito que entrava nas roças das pessoas e quando saís só estava os talos do arroz os peixes tinha comido toda safra, onde também era um fator agravante para as crises das pessoas na comunidade, onde por muitas vezes o coco painha era o salva vida para as pessoas, desde a Bagé até o dendê para alimentar, onde era feito farinha, beiju, óleo etc. (F. X. S., 67 anos).

O meu desejo é todas as comunidades tenham escolas em boas condições. Ter pessoas fazendo ensino superior para nós é muito importante, porque eles vão contribuir muito com a nossa comunidade com novos conhecimentos adquiridos fora. (S. S. R., 2013).

[as] escolas antigamente quando tinha era muito longe e quando tinha, não tinha nem um interesse de colocar os filhos para estudar, porque se colocasse seus filhos para estudar era um companheiro a menos nos serviços de casa, como as plantações das roças, cuidar dos animais e outros mais. Hoje está tudo bem melhor já tem escola mais perto de casa só não estuda quem não quer. (P. S. R., 73 anos, 2013).

São notórias as conquistas do quilombo Kalunga, a sua titulação, alguns projetos e políticas públicas voltados para infraestrutura, saúde, educação, além dos vários estudos feitos sobre a comunidade Kalunga, sobre sua história, sua cultura, caracterização socioeconômica, dentre outros. No entanto, há um longo percurso para que de fato todas as famílias sejam contempladas, tendo em vista que o acesso a energia, água encanada, escolas, postos de saúde e até mesmo as estradas de acesso, atualmente é de péssima qualidade ou inexistente. Isso afeta o turismo, que enfrenta diversos desafios devido à falta de estrutura básica, porém, primordialmente, afeta a qualidade de vida dos Kalungas, que enfrentam um grande isolamento social e invisibilidade pelo Estado, o que acarreta uma realidade de vida muito sofrida.

No quilombo, há três principais núcleos Kalungas: Vão de Almas, Vão do Moleque e Vão da Contenda. Dentro de cada um há diversas comunidades, que se formaram com o passar do tempo, famílias foram se estabelecendo em determinada localidade, criou-se assim aglomerados populacionais que hoje são chamados de comunidades, separados predominantemente por aspectos geográficos como serras e principalmente vales fluviais. Comumente, servem de referência geográfica, como, por exemplo, dizer que mora na região do

Vão de Almas, os locais já vão assimilar para que lado mais ou menos fica determinado local dentro do território Kalunga.

Figura 7 – Localidades tradicionais de matriz africana do Sítio Histórico do Território Quilombola Kalunga – Goiás

LOCALIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA DO SÍTIO HISTÓRICO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA KALUNGA - GOIÁS



Fonte: ANJOS, R. S. dos., 2013.

Quilombo Kalunga Comunidade do Engenho II (QKCE), popularmente chamado apenas de Engenho II, é a comunidade Kalunga onde há melhores condições de infraestrutura

dentro de todo território Kalunga, próximo à rodovia estadual GO-241, para acessar não é necessário carro 4x4 (carros com tração nas quatro rodas), diferentemente de outros núcleos como o Vão de Almas e o Vão do Moleque. Há também energia elétrica, internet, os moradores

possuem casas com uma estrutura de alvenaria, diferentemente do restante das comunidades. Trabalham com o turismo por meio dos guias, serviços de alimentação e acomodações para os turistas, artesanatos etc. O próprio Centro de Atendimento ao Turista (CAT) e a entrada para as cachoeiras Santa Bárbara, Capivara e Candaru estão localizadas no povoado do Engenho II, que são os atrativos turísticos mais visitados dentro do território Kalunga.

A maior parte dos Kalungas sobrevive basicamente dos produtos advindos da agricultura familiar para consumo próprio, há também aqueles que conseguiram o benefício de algum tipo de auxílio financeiro financiado pelo Estado. No entanto, como diversas áreas rurais no Brasil, são desamparados de infraestrutura básica, atendimento médico, em várias localidades, principalmente as mais distantes da cidade de Cavalcante, não possuem energia elétrica, nem saneamento básico, o que acaba sendo uma realidade muito dura e sofrida.

Almeida (2017, p. 4) detalha mais sobre a realidade do povo Kalunga:

A dispersão territorial em pequenas unidades produtoras, chamadas de roçados, é uma das características da economia local. As limitações topográficas e a escassez de terras férteis levam os Kalunga a explorar as faixas de terras marginais, como encostas, topos de morros e, às vezes, em áreas de fazendeiros. Além disso, devido à distância, eles são obrigados a caminhar no mínimo duas horas para chegarem aos seus roçados. Ali, com o uso da enxada e da foice, eles plantam mandioca, milho, arroz, batata doce, abóbora, feijão, fumo e algodão, sem fertilizantes e agrotóxicos, fato comentado por eles com bastante orgulho. Portanto, contemplam estratégias de pluriatividades de uso da terra que garantiram uma base alimentar e a consolidação da identidade étnica e cultural das territorialidades da comunidade Kalunga. (ALMEIDA, 2017, p. 4)

Sobre a infraestrutura e os deslocamentos, Alves explica que:

A maior parte depende do caminhão “pau de arara” para se deslocar para cidade, por não possuir meio de transporte próprio. Possuir um carro implica maior custo para os Kalunga uma vez que, devido à precariedade das estradas e a ausência de pontes, é necessário que o carro tenha potência e tração nas quatro rodas. Ainda, os moradores

do Vão do Moleque e do Vão de Almas, mesmo que tivessem condições financeiras, não podem comprar qualquer eletrodoméstico que aumente sua qualidade de vida, como a geladeira, por falta de energia elétrica nessas localidades. (ALVES, 2015, p. 61)

A relação entre as comunidades quilombolas e suas terras é bem diferente da nossa enquanto sociedade urbana e talvez nunca conseguiremos compreender de fato a profundidade e a importância da terra para os quilombolas. Para Santos (2019, p. 60) “a terra tem um valor elementar na nossa identidade, em que cada momento que sofremos algo, criamos estratégias de resistência contra as opressões”. E assim vem sendo desde o início da escravização de povos negros no Brasil. Moura afirma que:

o valor da terra para os habitantes das comunidades remanescentes de quilombo é diferente do valor da terra para os demais que exploram a atividade rural. Terra é patrimônio cultural, terra é plantar para sustentar a família, terra é vida, terra é festa, terra é história dos antepassados, é religiosidade. Terra é TUDO. (MOURA, 2012, p. 21)

Há uma relação muito singular entre os quilombolas e seu território, permanecer e preservar seu espaço é símbolo de resistência, de perpetuar a essência de sua ancestralidade, é resguardar sua cultura e tradições. Assim como afirma Carril:

As simbologias e representações sobre a natureza formuladas pelos quilombos originaram a base da identidade homem-meio. Memória, terra e etnia formaram uma simbiose que lhes permitiram um vínculo duradouro entre si e com o lugar. Permanecer nessas terras após alguns séculos revela-se uma vitória histórica numa sociedade camuflada pelo “mito da democracia racial”. Num sistema sócio-econômico-político e territorialmente excludente, a luta pela terra nos quilombos é, de um lado, uma fração da luta pela reforma agrária e de outro, uma tentativa de reparar parcialmente a histórica exclusão social do negro brasileiro, no tocante a comunidades com identidades próprias. (CARRIL, 2006, p. 161)

De 2018 a 2021, a Associação do Quilombo Kalunga coordenou o projeto de georreferenciamento de dados físicos e socioeconômicos de todo território Kalunga, tornando-se, assim, além de ser o maior remanescente quilombola do Brasil, o primeiro a mapear todo seu território nos aspectos de ocupação e recursos naturais, no intuito de conhecer, gerir e proteger o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. Esse é um grande marco histórico

para as comunidades tradicionais do Brasil, que pode vir a ser a principal referência para que outros quilombos façam o mesmo e possam assim ter mais dados sobre seu território e consequentemente auxiliar nas disputas territoriais contra fazendeiros, garimpeiros e grileiros. Atualmente, cerca de metade do território está oficialmente titulado e ocupado pelos Kalungas, esse mapeamento é fundamental para reconhecer áreas que foram ou podem vir a ser invadidas, e contribuir para a desapropriação de terras, que hoje estão sobre posse de fazendeiro

Agora, além de estarem conscientes e aparelhados acerca dos atributos físicos e socioeconômicos, a comunidade também fez todo o levantamento e mapeou as potencialidades paisagísticas e atrativos turísticos, assim como seus respectivos acessos. Ao total, foram caracterizados 69 atrativos turísticos em toda área do território Kalunga¹². Antes, apenas três atrativos eram usufruídos pelos turistas, localizados na comunidade Engenho II: as cachoeiras Santa Bárbara, Candaru e Capivara. Com a abertura de novos pontos turísticos, surge a possibilidade de aumentar e melhorar as vias de acesso e infraestrutura turística em geral, que ainda não é de excelente qualidade, e que pode gerar mais renda para a comunidade e melhorar sua qualidade de vida. Para isso, é essencial que haja um planejamento territorial adequado, tendo em vista as especificidades e demandas da região, para ser benéfico para os turistas, para a comunidade Kalunga e que não gere danos irreparáveis à natureza.

2.3 O Geoprocessamento

Contudo, entende-se que para o desenvolvimento turístico dentro do Território Quilombola Kalunga consolidar-se como um destino turístico sustentável, conciliando cultura e tradições Kalunga, a permanência e existência dessa comunidade tradicional, e assegurando a preservação do território com seus recursos naturais e aspectos ambientais em geral, é primordial que seus administradores e responsáveis estabeleçam os objetivos e definam os meios e as ferramentas para a execução de uma atividade turística sustentável.

Atualmente, vários gestores vêm cada vez mais utilizando as geotecnologias para melhorar a eficácia, otimizar tempo e fazer uma análise mais ampla do objeto de estudo. Para a aplicabilidade na área turística, a manipulação de informações geoespaciais possibilita a análise de um cenário pretérito, um diagnóstico do cenário atual e a prospecção de uma situação futura

¹² Disponível em: <https://quilombokalunga.org/press/projetos/geoprocessamento-cepf/>. Acesso em: 13 jul. 2022.

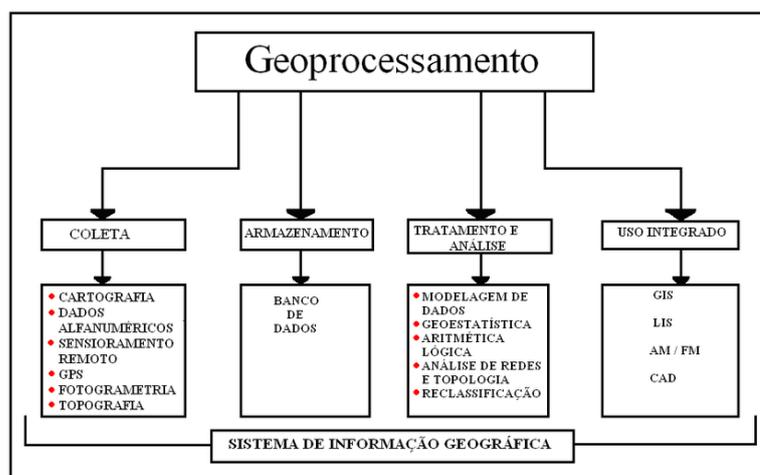
que se almeja, para que as tomadas de decisões sejam mais assertivas para determinado objetivo com um embasamento a partir dessa análise geoespacial.

A Geografia, por ter como objeto de estudo o espaço e sua relação com o homem, é uma importante disciplina para o estudo do turismo contribuindo, dentro da multidisciplinaridade do tema, no conhecimento dos aspectos físicos e antrópicos do território. Entre as ferramentas de Geoprocessamento disponíveis aos geógrafos para a melhor compreensão do espaço, pode-se citar o Sensoriamento Remoto, a Cartografia Digital e os Sistemas de Informação Geográfica. Estas ferramentas, em conjunto, auxiliam na obtenção, armazenamento e análise de dados facilitando seu acesso e agilizando a sua manipulação (SILVESTRE, 2010).

Para Silvestre (2010, p. 7), “as ferramentas de geoprocessamento, destacando-se o SIG, constituem tecnologias extremamente eficazes para obtenção, armazenamento e análise de informações, com o intuito de auxiliar profissionais ligados ao planejamento, facilitando a tomada de decisões”.

O Geoprocessamento é formado por um conjunto de ferramentas que possibilitam a espacialização, manipulação e o processamento de dados georreferenciados. São utilizadas diversas técnicas e *softwares* desde a coleta dos dados, a manipulação e tratamento dos dados, até a espacialização, leitura e análise das informações geográficas. Abrange a Cartografia Digital, o Sensoriamento Remoto, Sistema de Posicionamento Global (GPS), Sistemas de Informações Geográficas (GIS ou SIG), Banco de Dados Geográficos, Fotogrametria, Topografia, Sistema Global de Navegação por Satélite (GNSS), dentre outros.

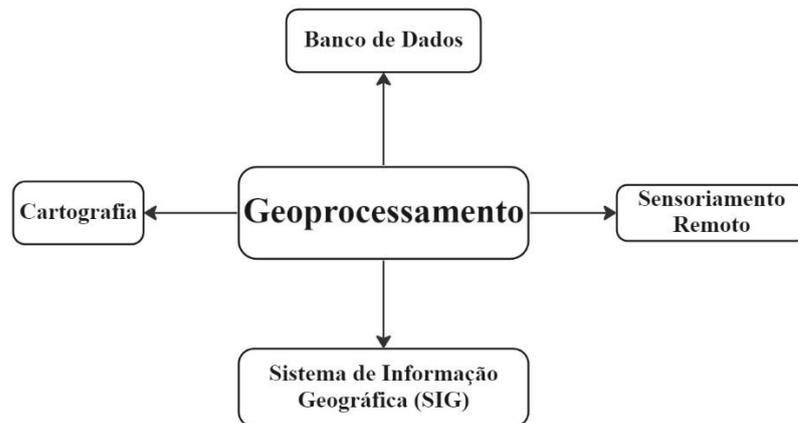
Figura 8 – Componentes do geoprocessamento



Fonte: FERREIRA, 2009 – com adaptações.

Para este estudo, as tecnologias que foram usadas, principalmente, foram o sensoriamento remoto e o Sistemas de Informações Geográficas, Cartografia Digital e Banco de Dados Geográficos.

Figura 9 – Principais componentes do geoprocessamento utilizados



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O Sensoriamento Remoto é uma área científica que se dedica à coleta, registro e análise de informações acerca das características da superfície terrestre, sem a necessidade de contato direto. Envolve uma série de atividades com o objetivo de caracterizar as propriedades de alvos naturais através da detecção e registro do fluxo de energia radiante refletido ou emitido por eles. A abordagem remota permite a coleta de dados em larga escala, fornecendo uma visão global da Terra e suas características, que são fundamentais para diversas aplicações científicas, comerciais e militares (LOCH, 2008).

De forma ampla, o Sensoriamento Remoto é obtenção de informações de determinado alvo na Terra, podendo ser pequenas áreas ou grandes regiões, sem que haja o contato direto, mas por meio de sensores remotos que captam a radiação eletromagnética refletida e/ou emitida pelos alvos. Devido à extensão territorial do Brasil, há diversos dificultadores para o seu mapeamento mais detalhado. De todo modo, o Sensoriamento Remoto cada vez mais aprimorado para maiores escalas viabiliza o mapeamento e monitoramento para diversos fins, por exemplo, caracterização da cobertura vegetal, crescimento urbano, queimadas, vias de acessos, dentre outros.

Os Sistemas de Informações Geográficas (SIG) são compostos por *softwares*, *hardwares* e informações geoespaciais, que, quando integrados e a partir de determinadas metodologias, armazena, produz e processa dados geográficos em um ambiente digital, facilitando a visualização e análise do objeto de estudo. São utilizados dados em formato vetorial (pontos, linhas e polígonos) e *raster* ou matricial (imagens). A partir disso, podem ser feitos produtos cartográficos, gráficos, tabelas e outros.

Assim, esses sistemas têm sido cada vez mais utilizados pelo setor público e privado para o planejamento e ordenamento territorial devido ao seu grande potencial para vários setores, em aspectos diversos como levantamento e monitoramento ambiental, redes de telefonia, transportes e infraestrutura, avaliação de impactos, análises temporais, geomarketing, saúde pública, levantamentos urbanísticos etc. Além disso, também é usado para o turismo, como a avaliação de potencial turístico, impactos gerados pelo turismo, planejamento turístico, levantamento dos recursos turísticos etc.

Assim, qualquer área que pretende ser estudada ou planejada, em que há uma localização e os dados podem ser georreferenciados, os Sistemas de Informações Geográficas podem ser aproveitados e gerar informações de qualidade e de forma eficiente.

Diante do exposto, as ferramentas que compõem o geoprocessamento são de notável proveito para o suporte nas atividades, planejamento e gestão do turismo, pois, além de identificar e espacializar os elementos que compõem a oferta turística de um destino, é possível mapear e monitorar áreas mais frágeis para a visitação, sua capacidade, se está ocorrendo algum tipo de degradação e quais os tipos de turismo viáveis para a área (CAMPOS, 2010).

Vários autores já se debruçaram acerca do tema dos potenciais usos e aplicações do geoprocessamento para fins de planejamento e gestão do turismo, principalmente em áreas em que é eminente a necessidade de conservação ambiental, onde muitas vezes se localizam as próprias unidades de conservação e preservação ambiental, já que há legislação que especifica o que pode ou não dentro desses locais e como deve ser feito. No entanto, pelo que foi levantado, até o momento não há ou há bem poucos estudos acadêmicos focados na questão do uso do geoprocessamento voltado para a comunidade quilombola Kalunga para o aperfeiçoamento do turismo praticado na comunidade.

2.4 O Ecoturismo

As Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo conceituaram o termo como “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (EMBRATUR, 1994, p. 19).

Neste trabalho, o ecoturismo é entendido como uma atividade em que há visitas de turistas em um destino em busca de conhecer, aprender, contemplar e usufruir de um atrativo turístico, mantendo uma relação de respeito e conservação com a natureza e cultura local, promovendo um desenvolvimento, tanto ambientalmente sustentável, quanto economicamente positivo para os moradores locais, ou seja, deve-se estabelecer uma relação harmônica, bem como, para os aspectos naturais como a preservação da vegetação nativa, manter a qualidade da água dos rios e nascentes, proteger todas as espécies de animais. Quanto aos aspectos culturais, nesse caso, é fundamental que a cultura do povo Kalunga seja respeitada, que mantenha a essência da comunidade viva, respeitando sua história, tradições, modo de viver etc.

O Ecoturismo pode ser conceituado como uma modalidade turística que se pauta pela relação harmoniosa entre o turismo e o meio ambiente natural e as comunidades locais. Esse tipo de turismo se caracteriza pelo comprometimento com a conservação ambiental, a educação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico de forma equilibrada e sustentável. O objetivo principal do Ecoturismo é proporcionar aos turistas uma experiência única e autêntica em contato com a natureza, ao mesmo tempo em que se preserva os recursos naturais e as culturas locais¹³.

O ecoturismo, por se caracterizar como uma atividade socioeconômica, pode promover pontos positivos, e, quando há uma má gestão, pontos negativos. Os positivos são: geração de renda e desenvolvimento, dar mais visibilidade a uma região e atrair investimentos, tanto públicos com privados, promover melhoria na infraestrutura local, educação e conscientização dos visitantes a respeito dos aspectos ambientais e histórico-culturais, diminuir o êxodo rural,

¹³ Brasil. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. p. 19.

entre outros (CAMPOS, 2010). Já os negativos estão ligados a uma gestão, planejamento e organização ruins. Oosterbeek (2000, p. 43-44) listou pontos para diminuir os impactos negativos gerados pelo mau uso e prática turística, dentre eles estão:

- Os limites de expansão dos projetos turísticos devem ser respeitados, para evitar sobrecarga dos recursos;
- O turismo deve ser enquadrado por uma política que promova a preservação do ambiente natural e cultural;
- O turismo cultural e natural não pode ser desenvolvido como um turismo de massas, muito embora se possa, e deva, incrementar os projetos para-culturais (parques temáticos e congêneres), que em rigor são turismo cultural, mas permitem o turismo massivo;
- Os residentes não podem viver apenas do turismo, mas sim em convivência com ele;
- O acesso aos lugares de patrimônio e cultura devem ser em princípio gratuitos, não excluindo uma política de preços, por vezes elevados, destinados a reduzir fluxos turísticos e a reforçar as verbas de conservação (princípio do “poluidor pagador”);
- Promotores, agentes turísticos e turistas, todos são responsáveis pela preservação dos recursos, o que implica um esforço educativo massivo, e coibindo ações de prevaricadores;
- As políticas de conservação não devem ser meramente proibitivas, e sim dar lugar a uma seleção clara dos locais a valorizar;
- É fundamental definir o turismo como uma política transversal, envolvendo praticamente todas as esferas de governo com articulação entre os diversos setores da economia e da sociedade civil organizada, e, por fim;
- O enquadramento dos fluxos turísticos deve ser assegurado aos profissionais (guias e outros agentes) devidamente qualificados, mas sem espírito demasiado corporativo.

Com isso, é importante salientar que para que esse ecoturismo seja praticado de tal forma, são necessários vários esforços, um dele é primordial para manter e seguir as diretrizes estabelecidas, que é um planejamento territorial da área onde será implementado o ecoturismo.

Não obstante, setor público, privado e a comunidade local devem estar alinhados quanto aos objetivos, implementação, planejamento e manutenção do ecoturismo para uma boa eficiência da prática da atividade turística.

2.5 Planejamento Territorial

A fim de criar um bom planejamento territorial, é preciso primeiramente conhecer e caracterizar o território e estabelecer limites para seu desenvolvimento. Esses limites devem ser colocados levando em conta as especificidades do local, bem como sua capacidade de crescimento, sem que haja danos ao meio social e ambiental. Para estabelecer e perdurar um ecoturismo em um território, é importante que haja recursos naturais preservados, no entanto, conforme o aumento da visibilidade de um atrativo turístico, ele passa cada vez mais a ser demasiadamente visitado, o que pode vir a provocar a degradação ambiental e a perda das características intrínsecas que o fez ser conhecido e visitado.

O espaço geográfico é o principal artefato de interesse e exploração para o ecoturismo. Silvestre (2010, p. 20) descreve a importância do planejamento territorial para o desenvolvimento do turismo:

De maneira mais geral, o planejamento territorial visa ordenar a ocupação do território, promovendo o desenvolvimento dessas localidades e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações, tanto nas áreas urbanas como rurais. Partindo da premissa de que o turismo modifica a organização do espaço, prever as áreas com potencial para o desenvolvimento das atividades turísticas possibilita direcionar o modo como, futuramente, a área poderá ser ou não ocupada por tal atividade, servindo como uma base fundamental aos tomadores de decisão para o planejamento e gestão do território municipal.

O ideal é que o planejamento territorial seja feito no começo ou o mais próximo do início das implementações de atividades turísticas, porém, na prática, dificilmente ocorre dessa forma. O primordial é que construa um delineamento e uma estruturação detalhada para a organização das atividades turísticas antes que comesse a ocorrer deterioração. É interessante também que seja feito de forma conjunta e multidisciplinar, em que todos os atores e interessados tenham voz e contribuam para estabelecer as diretrizes.



CAPÍTULO 3.

ÁREA DE ESTUDO – TERRITÓRIO KALUNGA NO MUNICÍPIO DE CAVALCANTE

Figura 10. Território Quilombola Kalunga dentro do Município de Cavalcante/GO.

Fonte: INCRA e IBGE

Elaboração: Lara Nunes

3.1 Breve Contextualização do Histórico de Turismo na Área de Estudo

Os mais antigos relatam que sempre houve o conhecimento de cachoeiras dentro do território Kalunga, membros das comunidades costumavam ir até elas para tomar banho. Por volta da década de 90, um Kalungueiro que residia em Brasília foi em suas férias com um grupo de amigos não Kalungas. Lá, tiveram acesso aos rios, cachoeiras e às lindas paisagens do local. Eles ficaram encantados e começaram a divulgar fotos e relatos sobre a localidade recém-visitada, o que despertou a curiosidade de outras pessoas em conhecer também o local. Alto Paraíso, município vizinho de Cavalcante, começou a crescer e investir no turismo, projetos para implementação e ampliação de infraestrutura básica se desenvolveram, o que levou mais visibilidade para a região da Chapada dos Veadeiros. O ex-prefeito Eduardo Passos viu a possibilidade de desenvolver a atividade turística ali, reunindo, então, a prefeitura, lideranças Kalungas da época e representantes do SEBRAE e da AGETUR (SANTOS, 2019).

Em entrevista realizada em janeiro de 2023, o atual Secretário de Turismo, João Lino, que trabalha com turismo na região há mais de 20 anos, contou como começou o turismo no município de Cavalcante. Segundo ele¹⁴,

com o crescimento de Alto Paraíso, do fluxo de Alto Paraíso, do parque, enfim, o turismo começou a chegar, investidores também, aqui antigamente era bem simplesinho, final da década de 90, pro início de 2000, foi quando teve os primeiros cursos de guia, o Sebrae veio, os levantamentos, inventários, algumas pessoas de Alto Paraíso também começaram a descobrir, já tinha esse movimento começando também em Alto Paraíso, de uma forma um pouco maior, mas também começando, e aí Cavalcante começou a aparecer... Com advento de Santa Bárbara, que sempre foi essa, vamos se dizer assim, o topo do nosso guarda-chuva no turismo, deu visibilidade mesmo pro município, pros Kalunga também, e aí todo esse processo de visitação foi bem excipiente, bem pequeno, a gente teve uma pousada inicialmente, o nome Encantado. Dos anos 2000 pra cá, que começou a ter investimento, os prefeitos, os gestores também começaram a olhar com um olhar mais diferenciado, teve um prefeito aqui que acreditou muito e fez uma diferença muito grande, por exemplo, essa construção desse CAT, dar visibilidade nesse sentido, também de atrair mais, fazer eventos, colocar Cavalcante mais nesse mapa turístico, veio crescendo, em 2009, 2010, isso se acentuou mais ainda, as pessoas também, investindo, vindo, comprando terra, desenvolvendo, o Kalunga também foi um protagonista muito forte nisso, porque o turismo ajudou e colaborou no processo de empoderamento, de luta, pelas

¹⁴ As entrevistas foram transcritas *in verbis*.

terras e própria visitação lá na Santa Bárbara começou a movimentar as comunidades e as lideranças. Teve uma pessoa que teve uma visão muito boa nesse sentido, que foi seu Cirilo, que foi a pessoa que começou mesmo a enxergar, a fazer, a encarar, correr atrás, buscar os cursos, incluir a comunidade e isso começou a gerar renda também pra própria comunidade. Então esse processo foi meio que orgânico, sem muito planejamento, mas ele foi acontecendo. E aí depois do advento das redes sociais, principalmente Instagram, que deu muita visibilidade. Então por volta de 2014 e 2015 pra cá, é que a coisa começou realmente a engatar, e aí o turismo ganhou um corpo muito forte, a gente teve muitos cursos de guia, as próprias associações, se fortalecendo também.

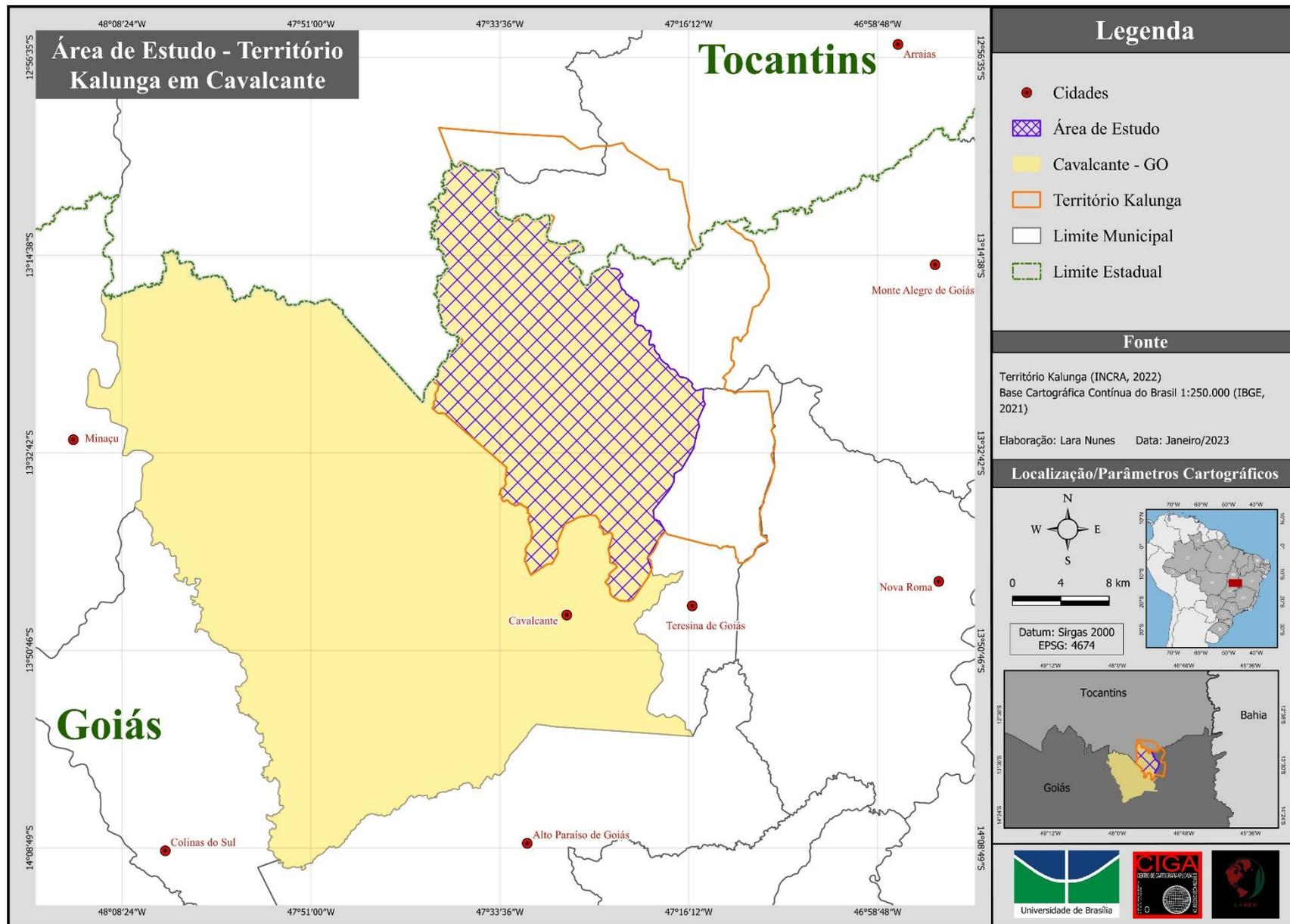
3.2 Caracterização dos Aspectos Físico-naturais do Território Kalunga no Município de Cavalcante/GO

3.2.1 Área de estudo

O recorte espacial estabelecido para este trabalho foi a área do território Kalunga que está dentro do município de Cavalcante, no estado de Goiás. Ao todo, a área de estudo compreende 180.983 mil hectares, sendo, assim, aproximadamente, 68% de todo o território Kalunga de Goiás. Os principais motivos para esse recorte espacial foram, primeiramente, já ter sido visitado pela autora há 6 anos; ter mais disponibilidade de dados e maior referencial teórico acadêmico sobre a comunidade, o turismo praticado na região; e, por fim, ser mais acessível para ser visitado, tendo em vista que seria feita uma pesquisa *in loco*.

O Mapa 2, a seguir, mostra o recorte espacial da área de estudo em relação ao Território Kalunga e o município de Cavalcante/GO, e o mapa de localização da área de estudo.

Mapa 2 – Área de Estudo – Território Kalunga em Cavalcante/GO



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Podemos observar que o Território Kalunga, em laranja, intercepta os municípios de Arraias, Paranã, Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás, e situa-se entre o estado de Tocantins e o estado de Goiás, majoritariamente em Goiás, onde também está toda a área de estudo, simbologia hachurada em roxo no mapa. A área de estudo, como evidenciado anteriormente, é toda a extensão do território Kalunga dentro do município de Cavalcante, representado no mapa em amarelo.

No mapa de localização da área de estudo, observamos que a rodovia estadual GO-241 é a única que intercepta a área de estudo. Além disso, os principais cursos d'água são o Rio Prata, o Rio São Félix, o Rio Corrente, o Rio Maquiné, o Rios das Almas, o Rio Gameleira, o Córrego dos Porcos e o Rio Paranã, que é muito conhecido e utilizados pelos habitantes locais além de ser o divisor dos municípios de Cavalcante, Arraias e Monte Alegre de Goiás. As cidades mais próximas são Cavalcante e Teresina de Goiás. São a elas que os Kalungas e demais habitantes recorrem quando precisam de serviços básicos como atendimento médico, resolver questões burocráticas, lojas de diversas modalidades e afins.

A seguir foram levantados e mapeados elementos do meio físico importantes para serem levados em consideração em um o planejamento territorial do ecoturismo, isso inclui a área de estudo desta pesquisa.

3.2.2 Clima

A Classificação Climática Koppen-Geiger, refinado por Alvares *et al.* (2013), é a mais conhecida e utilizada para caracterização do clima no Brasil, incluindo a caracterização climática da área deste estudo. Dentro dessa classificação, são propostos subtipos e variedades, que levam em consideração as distribuições sazonais das chuvas, bem com a amplitude térmica anual (ALMEIDA, 2016).

Os subtipos que abrangem a área de estudo são Aw (que é o predominante), Cwa e Cwb. De acordo com Almeida (2016 p.315):

- Aw ⇒ Denominado clima de savanas, com inverno seco e chuvas máximas no verão, presente nas regiões Norte, Centro-Oeste e parte do Sudeste;

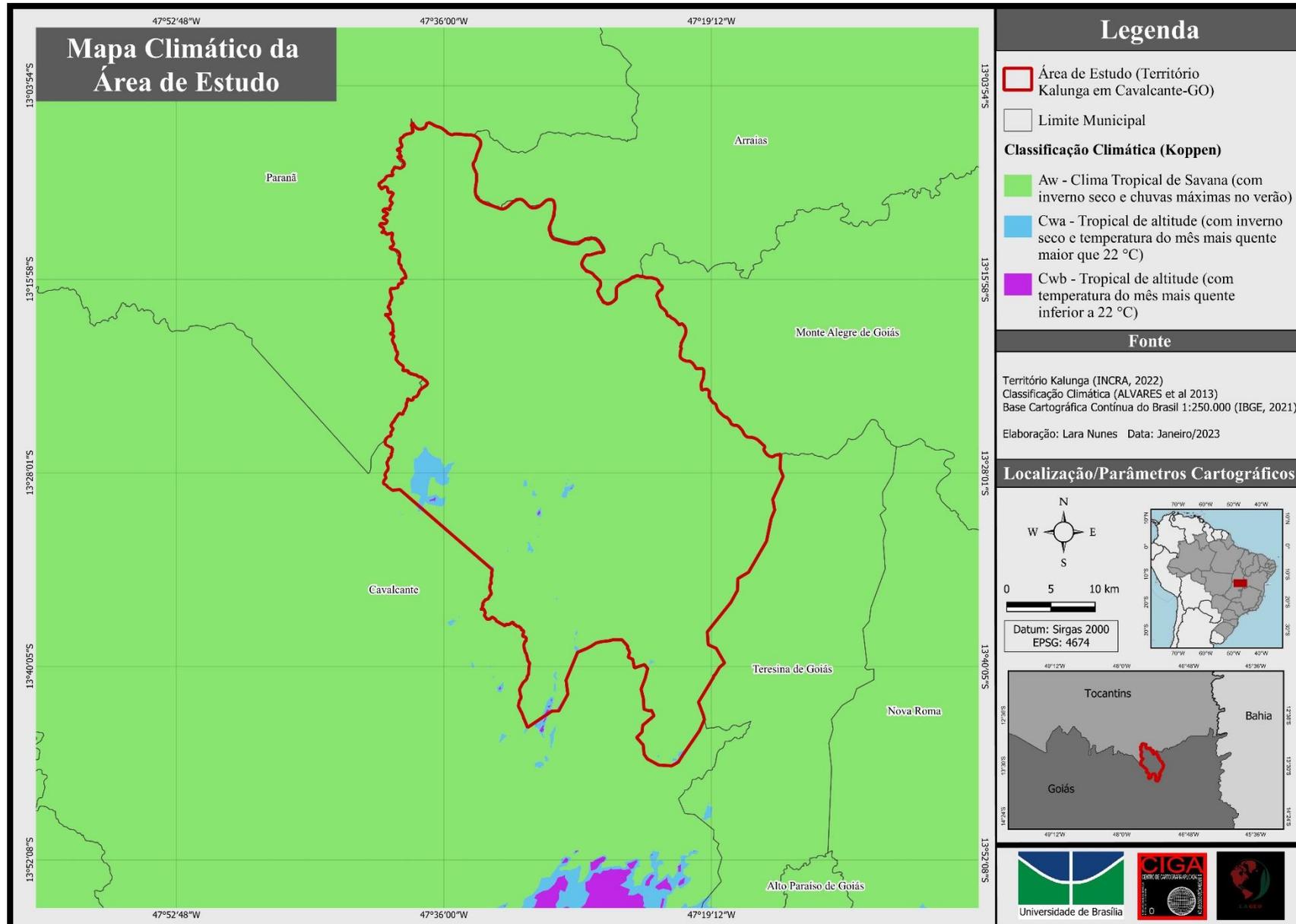
- Cwa ⇒ Tropical de altitude, com inverno seco e temperatura do mês mais quente maior que 22 °C; e

- Cwb ⇒ Tropical de altitude, com temperatura do mês mais quente inferior a 22 °C.

A pluviosidade média da área de estudo varia entre 1300 mm e 1700 mm por ano, sendo a concentração de precipitação nos meses de outubro a abril, que é a denominada estação chuvosa, e de junho a setembro, época de seca.

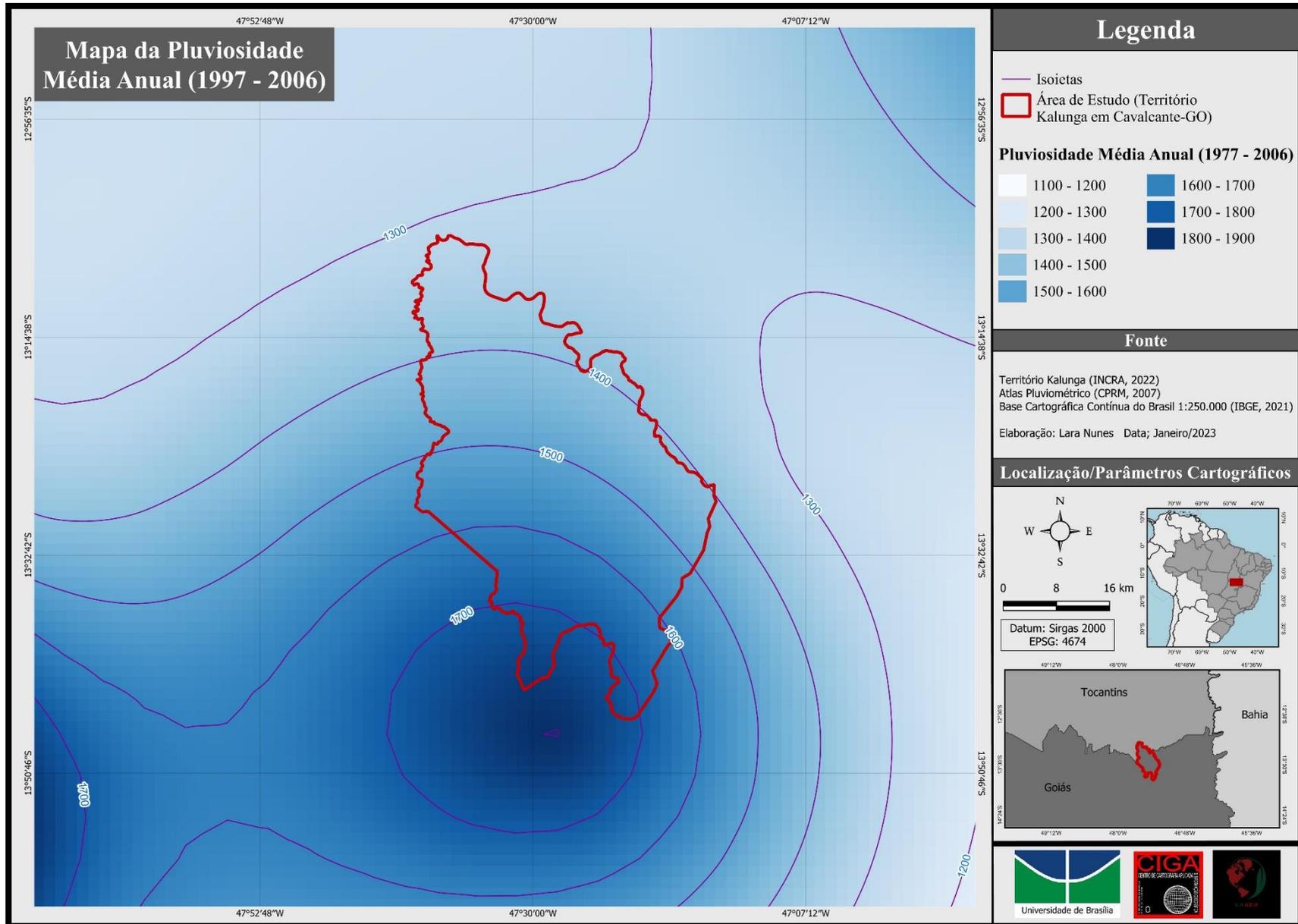
Tais informações, tanto sobre a pluviosidade média quanto a classificação climática e suas especificidades, são importantes para o planejamento das atividades turísticas, tendo em vista que alguns atrativos ficam inacessíveis em época de chuva e outros somem na época da seca, da mesma maneira que deve ser levado em consideração para o planejamento de obras de infraestrutura, principalmente em relação a estradas de acesso, que muitas vezes ficam interditadas pelas fortes chuvas.

Mapa 4 – Mapa Climático da Área de Estudo



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Mapa 5 – Mapa da Pluviosidade Média Anual

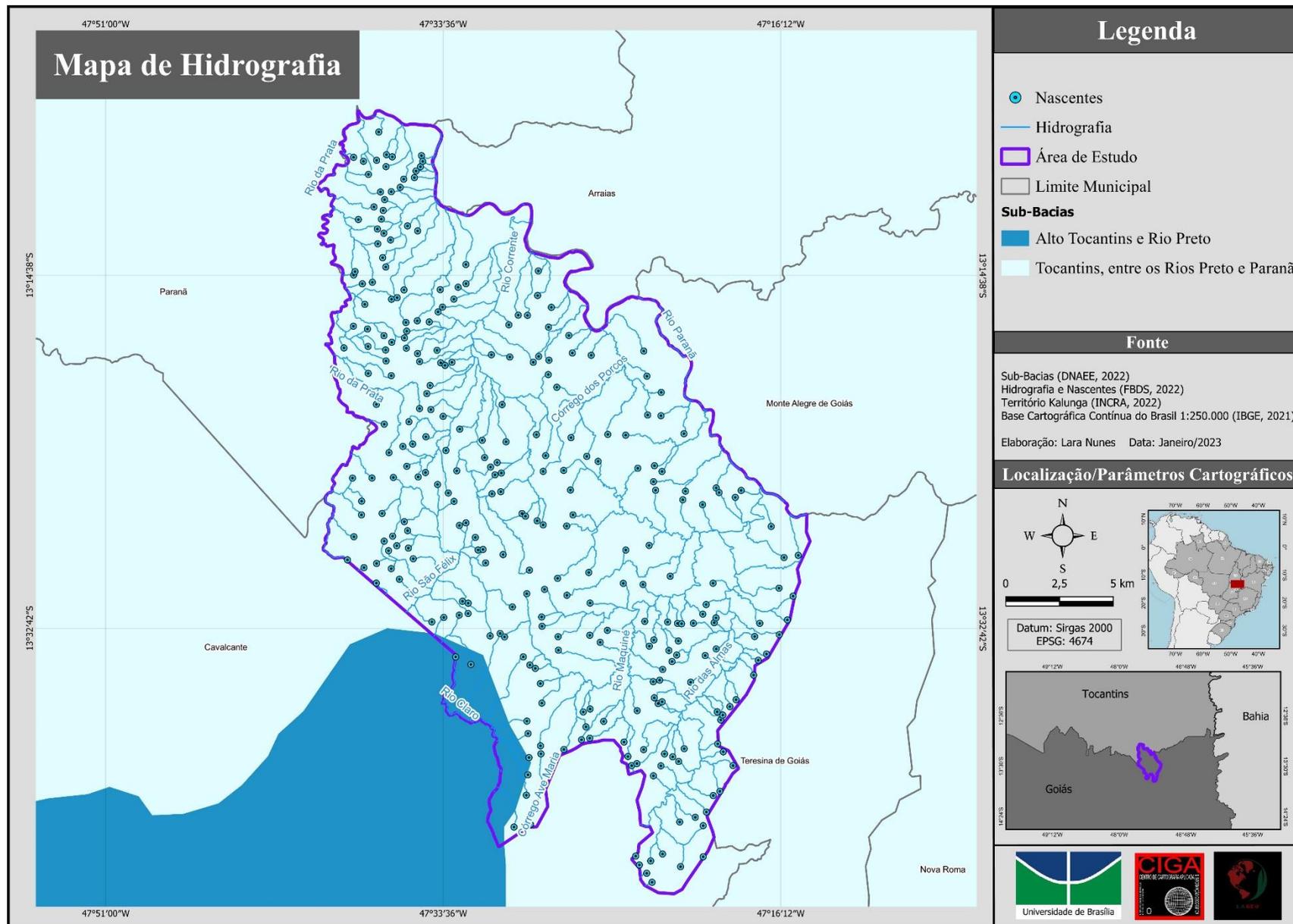


Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

3.2.3 Hidrografia e nascentes

As sub-bacias que abarcam a área de estudo são a do Tocantins, entre os Rios Preto e Paranhã, predominantemente, e uma parte a sudoeste da Alto Tocantins e Rio Preto. A base georreferenciada mais detalhada de hidrografia encontrada foi a da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), que possui resolução de aproximadamente 5 metros. Foi possível identificar mais de 300 nascentes dentro da área de estudo, caso seja feito um levantamento hidrográfico na área, sem dúvidas esse número de nascente irá aumentar, bem como os cursos d'água. Tendo em vista que o maior atrativo para os visitantes atualmente são as cachoeiras, tal levantamento é superimportante para o mapeamento de potenciais atrativos turísticos.

Mapa 6 – Mapa de Hidrografia da Área de Estudo



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

3.2.4 Cobertura vegetal

Os dados da cobertura vegetal da área de estudo foram obtidos da base de dados geoespaciais elaborada e disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O mapeamento foi feito para todo o Brasil na escala de 1:250.000, no ano de 2021. Dentro da área de estudo, foram identificadas quatro classes, são elas: Floresta Estacional Semidecidual Aluvial; Pecuária; Savana Arborizada; e Savana Parque. O Manual Técnico da Vegetação Brasileira (IBGE, 2012, p. 93) as descrevem como:

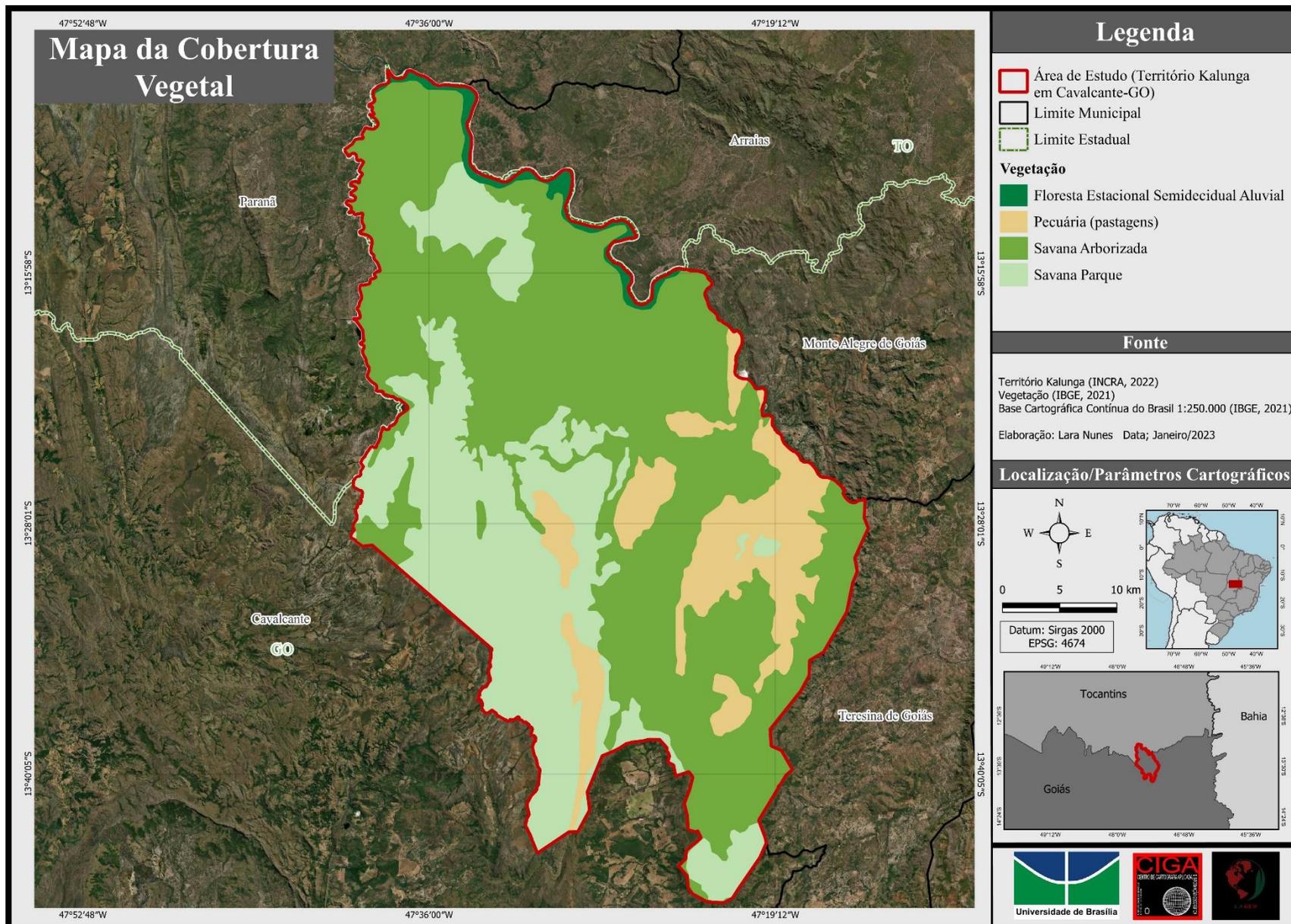
- **Floresta Estacional Semidecidual Aluvial:** é estabelecido em função da ocorrência de clima estacional que determina semideciduidade da folhagem da cobertura florestal. Na zona tropical, associa-se à região marcada por acentuada seca hiberna e por intensas chuvas de verão. É uma formação encontrada com maior frequência na grande depressão pantaneira mato-grossense-do-sul, sempre margeando os rios da Bacia do Rio Paraguai;
- **Savana Arborizada (Campo Cerrado, Cerrado Ralo Cerrado Típico e Cerrado Denso):** é subgrupo de formação natural ou antropizado que se caracteriza por apresentar uma fisionomia nanofanerofítica rala e outra hemicriptofítica graminoide contínua, sujeito ao fogo anual. As sinúsias dominantes formam fisionomias ora mais abertas (Campo Cerrado), ora com a presença de um *scrub* adensado, Cerrado propriamente dito;
- **Savana Parque (Campo-Sujo-de-Cerrado, Cerrado-de-Pantanal, Campo-de-Murundus ou Covoal e Campo Rupestre):** é subgrupo de formação constituído essencialmente por um estrato graminoide, integrado por hemicriptófitos e geófitos de florística natural ou antropizada, entremeado por nanofanerófitos isolados, com conotação típica de um “Parque Inglês” (*Parkland*); e
- **Pecuária:** uso antropizado para pastagens.

Tabela 1 – Área das classes de cobertura vegetal

Classes	Área (ha)	%
Savana Parque	52780,257	29,163%
Floresta Estacional Semidecidual Aluvial	3078,433	1,701%
Pecuária (pastagens)	22880,888	12,643%
Corpo d'água continental	246,477	0,136%
Savana Arborizada	101996,084	56,357%
Total	180982,139	

Elaborado pela autora, 2023.

Mapa 7 – Mapa da Cobertura Vegetal



Elaborado pela autora, 2023.

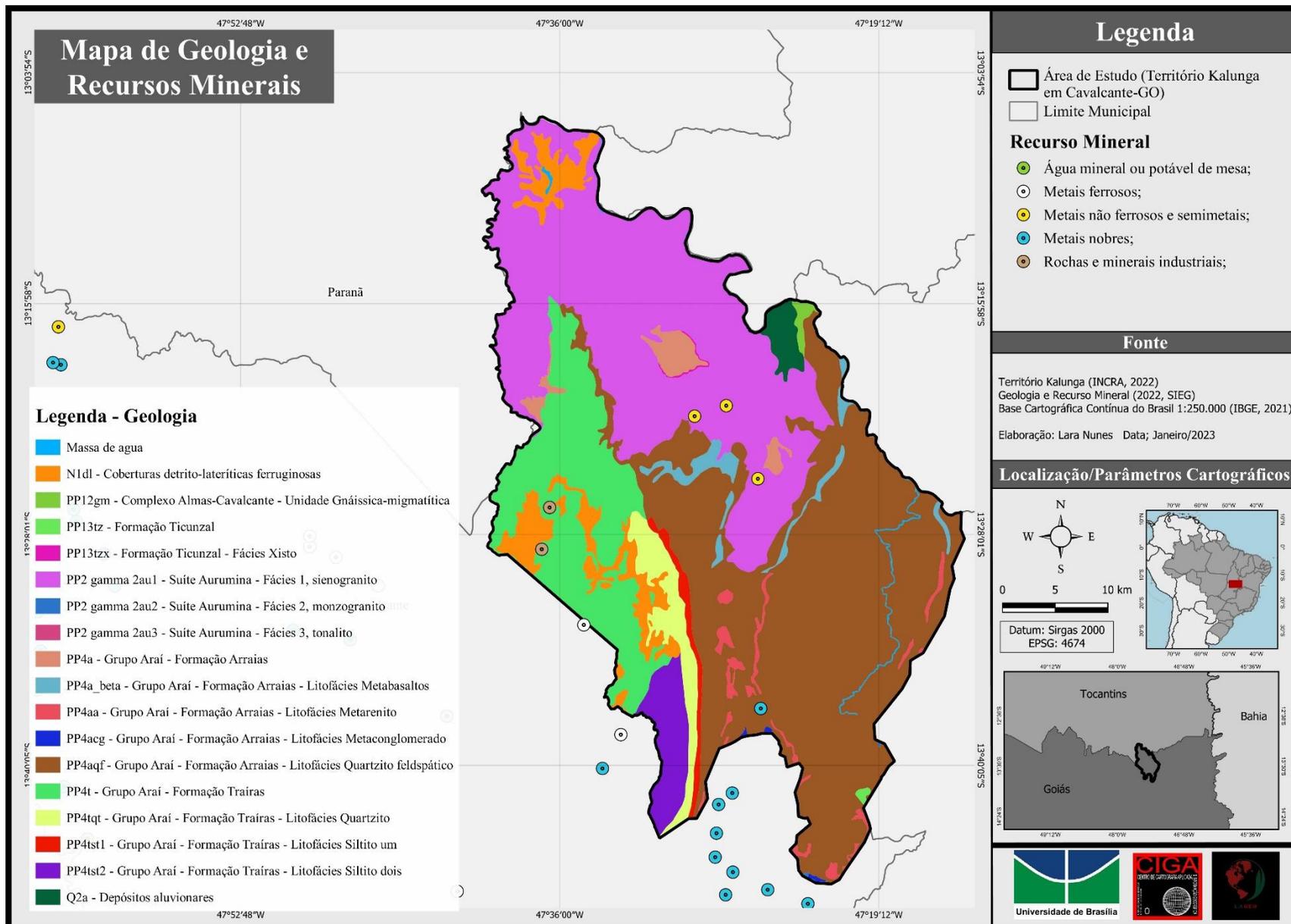
3.2.5 Geologia

O mapeamento e a caracterização geológica são relevantes para este estudo e para o planejamento territorial em geral, principalmente, em dois aspectos. O primeiro está relacionado à questão histórica de ocupação dessa região: no sistema colonial escravista, o interior do Brasil começou a ser ocupado com o propósito de ampliar a exploração dos recursos minerais, como foi explicado no Capítulo 1; é uma região muito rica em metais nobres e ferrosos, dentre outros. Com isso, o interesse em tomar posse de terras de forma ilegal, em grilagem ou para o garimpo, é enorme, conseqüentemente, a disputa territorial acontece de forma intensa e frequente, muitas vezes com violência, e quem acaba sendo prejudicado, historicamente, sempre é o lado mais vulnerável, nesse caso, a comunidade Kalunga.

O segundo está relacionado aos aspectos físicos na área, que permitem compreender a origem pedológica e geomorfológica do local e proporcionam um melhor planejamento do uso da terra. Além disso, os afloramentos rochosos podem ser utilizados para a criação de atrativos turísticos, principalmente os de aventura, como o rapel, escalada, *trekking* e a contemplação da paisagem do alto do morro.

Para a elaboração do mapa, foram utilizados os dados vetorizados de geologia e recursos minerais disponibilizados no Sistema Estadual de Geoinformação do estado de Goiás (SIEG), na escala de 1:500.000, gerado em 2009.

Mapa 8 – Mapa de Geologia e Recursos Minerais



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

3.2.6 Geomorfologia

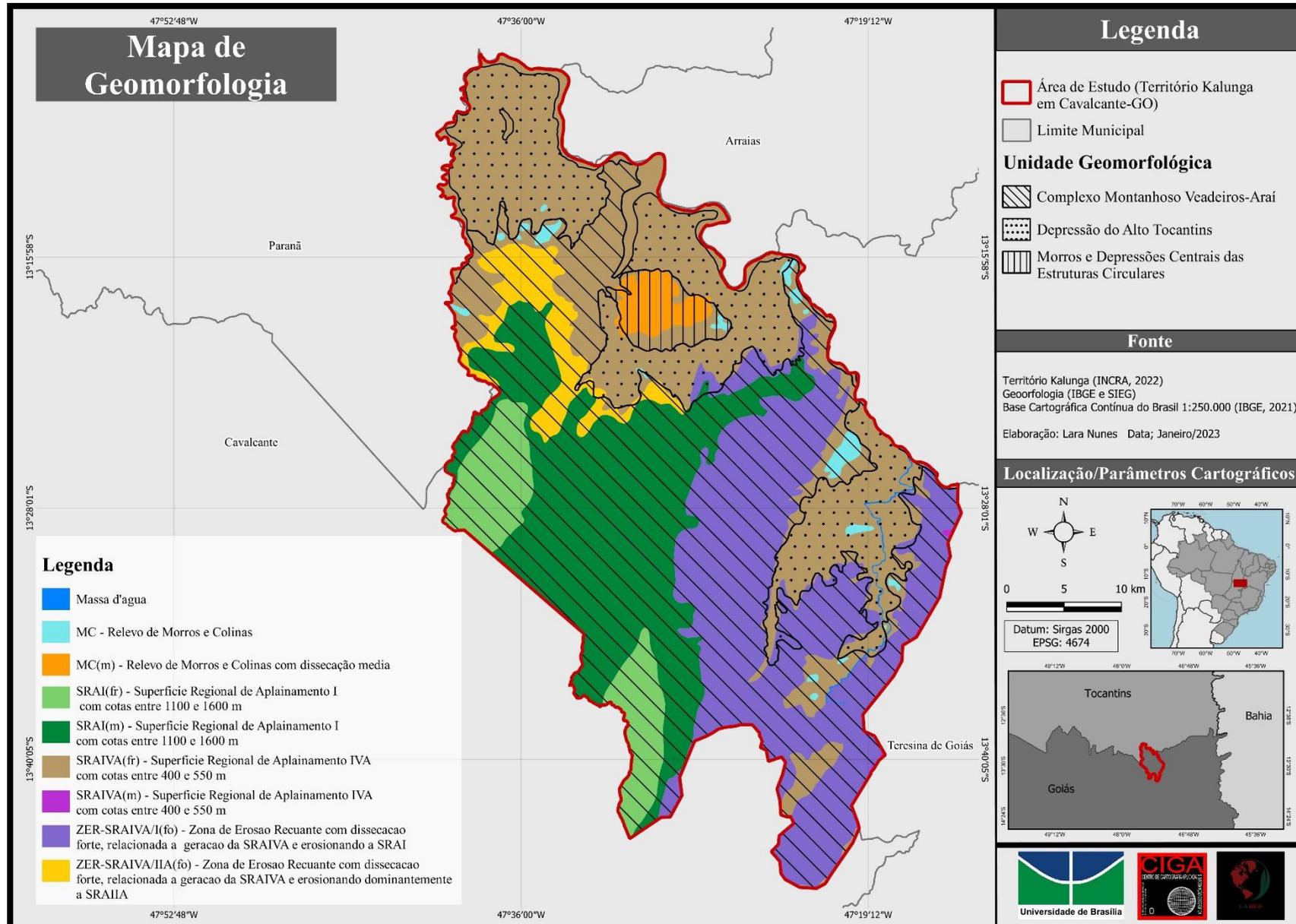
Para a caracterização geomorfológica da área de estudo, foram utilizadas as bases de dados geoespaciais disponibilizadas pelo IGE e pelo SIEG. A descrição das Unidades Geomorfológicas, a seguir, teve como referencial teórico o Manual Técnico de Geomorfologia produzido pelo IBGE e o Relatório Técnico “Ação Kalunga”, coordenado pelo Dr. Rafael Sanzio A. dos Anjos:

- **Complexo Montanhoso de Veadeiros do Araí:** trata-se de uma região montanhosa localizada no centro do Brasil, no estado de Goiás. Essa região é importante pela sua biodiversidade, com uma relevante variedade de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. É composta por cadeias montanhosas de alta altitude e formações rochosas únicas, como penhascos e vales profundos. Sua importância, para além da preservação da biodiversidade, também se dá por sua riqueza em recursos minerais e hídricos, bem como por sua beleza natural, o que o torna atrativo para o turismo, principalmente de aventura, como caminhadas, escaladas, rapel, entre outras atividades;
- **Depressão do Alto do Tocantins:** é caracterizada por uma topografia baixa, com altitudes entre 200 e 500 metros. É uma região úmida, com presença de áreas alagadas, e possui uma biodiversidade rica em espécies de animais e plantas adaptadas ao ambiente úmido. Além disso, é uma região atrativa para o turismo devido às suas belezas naturais, propícia para a prática de atividades ao ar livre, como caminhadas e passeios de barco etc.; e
- **Morros e Depressões Centrais das Estruturas Circulares:** essa região é caracterizada pela presença de morros de origem vulcânica, bem como por depressões intermontadas. Essas estruturas circulares são resultado de atividades vulcânicas do passado e são importantes para a compreensão da geologia e da geomorfologia da região. Os morros são elevações relativamente altas e circulares, com topos planos, enquanto as depressões são áreas de baixa altitude e circular, com fundos planos. Ambos são resultados da interação entre a erosão e a deposição de sedimentos ao longo do tempo. Eles desempenham um papel importante no meio ambiente, fornecendo abrigo para a biodiversidade e água para as populações locais. Essas formações geológicas são atrativas para o

turismo paisagístico, oferecendo vistas panorâmicas e pontos turísticos para visitação.

Todas as unidades geomorfológicas mencionadas são importantes para a conservação da biodiversidade, tendo em vista que possuem uma grande variedade de ecossistemas, espécies de flora e fauna endêmicas, o que atrai turistas interessados em observação da natureza. Essas unidades geomorfológicas também têm um grande valor histórico e cultural, sendo importantes para o turismo cultural, religioso e histórico. Além disso, elas oferecem atividades turísticas que promovem a interação com a natureza, como trilhas, caminhadas, escaladas, passeios de barco, entre outros.

Mapa 9 – Mapa Geomorfológico



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

3.2.7 Pedologia

Assim como os dados sobre a cobertura vegetal, os dados de pedologia da área de estudo foram obtidos da base de dados geoespaciais elaborados e disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O mapeamento foi feito para todo o Brasil na escala de 1:250.000, no ano de 2021. Para a descrição das classes de solos presentes dentro da área de estudo, foi consultado o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos, produzido pela Embrapa em 2018. Predominantemente, temos o Cambissolo Háptico Tb Distrófico (CXbd), logo depois o Plintossolo Pétrico Concrecionário (FFc), seguido do Neossolo Quartzarênico Hidromórfico (RQg), do Latossolo Amarelo Distrófico (LAd) e, por fim, do Latossolo Vermelho Distrófico (LVd).

Segue a descrição de cada um, seguindo o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (EMBRAPA, 2018):

- **Cambissolo Háptico Tb Distrófico (CXbd):** é caracterizado pela presença de camadas finas de horizontes superficiais com pouca matéria orgânica e nutrientes, sobreposta a uma camada subjacente de solo mais fértil, possui baixa capacidade de retenção de água e nutrientes. Ele apresenta pouca profundidade e textura arenosa a argilosa. O CXbd é classificado como distrófico devido à pouca disponibilidade de nutrientes para as plantas. É comum em regiões com altitude média, onde a erosão é intensa, e é tipicamente encontrado em solos de topos de morros e encostas;
- **Plintossolo Pétrico Concrecionário (FFc):** é formado a partir de rochas consolidadas e é caracterizado por camadas de solo relativamente pobres em nutrientes e matéria orgânica, intercaladas com camadas de concreções ou calcários, com alta dificuldade para a penetração das raízes das plantas. Caracterizado por horizontes superficiais de camadas de argila, com presença de rochas fragmentadas;
- **Neossolo Quartzarênico Hidromórfico (RQg):** esse solo é formado em regiões de clima úmido, com presença de camadas de quartzito, horizontes superficiais de argila, com presença de camadas de arenito. É comum em áreas de planícies

aluviais e é frequentemente encontrado também em solos de baixadas e regiões com alta umidade;

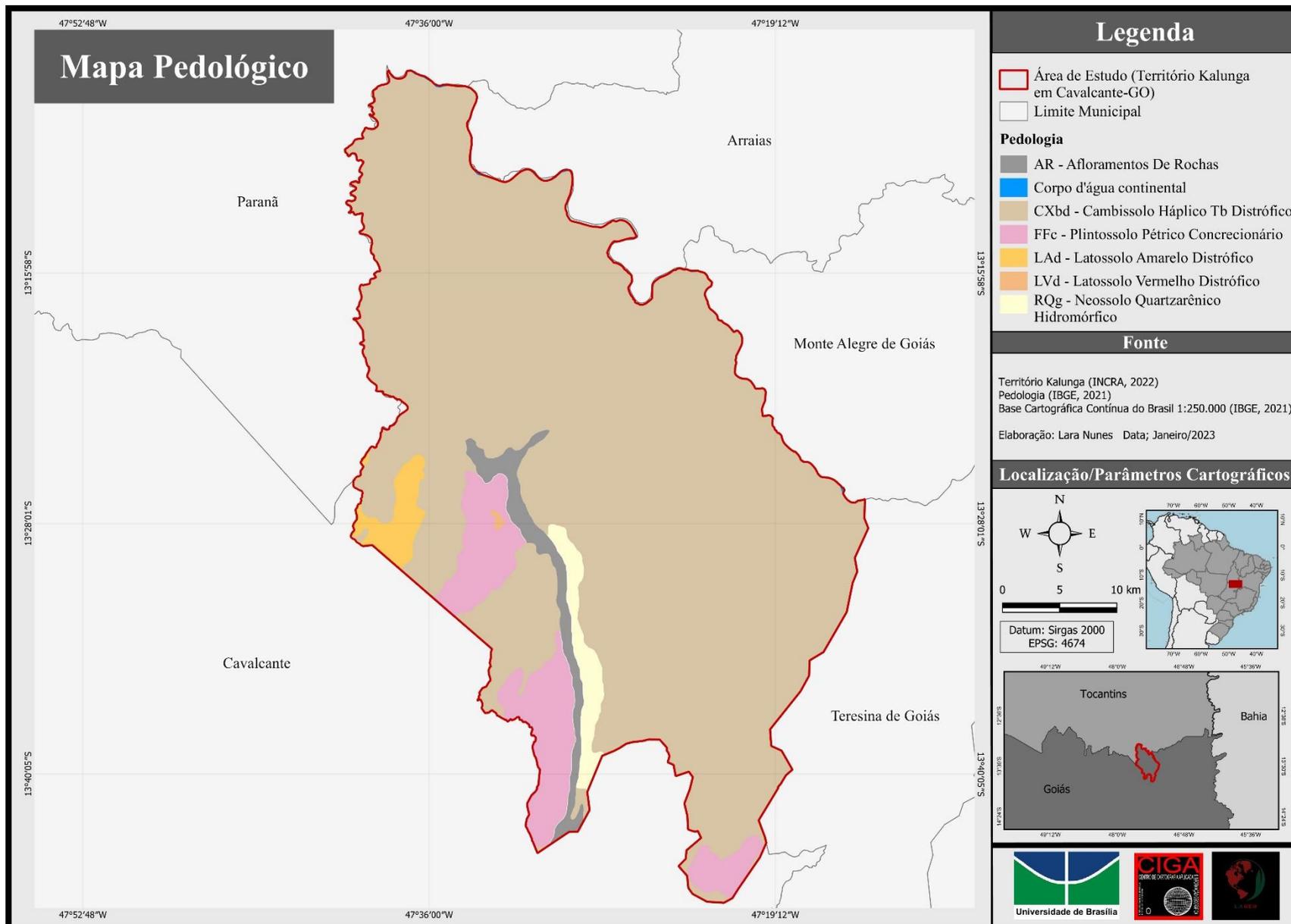
- **Latossolo Amarelo Distrófico (LAd):** esse solo é caracterizado por horizontes superficiais de camadas de argila e presença de nutrientes. É comum em regiões de clima quente e úmido. Com altitude média e cobertura vegetal densa, possui uma textura argilosa e cor amarelada. É classificado como distrófico devido à pouca disponibilidade de nutrientes para as plantas; e
- **Latossolo Vermelho Distrófico (LVd):** esse solo é formado por camadas de argila com presença de óxido de ferro, o que o faz ter a cor vermelha. É comum em regiões de clima quente e úmido, com altitude média e cobertura vegetal densa.

A Pedologia é importante para o planejamento do ecoturismo porque:

- 1. Informa sobre a qualidade do solo:** conhecer as propriedades dos solos ajuda a avaliar sua capacidade para suportar a infraestrutura necessária para o turismo, como trilhas, acampamentos e outras instalações;
- 2. Contribui para a preservação do meio ambiente:** compreender como os solos afetam a biodiversidade e o funcionamento dos ecossistemas é crucial para desenvolver práticas de ecoturismo sustentáveis e minimizar o impacto sobre o meio ambiente;
- 3. Facilita a escolha de áreas para o ecoturismo:** conhecer as características dos solos permite identificar áreas propícias para o ecoturismo, considerando aspectos como a vegetação, a presença de cursos d'água, a topografia e outros fatores relevantes; e
- 4. Ajuda a prevenir erosão e degradação do solo:** entender como o uso da terra pode afetar sua integridade é importante para desenvolver práticas que minimizem a erosão e a degradação do solo, mantendo a qualidade do meio ambiente para o turismo.

A Pedologia é uma ciência importante para o planejamento do ecoturismo, pois fornece informações valiosas sobre as propriedades dos solos e seu impacto sobre o meio ambiente, contribuindo para a preservação dos ecossistemas e a promoção de práticas de turismo sustentáveis.

Mapa 10 – Mapa Pedológico



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

3.2.8 Declividade

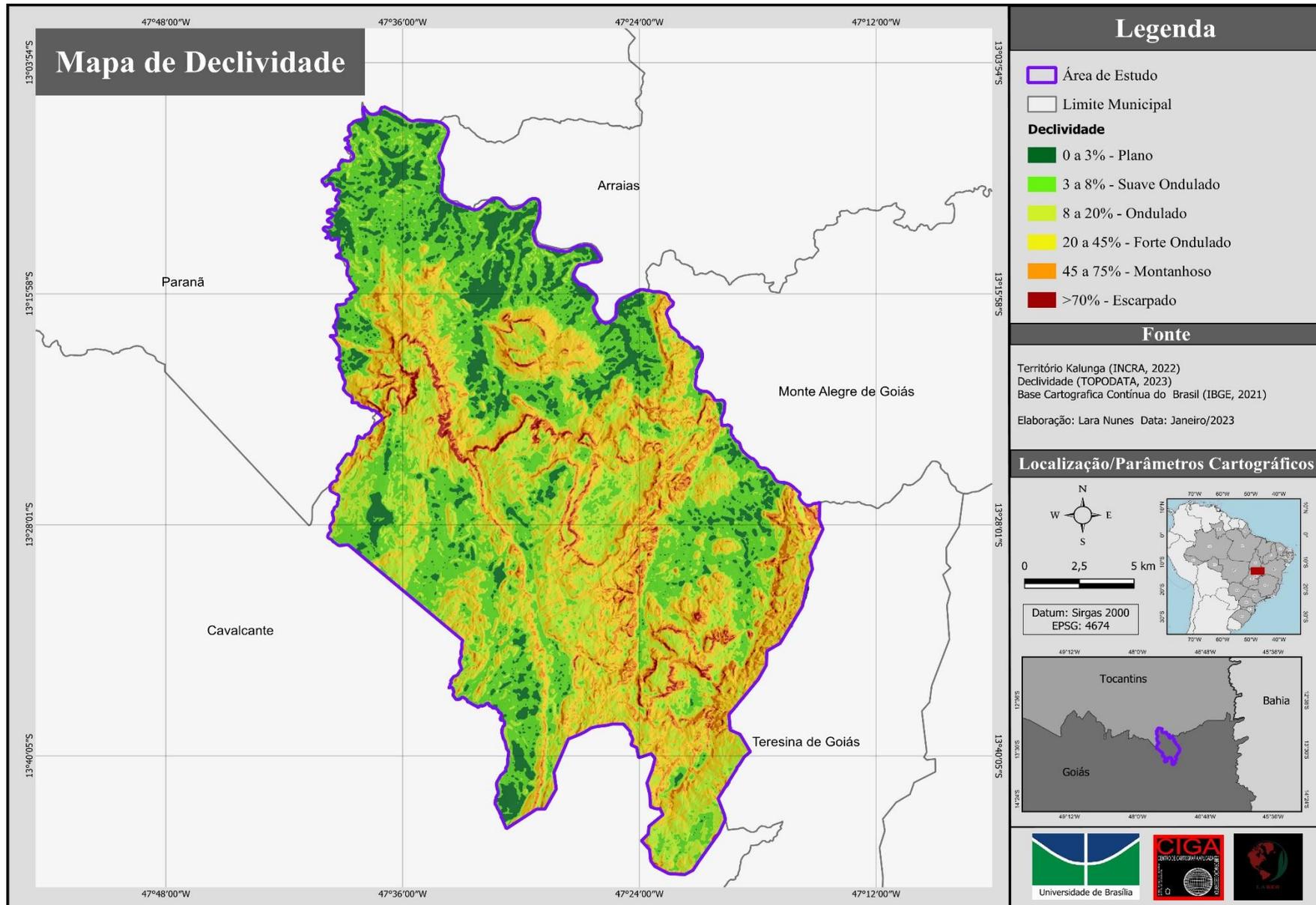
A declividade é a inclinação ou o ângulo de uma superfície em relação ao nível do solo ou à horizontal. É medida em porcentagem ou graus e pode ser positiva (subindo) ou negativa (descendo). A declividade é importante porque pode afetar diversos aspectos, como a drenagem de água, a erosão, a vegetação e a possibilidade de construção. Além disso, a declividade pode ser um fator importante na escolha de uma área para atividades turísticas, como caminhadas, escaladas e esportes de montanha.

A seguir, a descrição das classes de declividade (EMBRAPA, 1979):

- **Plano (0-3%)** – Essa classe representa áreas com declividades moderadas, de 0% a 3%, e é comumente encontrada em áreas planas e baixadas.
- **Suave-ondulado (3-8%)** – Esse tipo de classe é encontrado em áreas com declividades leves a moderadas, variando entre 3% e 8%. É caracterizado por colinas suaves e ondulações na paisagem.
- **Ondulado (8-20%)** – A classe ondulada representa áreas com declividades mais acentuadas, variando de 8% a 20%. Essas áreas são geralmente caracterizadas por uma combinação de colinas e vales, com declividades acentuadas em alguns pontos.
- **Forte-ondulado (20-45%)** – Essa classe é encontrada em áreas com declividades muito acentuadas, variando de 20% a 45%. Essas áreas apresentam colinas e vales mais pronunciados e são mais difíceis de serem utilizadas para fins agrícolas ou turísticos.
- **Montanhoso (45-75%)** – Esse tipo de classe é encontrado em áreas montanhosas, com declividades muito altas, variando de 45% a 75%. As áreas montanhosas são caracterizadas por altitudes mais elevadas e declividades íngremes, o que pode afetar negativamente as atividades agrícolas e turísticas.
- **Forte-montanhoso (>75%)** – Essa classe representa as áreas montanhosas mais íngremes, com declividades superiores a 75%. Essas áreas são muito difíceis de serem utilizadas para fins agrícolas ou turísticos devido às suas altitudes elevadas e declividades acentuadas.

As classes de declividade são importantes para o turismo pois afetam a viabilidade e a acessibilidade de atividades turísticas em uma determinada área. Áreas planas são mais fáceis de serem acessadas e podem ser utilizadas para atividades como caminhadas, piqueniques e atividades recreativas. Já áreas fortemente inclinadas podem ser desafiadoras e limitar o acesso de turistas, especialmente aqueles com mobilidade reduzida. Além disso, a declividade também afeta a característica e a “qualidade” da paisagem, como a vista de uma paisagem montanhosa pode ser mais atrativa do que uma paisagem plana. A declividade também pode afetar a vegetação e a biodiversidade, pois diferentes tipos de plantas e animais são adaptados a diferentes graus de inclinação. Portanto, a classificação de declividade é importante para o planejamento de atividades turísticas e para o gerenciamento de recursos naturais.

Mapa 11 – Mapa de Declividade



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

3.3 Espacialização dos Atrativos, Acessos e Serviços Turísticos

O planejamento territorial voltado para o ecoturismo é importante para identificar e organizar as potencialidades turísticas de uma região, a fim de melhorar a oferta turística e aproveitar as oportunidades de desenvolvimento econômico, sem prejudicar o meio ambiente e as comunidades locais. O mapeamento dos elementos atrativos, acessos e serviços turísticos é crucial para o desenvolvimento de estratégias eficientes de promoção e gestão turística. Ele também ajuda a identificar oportunidades de melhoria e ampliação dos serviços turísticos existentes, bem como a definição de novas atividades e roteiros. A seguir são explanados pontos no qual evidencia que o mapeamento é ferramenta fundamental nesse processo do planejamento territorial, pois permite:

- **Identificar os atrativos turísticos:** conhecer os pontos turísticos da região é importante para planejar a estruturação turística, oferecendo melhores condições para os turistas e aproveitando ao máximo os recursos naturais e culturais da região;
- **Melhorar a logística:** o mapeamento dos acessos ajuda a identificar pontos críticos e necessidades de melhorias nas estradas, pontes e outras infraestruturas de transporte;
- **Otimizar os serviços turísticos:** conhecer a disponibilidade de serviços turísticos na região, tais como hotéis, restaurantes, agências de turismo permite planejar a melhoria e ampliação da oferta de serviços, tornando a região mais atrativa para os turistas; e
- **Identificar oportunidades de investimento:** o mapeamento de atrativos, acessos e serviços turísticos permite identificar áreas que precisam de melhorias e investimentos

Logo, mapeamento permite uma visão completa da situação turística da região, incluindo sua biodiversidade, recursos culturais, infraestrutura, dentre outros. Ele ajuda a identificar as áreas prioritárias para o desenvolvimento do ecoturismo e a definir estratégias para promover o turismo de forma sustentável. Ademais o mapeamento pode ser útil para garantir a segurança dos visitantes, facilitar o acesso aos atrativos e maximizar os benefícios econômicos e sociais, facilitando a tomada de decisões para melhorar a oferta turística e aproveitar as oportunidades de desenvolvimento econômico.

3.3.1 Atrativos turísticos

Para a identificação e georreferenciamento dos atrativos turísticos, foram cruzados dados de três fontes para se obter a localização mais precisa de cada ponto, tendo em vista que não foi possível ir a campo para coletar as coordenadas de cada um dos pontos turísticos. Foram eles o *site* da AQK, o *Google Maps* e trilhas perdidas.

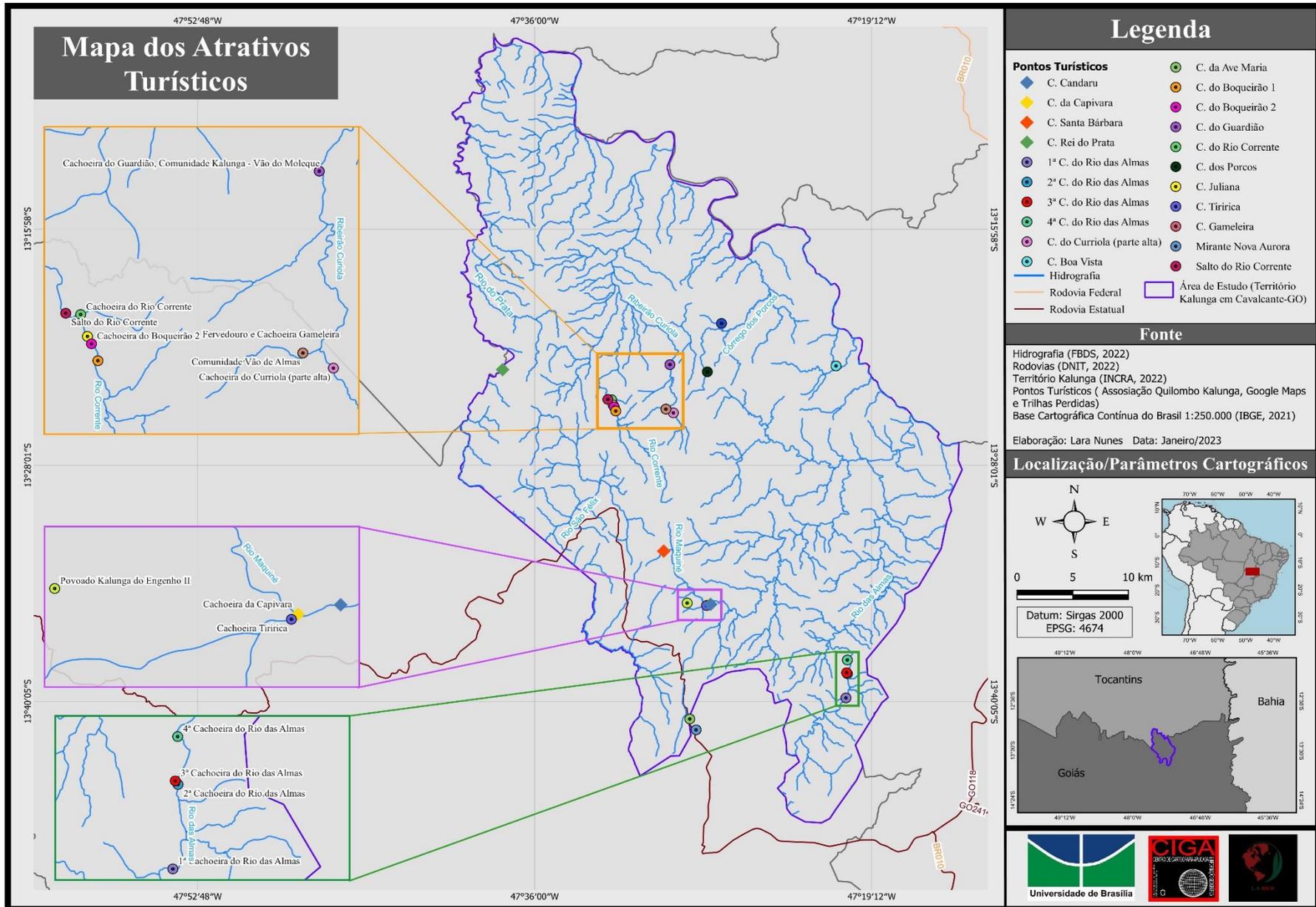
Ao todo, foram mapeados 28 atrativos turísticos, com suas respectivas coordenadas. No entanto, conversando com os moradores locais, foram identificados mais 6 pontos turísticos, que quase não são visitados pelos turistas, mas que a comunidade conhece e frequenta, porém não foram georreferenciados no mapeamento por falta de dados de suas respectivas coordenadas, são eles: as cachoeiras Bom Jesus, Tamanduá, Boa Brisão, Canta Galo, Garimpão e Ponte de Pedra.

Tabela 2 – Relação dos atrativos mapeados e suas coordenadas

Name	Longitude	Latitude
Cachoeira da Capivara	-47,4566429	-13,5859369
Cachoeira Candaru	-47,4537417	-13,5852808
Cachoeira da Ave Maria	-47,4710173	-13,6828348
Complexo Rei do Prata	-47,626563	-13,3854635
Cachoeira Santa Bárbara	-47,4927046	-13,539965
Cachoeira Tiririca	-47,4570882	-13,5862908
Cachoeira do Curriola (parte alta)	-47,4846268	-13,4222676
Cachoeira do Rio Corrente	-47,5360246	-13,4110964
Cachoeira do Guardião	-47,4875015	-13,3812471
Cachoeira Rei do Prata	-47,626563	-13,3854635
Mirante da Nova Aurora	-47,465782	-13,692096
Cachoeira Candaru	-47,4537417	-13,5852808
Povoado Kalunga do Engenho II	-47,4731684	-13,5841464
Fervedouro e Cachoeira Gameleira	-47,490837	-13,419119
Cachoeira Juliana e Fazenda Maquiné	-47,534649	-13,415656
Cachoeira Boa Vista	-47,349468	-13,382335
Comunidade Vão de Almas	-47,490837	-13,419119
Comunidade Vão do Moleque	-47,444668	-13,346177
Fazenda Vão do Moleque	-47,4424778	-13,3461774
2ª Cachoeira do Rio das Almas	-47,3399826	-13,6443355
3ª Cachoeira do Rio das Almas	-47,3406464	-13,6434585
1ª Cachoeira do Rio das Almas	-47,3412166	-13,664934
4ª Cachoeira do Rio das Almas	-47,3400667	-13,632645
Cachoeira do Boqueirão 2	-47,5338246	-13,417196
Cachoeira do Boqueirão 1	-47,5325192	-13,4207232
Salto do Rio Corrente	-47,5390577	-13,410837
Cachoeira dos Porcos	-47,4564122	-13,3873569

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

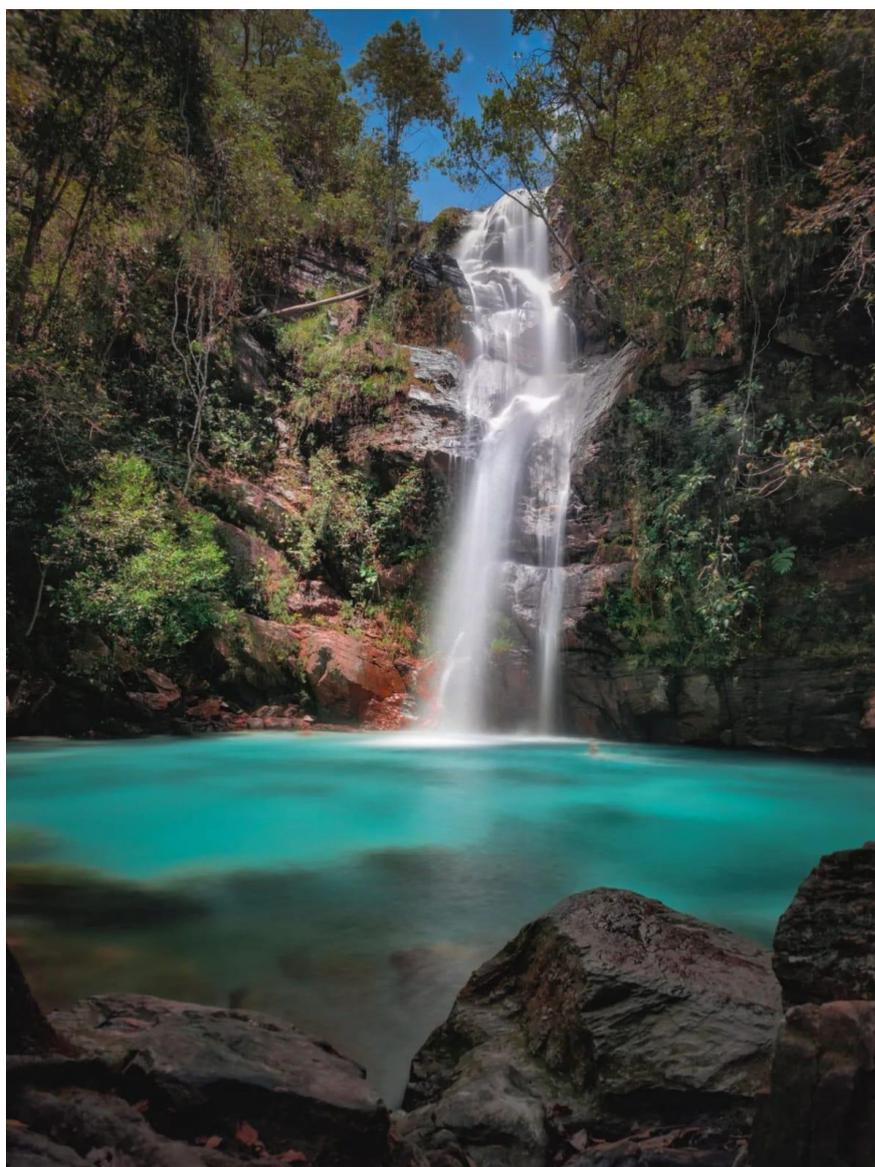
Mapa 12 – Mapa dos Atrativos Turísticos Identificados



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

É importante lembrar que devem existir vários outros pontos que têm potencial para se tornarem atrativos turísticos, mas é necessário um levantamento mais apurado. Mesmo assim, dentre os 28 atrativos, apenas 5 são amplamente divulgados e recebem fluxo alto de visitantes, são eles: Cachoeira Santa Bárbara, Cachoeira Candaru, Cachoeira Capivara, Complexo do Prata e Cachoeira Guardião. Esses dois últimos, Complexo do Prata e Cachoeira do Guardião, foram abertas recentemente para visitação e ainda estão no processo inicial de divulgação e estruturação para receber os turistas.

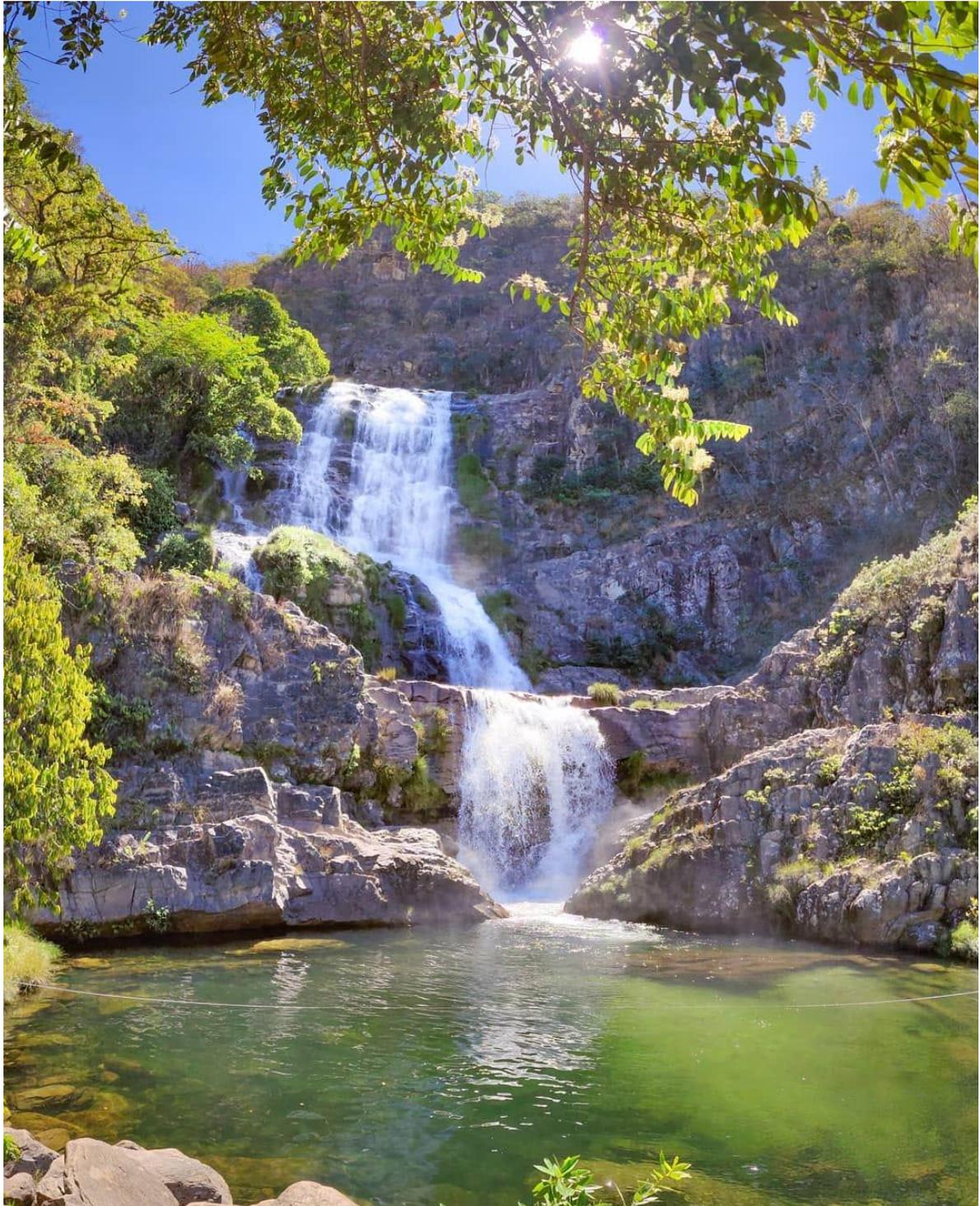
Figura 11 – Cachoeira Santa Bárbara



Fonte: Daniel Maia¹⁵

¹⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CovUxQ3J7L1/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

Figura 12 – Cachoeira Candaru



Fonte: Daniel Maia¹⁶

¹⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B12CzOoJzc/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

Figura 13 – Cachoeira Capivara



Fonte: Nelson Cho¹⁷

¹⁷ Disponível em: <https://guiaviajarmelhor.com.br/toda-a-beleza-e-encanto-da-cachoeira-da-capivara-em-cavalcante/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

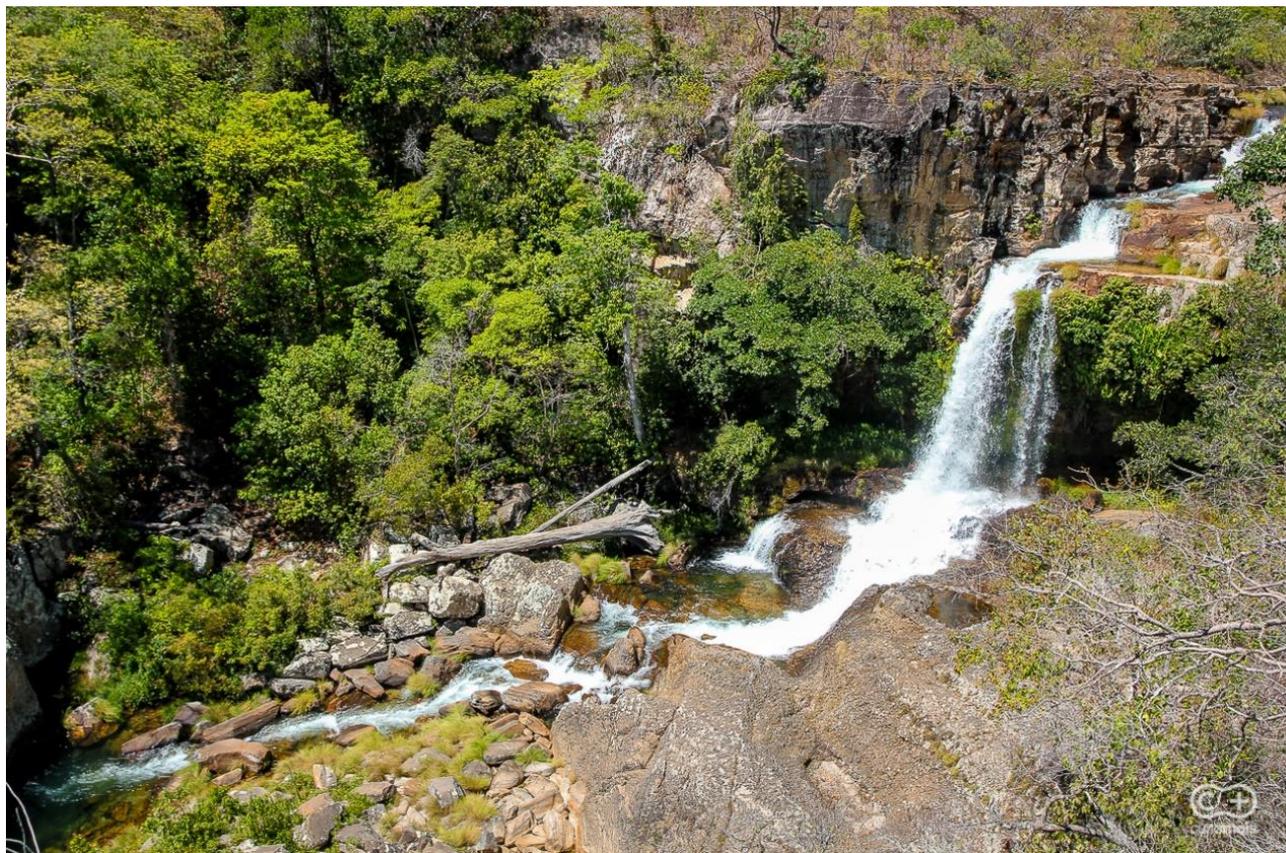
Figura 14 – Cachoeira Guardião



Fonte: Daniel Maia¹⁸

¹⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BzkyGImpQTO/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

Figura 15 – Complexo do Prata: Cachoeira Rainha do Prata



Fonte: Marcos Aleotti¹⁹

¹⁹ Disponível em: <https://www.curtamais.com.br/goiania/com-7-cachoeiras-incriveis-complexo-do-prata-e-um-paraiso-quase-intocado-na-chapada-dos-veadeiros>. Acesso em: 23 fev. 2023.

Figura 16 – Complexo do Prata: Cachoeira Rei do Prata



Fonte: Marcos Aleotti²⁰

²⁰ Disponível em: <https://www.curtamais.com.br/goiania/com-7-cachoeiras-incriveis-complexo-do-prata-e-um-paraiso-quase-intocado-na-chapada-dos-veadeiros>. Acesso em: 23 fev. 2023.

3.3.2 Acessos e serviços turísticos

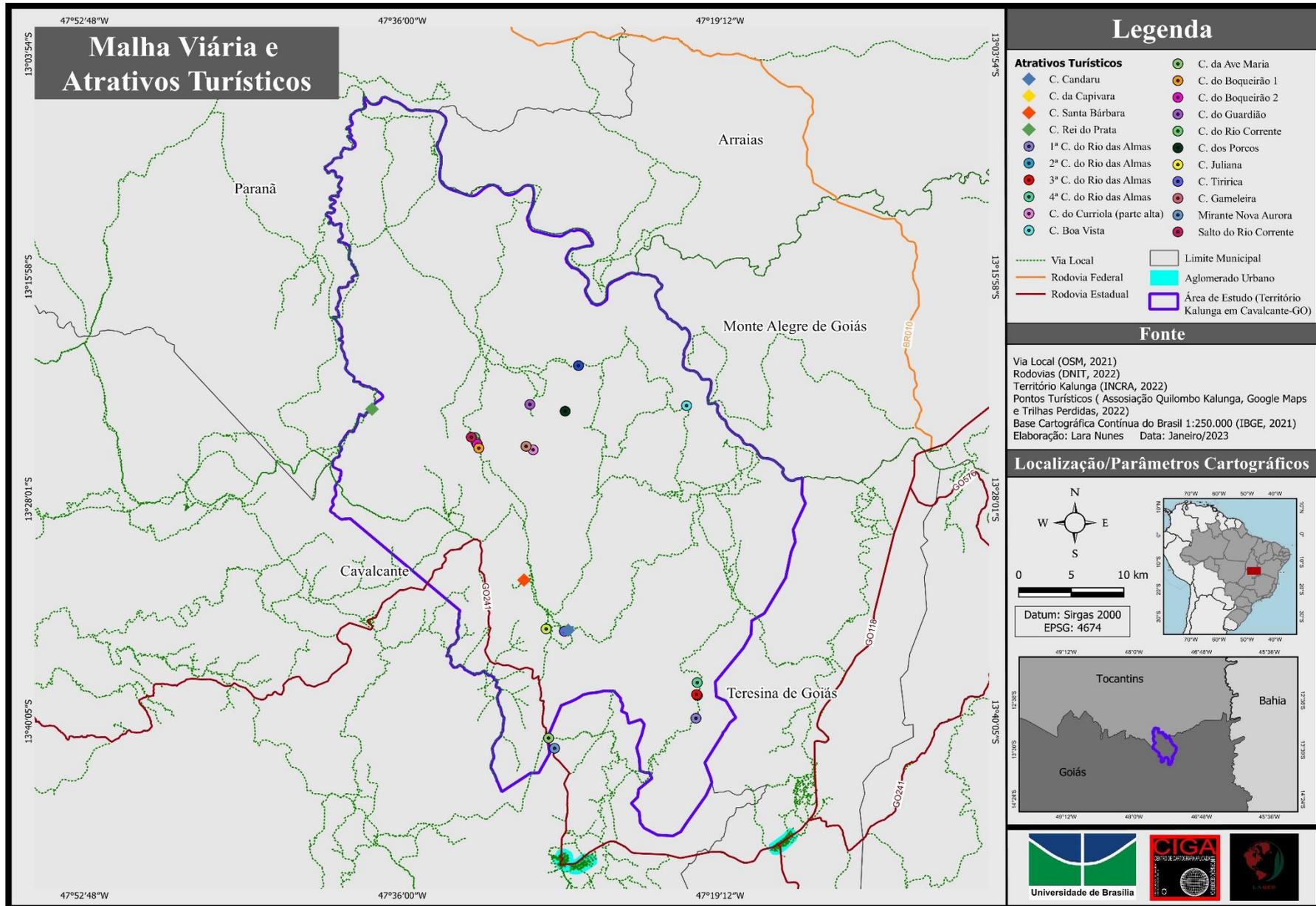
Como evidenciado anteriormente, apenas uma rodovia intercepta a área de estudo, a GO-241. Esse trecho interceptado da rodovia não é pavimentado. Para entender melhor sobre os demais acessos, eles foram cruzados com os pontos turísticos. Observa-se, assim, que todos os pontos mapeados já têm pelo menos uma estrada para chegar até lá, a principal questão são as condições dessas estradas. Todas elas são estradas não pavimentadas, ou seja, de terra, a qualidade é precária, poucos veículos conseguem acessar e é necessário ser um veículo alto com tração nas quatro rodas. As únicas que não precisam de 4x4 para acessar são as do Engenho II, todas as outras precisam de um veículo alto. Basicamente, quanto mais ao norte, pior são as condições do acesso. Nas estações do ano chuvosas, muitas vezes, nem mesmo veículo 4x4 consegue acessar, deixando os habitantes isolados. Para o deslocamento nessas áreas de difícil acesso, o mais comum é a cavalo ou a pé.

Figura 17 – Estrada de acesso à Cachoeira Candaru



Elaborado pela autora, 2023.

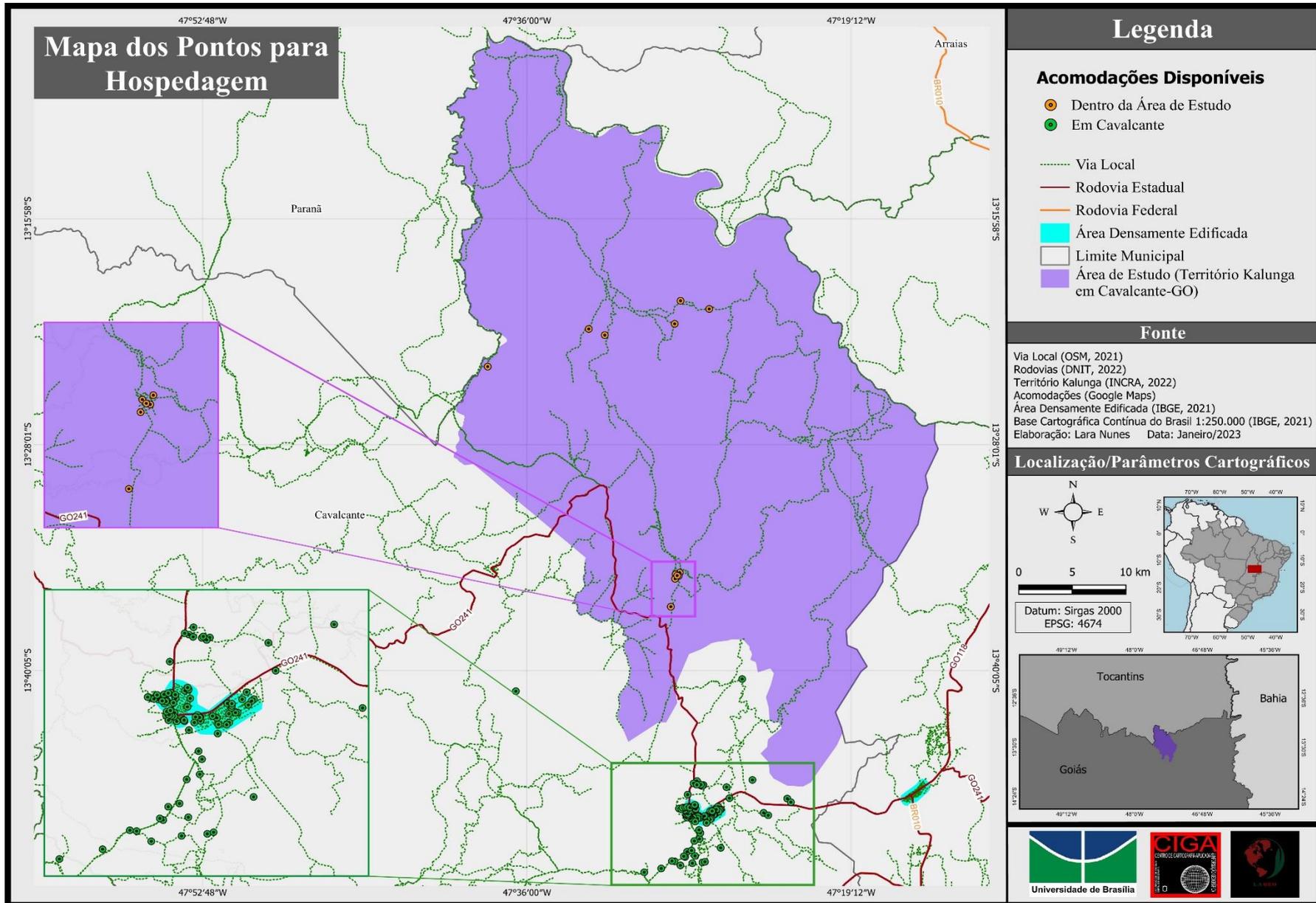
Mapa 13 – Malha Viária e Atrativos Turísticos



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

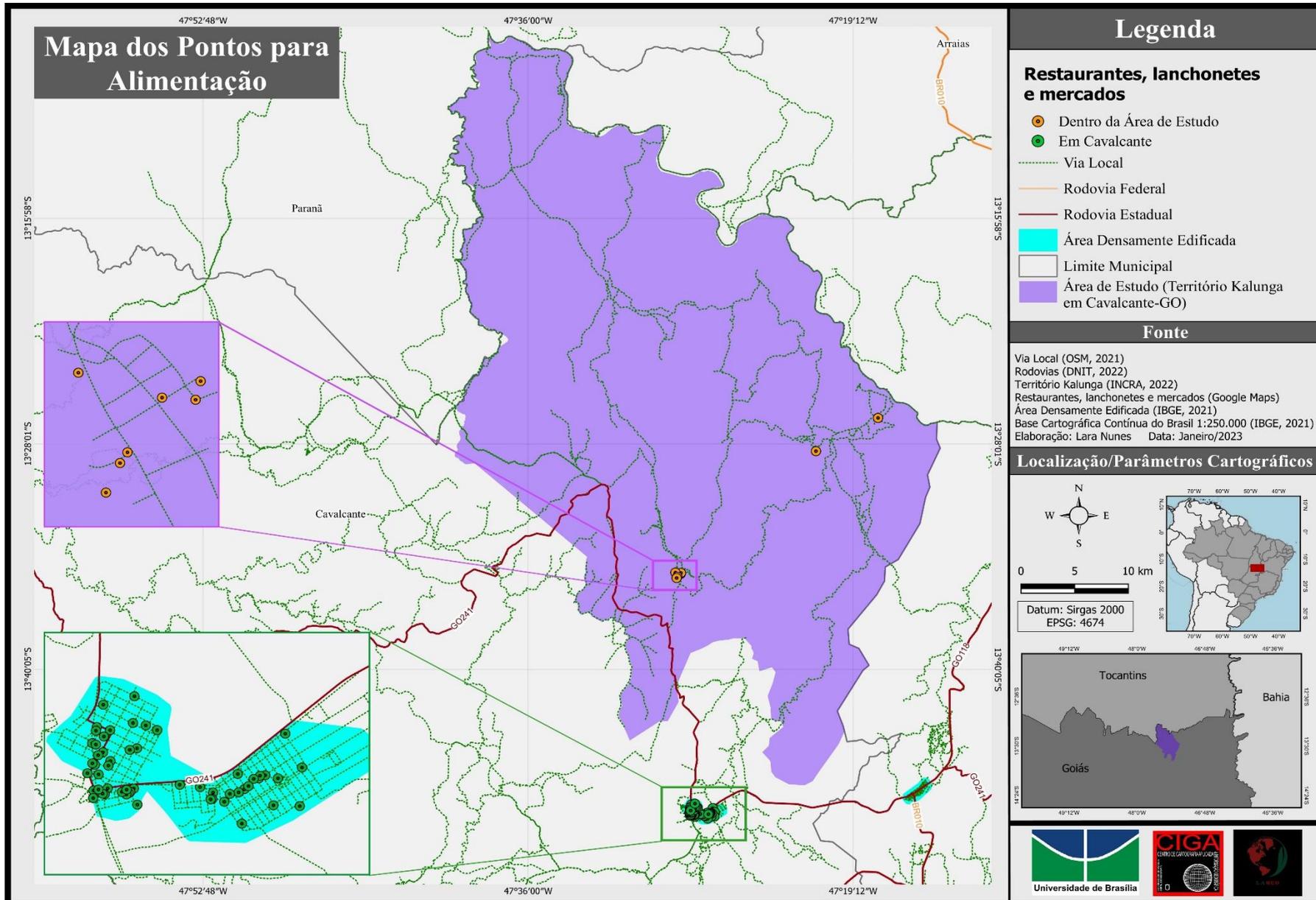
No levantamento de locais para hospedagem, foram identificados e mapeados pousadas, casas de temporada, *hostel*, *camping* e acomodações nas casas de alguns Kalungas, que é feita de forma informal: oferecem um quarto para dormir ou o quintal para acampar. No levantamento de locais para alimentação, foram mapeados restaurantes, lanchonetes e mercados. Ambos, hospedagem e alimentação, foram obtidos através dos dados do *Google Maps*. Conseguimos observar um padrão de poucos pontos dentro da área de estudo, e uma concentração de locais na área densamente edificada, elaborados e disponibilizados pelo IBGE, que nesse caso é a cidade de Cavalcante, ou seja, todo o fluxo de pessoas e toda fonte de renda gerada pelos serviços turísticos se acumulam na cidade de Cavalcante e não no território Kalunga.

Mapa 14 – Pontos para Hospedagem



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Mapa 15 – Pontos para Alimentação



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.



CAPÍTULO 4.

ANÁLISE DO ECOTURISMO NO TERRITÓRIO KALUNGA NO MUNICÍPIO DE CAVALCANTE/GO

Figura 18. Cachoeira Santa Bárbara, Comunidade Kalunga do Engenho II.

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Elaboração: Lara Nunes

4.1 Análise de Séries Temporais Derivadas de Imagens de Sensoriamento Remoto

O monitoramento temporal advindo de imagens de satélite é um recurso muito utilizado atualmente para o acompanhamento e análise da dinâmica e das modificações do uso da terra com o passar do tempo. O sensoriamento remoto para essa finalidade tem sido usado cada vez mais por diversas empresas privadas e por órgãos públicos brasileiros. Tal medida é fundamental para o controle de queimadas, desmatamentos, grilagem, o avanço do agronegócio e afins.

Para analisar a área de estudo, foram utilizados os dados elaborados e disponibilizados pelo MapBiomias. Trata-se de uma rede colaborativa composta por ONGs, universidades e *startups* de tecnologia. Com início no ano de 2015, esse projeto tem como um dos objetivos a elaboração anual de mapas de uso e cobertura da terra para todo o Brasil²¹. O MapBiomias possui dados anuais desde 1985, a classificação mais recente foi lançada em agosto de 2022, denominada Coleção 7.0. Nesse mapeamento, o MapBiomias conseguiu identificar 27 classes distintas de uso da terra o período abrange de 1985 até 2021, que foi o intervalo analisado nesta pesquisa, nos seguintes anos: 1985, 1990, 2000, 2010 e 2021.

A seguir, estão as descrições disponibilizadas pelo próprio MapBiomias das classes que foram identificadas dentro da área de estudo no período de 1985 a 2021:

- **Formação Florestal:** tipos de vegetação com predomínio de espécies arbóreas, com formação de dossel contínuo (Mata Ciliar, Mata de Galeria, Mata Seca e Cerradão) (RIBEIRO & WALTER, 2008), além de florestas estacionais semidecíduais;
- **Formação Savânica:** formações savânicas com estratos arbóreo e arbustivo-herbáceos definidos (Cerrado Sentido Restrito: Cerrado denso, Cerrado típico, Cerrado ralo e Cerrado rupestre);
- **Campo Alagado e Área Pantanosa:** vegetação com predomínio de estrato herbáceo sujeita ao alagamento sazonal (ex.: Campo Úmido) ou sobre influência fluvial/lacustre (ex.: Brejo). Em algumas regiões, a matriz herbácea ocorre

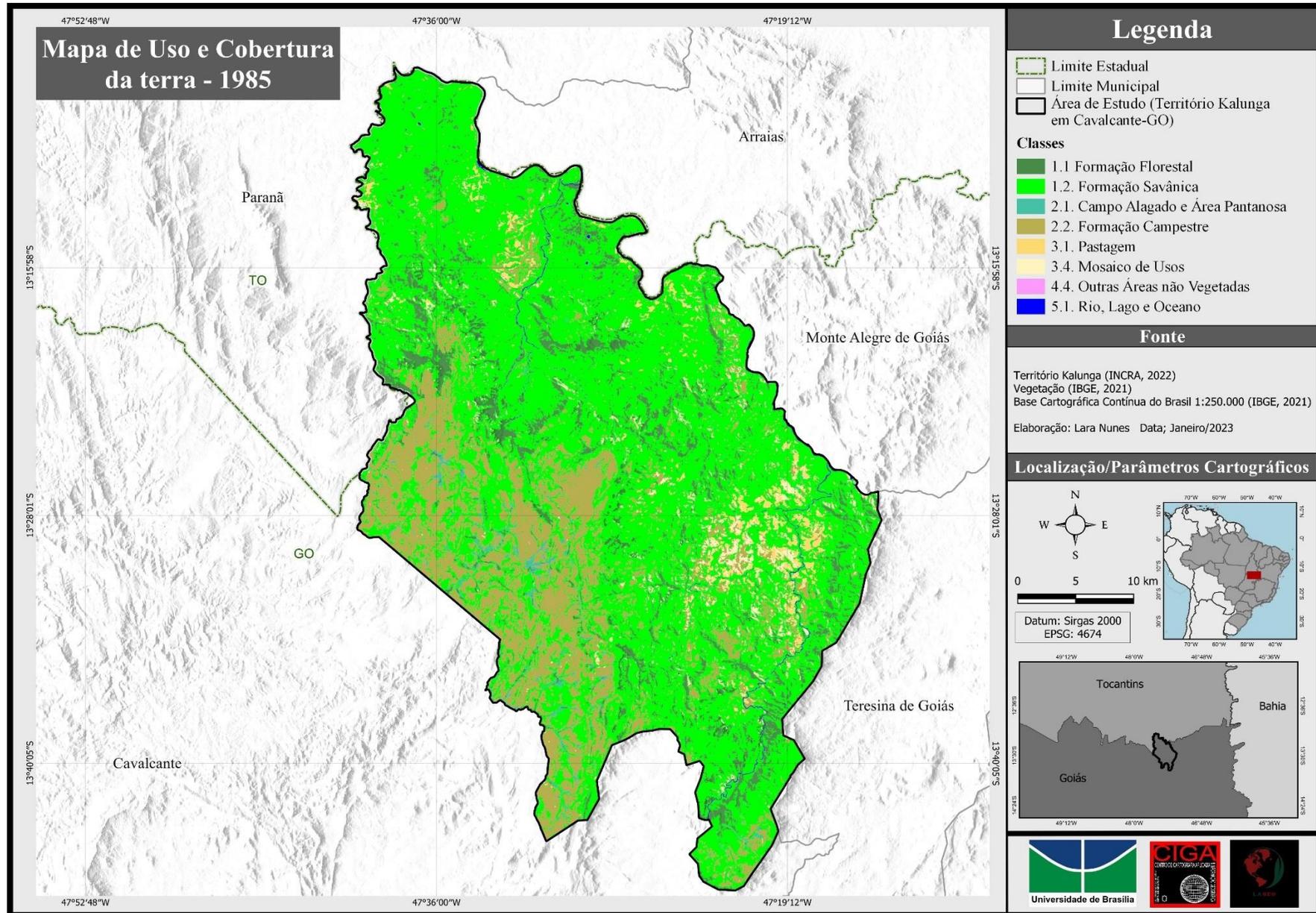
²¹ MAPBIOMAS. MapBiomias.org. Disponível em: <https://MapBiomias.org/o-projeto>. Acesso em: 15 jan. 2023.

associada às espécies arbóreas de formação savânica (ex.: Parque de Cerrado) ou de palmeiras (Vereda, Palmeiral);

- **Formação Campestre:** formações campestres com predominância de estrato herbáceo (Campo Sujo, Campo Limpo e Campo Rupestre) e algumas áreas de formações savânicas como o Cerrado rupestre;
- **Pastagem:** área de pastagem, predominantemente plantadas, vinculadas a atividade agropecuária. As áreas de pastagem natural são predominantemente classificadas como formação campestre que podem ou não ser pastejadas;
- **Soja:** áreas cultivadas com a cultura da soja;
- **Outras Lavouras Temporárias:** áreas ocupadas com cultivos agrícolas de curta ou média duração, geralmente com ciclo vegetativo inferior a um ano, que após a colheita necessitam de novo plantio para produzir;
- **Mosaico de Usos:** áreas de uso agropecuário onde não foi possível distinguir entre pastagem e agricultura;
- **Outras Áreas não Vegetadas:** áreas de superfícies não permeáveis (infraestrutura, expansão urbana ou mineração) não mapeadas em suas classes e regiões de solo exposto em área natural ou em áreas de cultura em entressafra; e
- **Rio, Lago e Oceano:** rios, lagos, represas, reservatórios e outros corpos d'água.

Em 1985, o território Kalunga havia sido recentemente descoberto pelo meio acadêmico, o que resultou no início dos estudos sobre a comunidade que, até então, era bastante isolada. De acordo com as análises, a Formação Savânica é a principal cobertura da área de estudo, representando 66,767% da área total. Em seguida, encontra-se a Formação Campestre, com 18,208%, a Formação Florestal, com 8,9%, o Mosaico de Usos, com 2,388%, a Pastagem, com 2,163%, o Campo Alagado e a Área Pantanosa, com 1,030%, Rios e Lagos, com 0,493%, e, por fim, Outras Áreas não Vegetadas, com 0,052%. Dentro do período analisado, esse foi o ano que a área esteve mais preservada.

Mapa 16 – Uso e Cobertura da terra no ano de 1985

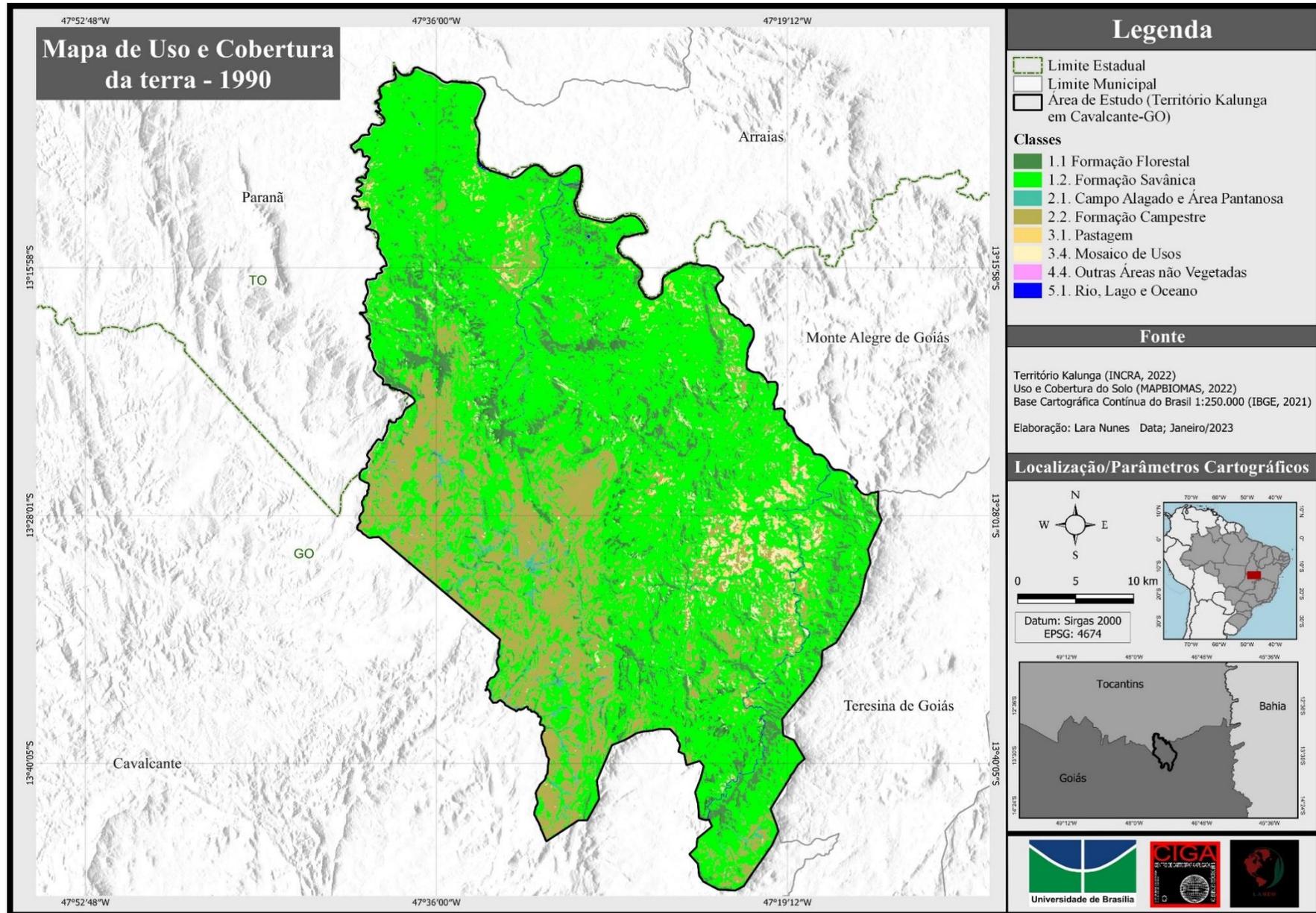


Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Em 1990, o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga ainda não havia sido tombado, o que ocorreu no ano seguinte, 1991. Nesse período, as atividades turísticas ainda eram incipientes e, de vez em quando, alguns visitantes eram recebidos, cobrando-se uma taxa simbólica. Foi nessa década que os Kalungas começaram a sair do completo isolamento e da invisibilidade total, a sociedade e o Estado passaram a reconhecê-los oficialmente como um território tradicional quilombola. Não houve grandes mudanças de 1985 até 1990 no que diz respeito ao uso e à cobertura da terra, como é possível verificar nos percentuais das áreas das classes obtidas pelo MapBiomias, a seguir:

- Formação Florestal: 8,925%;
- Formação Savânica: 67,162%;
- Campo Alagado e Área Pantanosa: 1,015%;
- Formação Campestre: 18,324%;
- Pastagem: 1,332%;
- Mosaico de Usos: 2,705%;
- Outras Áreas não Vegetadas: 0,051%; e
- Rios, Lagos e Oceanos: 0,487%.

Mapa 17 – Uso e Cobertura da terra no ano de 1990

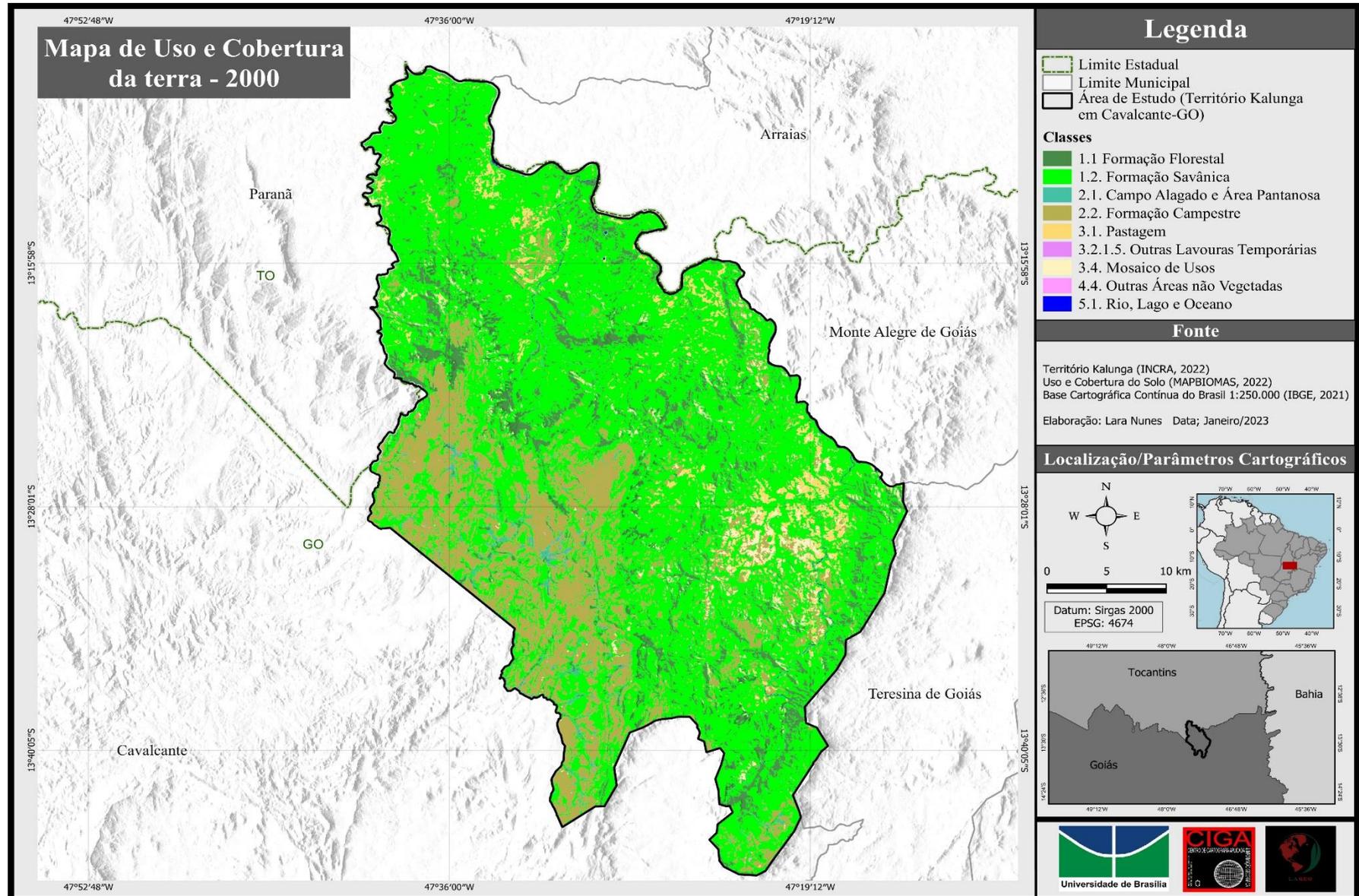


Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A década de 2000 foi marcada pelo início das atividades turísticas oficialmente no quilombo Kalunga, liderada, principalmente, pela comunidade do Engenho II. A partir desse ano, podemos observar um aumento gradual de Pastagem e a diminuição da Formação Savânica. É o único ano analisado que possui a classe Outras Lavouras Temporárias, porém com um percentual muito baixo, tornando-se irrelevante para a análise. A seguir, o percentual das áreas das classes identificadas:

- Formação Florestal: 9,255%;
- Formação Savânica: 65,762%;
- Campo Alagado e Área Pantanosa: 1,002%;
- Formação Campestre: 18,138%;
- Pastagem: 3,114%;
- Outras Lavouras Temporárias: 0,001%;
- Mosaico de Usos: 2,372%;
- Outras Áreas não Vegetadas: 0,060%; e
- Rio, Lago e Oceano: 0,295%.

Mapa 18 – Uso e Cobertura da terra no ano de 2000

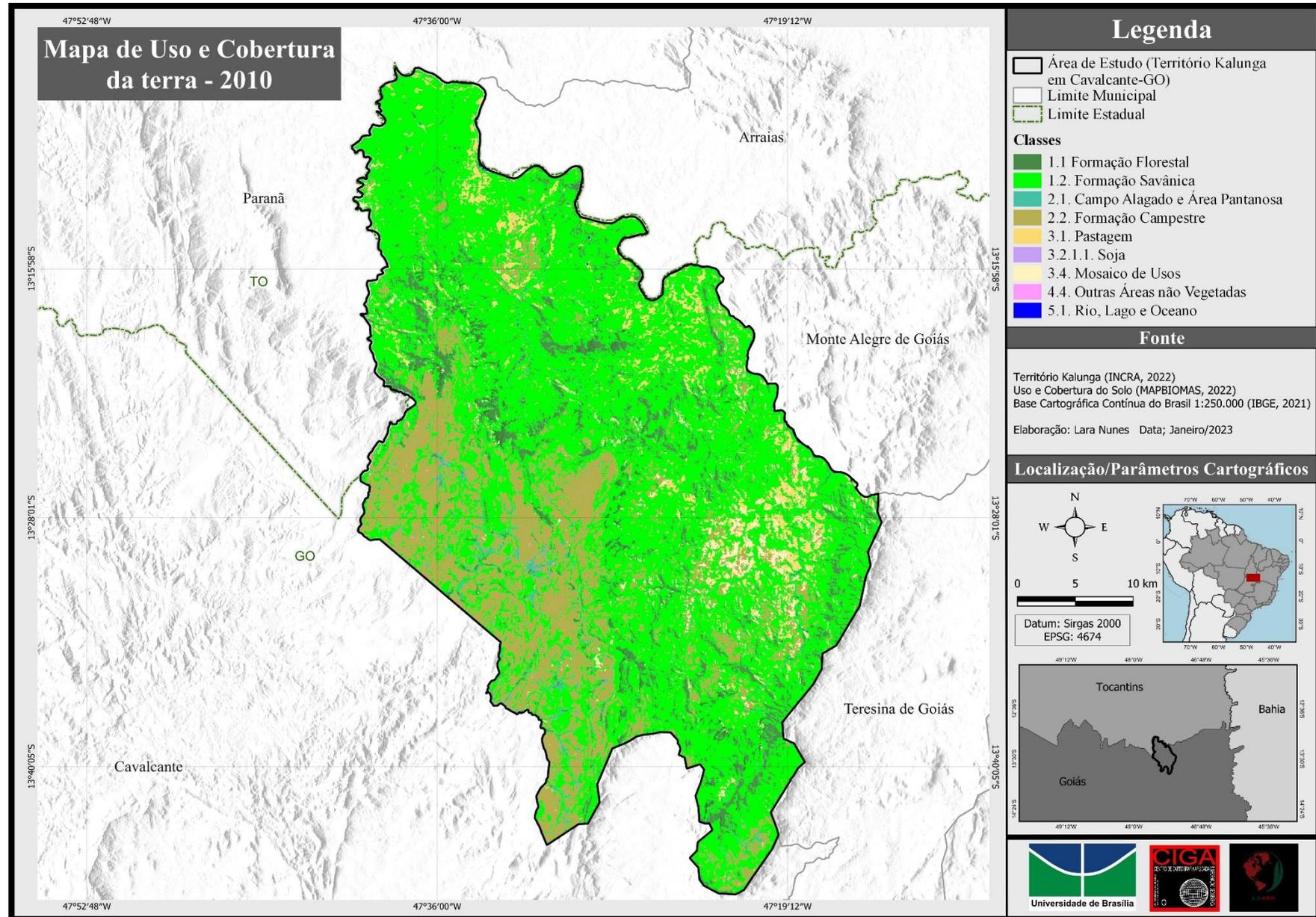


Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Já em 2010, o ecoturismo começou a, de fato, criar forma, a ter mais divulgação e, conseqüentemente, mais visitantes, não obstante, aumentou a visibilidade do quilombo Kalunga, as grilagens, as invasões ilegais, bem como a luta do povo Kalunga por seus direitos. As lideranças, as associações e os membros da comunidade em geral se organizaram e se articularam de forma expressiva. Nesse sentido, a classe de Soja foi identificada a partir desse ano, a Pastagem cotinuou crescendo, enquanto a Formações Florestal e Savânica, Rios e Lagos diminuem. A seguir, o percentual das áreas das classes identificadas:

- Formação Florestal: 8,335%;
- Formação Savânica: 66,006%;
- Campo Alagado e Área Pantanosa: 1,046%;
- Formação Campestre: 18,229%;
- Pastagem: 3,777%;
- Soja: 0,001%;
- Mosaico de Usos: 2,300%;
- Outras Áreas não Vegetadas: 0,062%; e
- Rio, Lago e Oceano: 0,244%

Mapa 19 – Uso e Cobertura da terra no ano de 2010



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

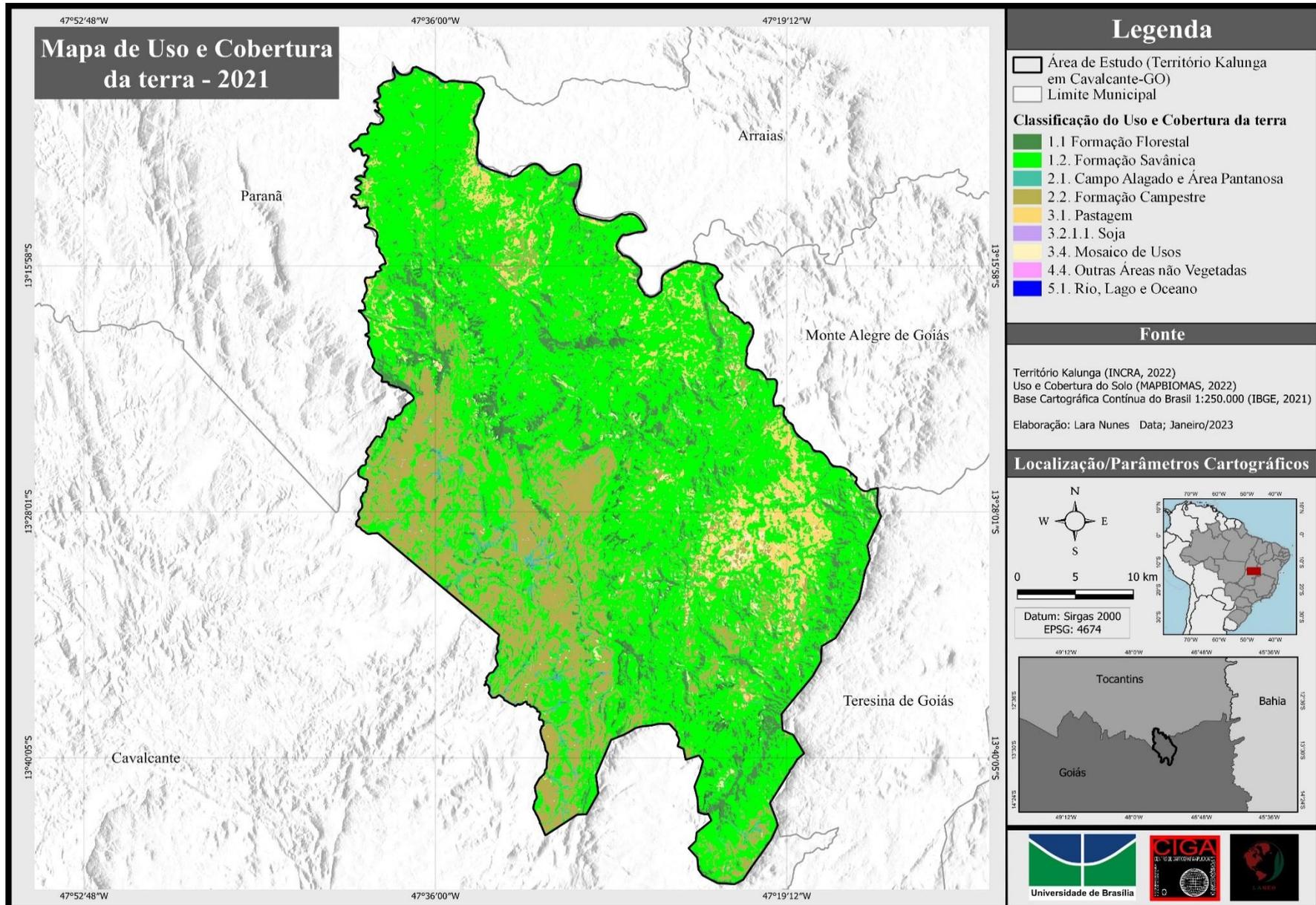
De 2010 até 2021, o ecoturismo evoluiu bastante, porém, devido à pandemia decorrente da covid-19, de 2020 até metade de 2022, as atividades turísticas diminuíram drasticamente. Em relação ao uso e cobertura da terra o padrão observado, de aumento de Pastagem e diminuição da Formações Florestal e Savânica, rios e lagos, permanece. O interessante é que a área da classe de Soja diminuiu, levando em consideração a área total de estudo, sua porcentagem é praticamente irrelevante. Ainda assim, somente o fato de existir e de a área de Pastagem estar aumentando acende um sinal vermelho indicando atenção a esse crescimento.

Tabela 3 – Área total, em hectares, das classes identificadas no período de 1985 até 2021

Classes	1985	1990	2000	2010	2021
1.1 Formação Florestal	16106,531 ha	16151,84 ha	16749,973 ha	15084,627 ha	15765,708 ha
1.2. Formação Savânica	120835,82 ha	121551,262 ha	119018,203 ha	119459,775 ha	117484,373 ha
2.1. Campo Alagado e Área Pantanosa	1863,827 ha	1836,6 ha	1813,617 ha	1893,548 ha	1972,809 ha
2.2. Formação Campestre	32952,54 ha	33163,376 ha	32825,924 ha	32990,836 ha	32293,109 ha
3.1. Pastagem	3914,14 ha	2411,2 ha	5636,161 ha	6835,582 ha	9678,623 ha
3.2.1.1. Soja	0	0	0	1,392 ha	0,783 ha
3.2.1.5. Outras Lavouras Temporárias	0	0	1,566 ha	0	0
3.4. Mosaico de Usos	4322,136 ha	4895,789 ha	4293,52 ha	4163,104 ha	3332,088 ha
4.4. Outras Áreas não Vegetadas	94,623 ha	91,653 ha	108,623 ha	111,752 ha	139,074 ha
5.1. Rio, Lago e Oceano	892,754 ha	880,652 ha	534,784 ha	441,754 ha	315,804 ha

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Mapa 20 – Uso e Cobertura da terra no ano de 2021



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Analisando os números, a classe que mais chama atenção é a de rios e lagos, que teve sua área diminuída em mais da metade desde 1985 para cá, o que é mais um sinal vermelho para a comunidade, principalmente as mais isoladas, que dependem dos rios, já que a rede de abastecimento de água não chega até lá, e, obviamente, para o ecoturismo, uma vez que o chamariz principal são as cachoeiras. Outro elemento, já comentado, é a visualização de que a vegetação nativa tem diminuído, enquanto a pastagem cresce.

É importante lembrar que o MapBiomas produz os dados de uso e cobertura da terra com a maior escala de detalhamento para todo território brasileiro, a resolução espacial máxima das séries históricas é de 30 metros, podendo ser usado em uma escala de mapeamento de até 1:50.000, no entanto não é o recomendado, pois sua aplicação tem melhores resultados na escala de 1:100.000.

Tecnicamente, para conseguir fazer uma análise mais aprofundada e assertiva sobre a dinâmica do uso e cobertura da terra, sobre a evolução do ecoturismo e sobre o monitoramento ambiental para acompanhar como estão se desenvolvendo as atividades turísticas, mais tempo é demandado, mais recursos e um mapeamento mais bem detalhado. O que conseguimos a partir dos dados disponibilizados publicamente é ter uma pista de como isso tem se desenvolvido ao longo dos anos.

4.2 Panorama Geral do Ecoturismo Praticado Atualmente

Neste tópico, será apresentada a análise de como são feitas, organizadas e planejadas as atividades turísticas dentro da comunidade Kalunga. Para ser alcançado esse objetivo, foi realizada uma pesquisa em campo, com o intuito de obter mais informações e conseguir conversar com os locais. Durante os dias de 10 até 14 de janeiro de 2023, foram feitas entrevistas com o atual Secretário de Turismo de Cavalcante, João Lino, com o Carlos Pereira, Presidente da Associação Quilombo Kalunga, com guias Kalungas e com os moradores de Cavalcante. Durante a pesquisa de referencial teórico sobre esse tema, em específico aqueles que foram escritos por Kalungas, observou-se que não é citado o nome e idade da pessoa, como é feito comumente nos trabalhos acadêmicos. Ao conversar com lideranças Kalungas foi entendido que isso é feito de forma proposital para não expor os moradores locais, uma estratégia adotada pelo povo Kalunga para sua proteção.

Muitos estudos são feitos por pessoas de fora sobre a comunidade, nem sempre são vistos com bons olhos ou utilizados para beneficiar a população, na verdade, muitas vezes, pessoas mal intencionadas se aproximam e se aproveitam do povo Kalunga. Por ser realidade bastante recorrente, a comunidade adotou essa posição de sempre ter “um pé atrás”, principalmente quando se trata de passar dados importantes para a existência dessa comunidade.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, em razão disso, muitos dados não são abertos ao público. A ideia de se fazer esta monografia, sempre foi, em primeiro lugar, pensando em poder contribuir de alguma forma com a qualidade de vida da comunidade Kalunga e seu bem-estar. Em princípio, a intenção era obter alguns dados que atualmente não são públicos, compreendendo todo esse contexto, e em respeito, esses dados não foram solicitados, bem como não serão divulgados os nomes dos entrevistados, exceto aqueles que já são figuras públicas.

4.2.1 A falta de informações sobre os atrativos turísticos

O Centro de Atendimento ao Turista (CAT) está situado logo na entrada principal de Cavalcante (cf. Figura 12). Na parte de fora, existe um jardim bem bonito e bem conservado, com alguns bancos, onde os guias e condutores locais, Kalungas e não Kalungas, ficam aguardando turistas chegarem à procura de um guia (cf. Figura 13). A sala de atendimento ao turista é bem simples, contém basicamente uma mesa e uma cadeira, onde o atendente fica, três telefones fixo, e um *modem* de internet (cf. Figura 14). Ao conversar com o atendente, percebeu-se certa dificuldade para explicar sobre os atrativos turísticos, não existe uma relação ou panfleto com os atrativos, é no “boca a boca”. Na parede de fora do CAT, há um grande mapa que mostra as cachoeiras de toda a Chapada dos Veadeiros, no cantinho do mapa está Cavalcante e suas cachoeiras, mas não são todas que estão ali representadas (cf. Figura 15):

Figura 19 – Entrada principal de Cavalcante/GO



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Figura 20 – Fachada de entrada ao CAT



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Figura 21 – Entrada do CAT

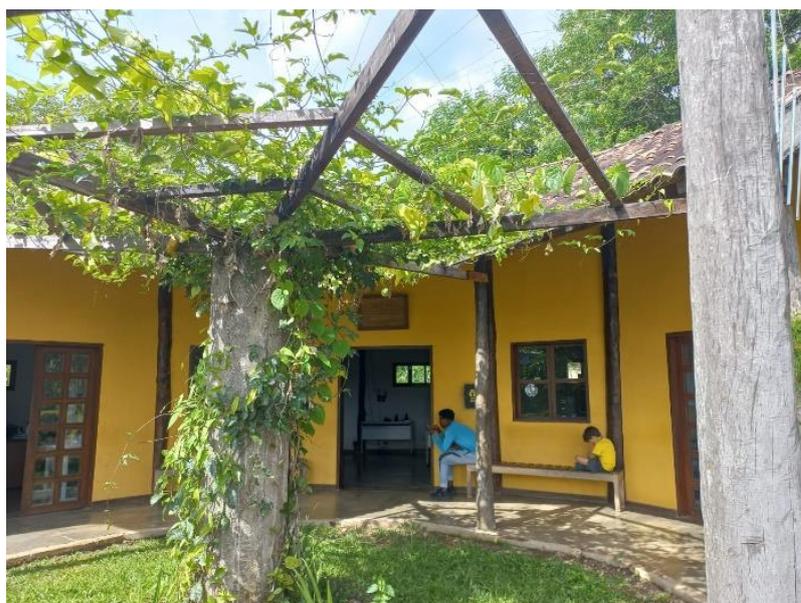
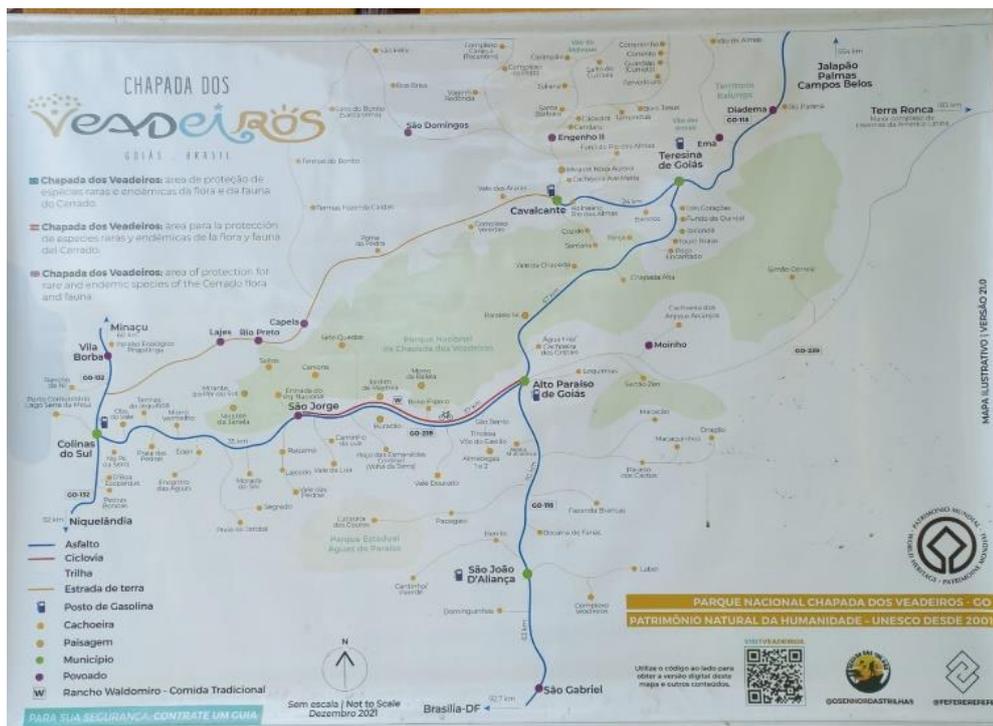


Foto: Elaborado pela autora, 2023.

Figura 22 – Mapa das cachoeiras da Chapada dos Veadeiros



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Conversando com os guias que ali ficam, foi possível obter mais informações de como funciona o turismo. Santa Bárbara, Candaru e Capivara são as mais conhecidas e visitadas pelos turistas, há pouca ou nenhuma divulgação das outras cachoeiras. Sobre isso, um morador local e guia Kalunga explicou²²:

não vão nas outras por falta de divulgação e o difícil acesso, um exemplo é o complexo do Canjica, demorou em torno de 6 (meses) a 1 ano para ele ser divulgado, porque acaba que grande parte dos atrativos focam no mais simples, a Santa Bárbara tá a 23 km, que tá mais perto, mas outras estão a 70, 80 km. A trilha pode até ser mais tranquila, mas o pessoal vai querer facilidade. Principalmente, que atualmente, pós pandemia até agora, o maior público que vem é o pessoal que quer tirar foto, pessoal não quer nem banhar, então pra eles quanto menos você suar, quanto mais equipamento você puder levar, melhor. O público que antigamente vinha pra cá, eles estão migrando pra outro, que agora é Prata, Canjica, Ponte de Pedra, porque essas (Santa Bárbara, Candaru e Capivara) já estão muito lotadas de turista.

Guias locais e o Secretário de Turismo afirmam que, anos atrás, foi feito um levantamento de todas as cachoeiras e potenciais atrativos turísticos, dentro do município de

²² As entrevistas foram transcritas *in verbis*.

Cavalcante, entretanto, esse dado não foi encontrado. Para o desenvolvimento do turismo local, no dia a dia, são informados ao turista, de forma informal e oral, os atrativos que estão abertos para visitação naquele momento, tendo em vista que há períodos de seca e de chuva, com isso, alguns atrativos podem estar fechados para visitação.

4.2.2 Parasitas dentro do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga

Infelizmente, até o momento, a área total do território Kalunga não está sob posse do povo Kalunga, mesmo com todo o mapeamento, certificação e regulamentação que provam que o território é deles, além das frequentes invasões e queimadas, há terras que ainda precisam ser desapropriadas. É o caso, por exemplo, do atrativo turístico Complexo do Prata, situado dentro do território Kalunga, que foi aberto ao grande público recentemente e já está sendo amplamente divulgado, recebendo cada vez mais visitantes, e não é à toa, oficialmente, a trilha para o atrativo contempla 7 cachoeiras, mas, por informação de guias locais, sabe-se que existem mais de 20 pontos para visitação. A presença de um guia é obrigatória para entrar, no entanto, não é obrigatório que seja Kalunga, como nas cachoeiras do Engenho II. Há possibilidade de pernoitar por lá, muitos visitantes acabam optando por dormir no local, pois fica a 65 km, aproximadamente, da cidade de Cavalcante. O valor do “ingresso” de acesso às 7 cachoeiras é de R\$ 90,00 (janeiro/2023), ou seja, está proporcionando uma grande fonte de renda dentro do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, no entanto, os Kalungas não estão ganhando nada com isso. A luta pela desapropriação de terras de fazendeiros dentro do território Kalunga é de longa data.

A situação do território Kalunga é preocupante e mostra a necessidade de proteção dos direitos dos povos tradicionais. É importante que as autoridades envolvidas tomem medidas para garantir a posse dos Kalungas sobre suas terras e que eles possam ter acesso às fontes de renda geradas a partir da exploração turística de sua área. Além disso, é preciso assegurar a participação dos Kalungas nas decisões que afetam suas vidas e seu território, incluindo a gestão dos atrativos turísticos. É fundamental que o patrimônio cultural e histórico deles seja respeitado e preservado para as gerações futuras.

De acordo com o Secretário de Turismo, numa entrevista realizada com a pesquisadora em janeiro de 2023, “em alguns locais ainda há certa flexibilidade, por exemplo, no Vão no Moloque e no Vão das Almas, por serem locais menos visitados, não há essa restrição para apenas guias Kalungas fazerem as conduções”. Porém, o objetivo é que seja aplicada a obrigatoriedade da presença de um condutor Kalunga para guiar dentro do SHPCK.

O território Kalunga se torna referência, em termos de quilombo, sendo o maior do país, logo, existe, recorrentemente, a aproximação de pessoas querendo explorar de alguma forma a comunidade e ganhar dinheiro com isso em detrimento deles. Esses são os parasitas que se aproveitam, exploram seus recursos e a comunidade permanece carecendo de direitos básicos. Engana-se quem pensa que hoje não há mais exploração de pessoas pretas, pobres e sem acesso à informação.

Exemplo disso são pessoas que chegam com o discurso de que será feito um projeto, com bastante financiamento em prol da comunidade, e no final nada disso se concretiza, pois grande parte do dinheiro não vai para comunidade prosperar e ter mais qualidade de vida, ou, pior, aproveitam-se da inocência do povo Kalunga. Existem aqueles que vêm de longe com um grupo grande de turistas, cobrando caríssimo por uma imersão cultural e contato com a natureza, sem comunicar a comunidade, sem comunicar a associação, sem nem explicar o porquê de estarem ali, oferecem um valor quase que simbólico e os Kalungas os recebem, tratam bem, contam sobre a história da comunidade, enquanto uma pessoa ou um grupo estão lucrando infinitamente mais do que foi repassado aos Kalungas.

Existem inúmeros exemplos de exploração e parasitismo na comunidade Kalunga, porém, não serão abordados detalhadamente nesta pesquisa. Entretanto, é importante destacar que ao longo do tempo, os membros da comunidade Kalunga vêm adquirindo empoderamento, ocupando espaços e desenvolvendo conhecimento. As lideranças da comunidade reconheceram essa situação e estão trabalhando juntas para impedir que essas ações continuem ocorrendo. Uma dessas iniciativas é a criação da Associação Quilombo Kalunga e a elaboração de seu regimento interno, estabelecendo regras e procedimentos para a conduta dentro do território.

A normatização estabelecida pela Associação Quilombo Kalunga prevê a necessidade da contratação obrigatória de um guia Kalunga para todas as atividades turísticas no território da comunidade. Além disso, todas as pesquisas e projetos que sejam realizados na comunidade

precisam ser previamente submetidos e avaliados por uma comissão. Essa medida inclui também a presente monografia, cujo plano de pesquisa foi solicitado antes de se iniciarem as conversações com o presidente da AQK. Outro procedimento importante é a própria comunidade desenvolver projetos relevantes e buscar recursos para sua implementação, tanto públicos quanto privados. Dessa forma, evita-se a situação em que indivíduos de fora cheguem com planos de projeto, sem garantir um retorno efetivo para a comunidade. Segundo Carlos Pereira, presidente da AQK, em entrevista concedida a esta pesquisadora em 2023²³,

A gente vai descobrindo e a gente só descobre quando dá merda. E a gente só descobre quando topa no flagra, por exemplo, “ah, o projeto tal” no edital que os cara pegou 500 mil reais e, tipo assim, às vezes, cê não sabe que existia aquele projeto. E cê não vê nada de prática daquele projeto, mas alguém fez aquele projeto, entendeu? Eu costumo brincar que se cê pegasse o que foi de recursos em nome usado de Kalunga circulado desde a época da outra presidência, da Dilma, lá atrás ainda, de Lula também, em nome daqueles grandes eventos de Petrobras; se pegar o que circulou dentro do território aí, menino de 8 anos ao senhor de 80 anos, cada um tinha uma Hilux que custa 200 mil reais, por exemplo. Mas esse dinheiro não tá implantado lá, nosso povo tá na necessidade, nosso povo precisa de água, nosso povo precisa de produzir, nosso povo precisa de ponte, precisa de estrada, nós temos comunidade que não tem nem estrada ainda, entende? E muita gente lucraram com isso. Aí, por isso, hoje nós tem essa grande ferramenta da organização, que aí tem essa questão da comissão de análise do projeto, então, todo projetos vai circular dentro do território, dentro de uma pesquisa ou projeto que envolve dinheiro, ele é avaliado pela comissão. Comissão é um núcleo de pessoas formado, que está espalhado pelo território, que reúne e lê e fala: “não, a comunidade acha importante isso”.

Esses tipos de atitudes para as articulações e organização pelos próprios membros da comunidade são importantíssimos para sua resistência e para, de fato, ocorrerem mudanças em prol da comunidade, isso inclui o turismo, mas vai além disso.

A Associação Quilombo Kalunga tem atuado fortemente na luta pelos direitos e autonomia da comunidade, lutando pela recuperação das terras que já foram mapeadas e regulamentadas, além de garantir a preservação da cultura e identidade Kalunga. A AQK tem tido sucesso em algumas ações, como a regularização de áreas, a consolidação do turismo comunitário, o fortalecimento da economia local e a valorização da cultura Kalunga. A

²³ As entrevistas foram transcritas *in verbis*.

comunidade Kalunga está caminhando para uma situação mais justa e equitativa, em que possa controlar e decidir sobre seu próprio destino e recursos.

4.2.3 Tipos de turismo praticados atualmente

O ecoturismo é entendido pelos moradores locais como o “grande guarda-chuva” ou o chamariz turístico, isso em razão de ser o que incentiva as pessoas a visitarem as paisagens naturais da região. Além do ecoturismo, outros tipos de turismo, tais como de aventura, rural e histórico e cultural são praticados, embora de maneira menos intensa e pouco divulgada, já que ainda estão em fase inicial de desenvolvimento.

Explicando brevemente, o turismo de aventura se baseia em atividades recreativas e desafiadoras que proporcionam emoções fortes e um contato direto com a natureza. Ele pode ser realizado em ambientes urbanos ou rurais e inclui práticas como escalada, rapel, canoagem, paraquedismo, *trekking*, *slackline*, *rafting*, entre outras. Essas atividades são apreciadas por viajantes que procuram uma experiência única e intensa, e muitas vezes estão ligadas ao ecoturismo, pois permitem um contato direto com a natureza. Já o turismo rural tem como objetivo proporcionar uma imersão nas atividades cotidianas e nas tradições das comunidades rurais. Ele inclui a participação em atividades agrícolas, o contato com a natureza e um ambiente mais tranquilo, a apreciação da culinária local, e a compreensão do modo de vida da comunidade rural. Esse tipo de turismo é uma forma de os viajantes experimentarem a vida no campo e aprenderem sobre a cultura e as tradições rurais. Assim, podemos dizer que o turismo de aventura e o turismo rural complementam o ecoturismo, proporcionando diferentes experiências e possibilidades de interação com o meio ambiente e as comunidades locais.

Os guias Kalungas relatam que existem dois tipos distintos de público que frequentam o território da comunidade. O primeiro tipo é formado por visitantes que desejam apenas registrar sua presença na cachoeira de Santa Bárbara, que é a atração turística mais popular e conhecida da região, divulgada amplamente nas redes sociais. Esses visitantes costumam investir em equipamentos de alta qualidade, trocando de roupa e buscando diferentes ângulos para as fotos e vídeos que pretendem publicar. Eles são os mais frequentes e recorrentes visitantes do território Kalunga. Já o segundo tipo de público busca uma vivência real com a

natureza, com o objetivo de experimentar o ecoturismo. Esses visitantes estão dispostos a percorrer trilhas, deslocarem-se por longas distâncias em estradas de má qualidade, acessíveis apenas a veículos 4x4, e enfrentar outros obstáculos relacionados ao acesso aos locais. Eles desejam ter uma imersão na natureza e ter uma experiência única e autêntica com a cultura e os recursos naturais da região. Durante uma conversa com a pesquisadora, em 2023, um jovem guia Kalunga disse²⁴:

E aí acaba que vem só pra tirar foto mesmo, né? Não quer conhecer, ter a vivência, na natureza, fazer essa questão, né... Isso é muito importante, antes de ser uma reserva ambiental é uma reserva histórica. Até mesmo na própria comunidade, porque antes de ser uma reserva ambiental, que é a reserva das cachoeiras, é uma reserva histórica. Antes disso tudo é primeira reserva histórica.

4.2.4 “Antes de ser uma reserva ambiental, é uma reserva cultural”

Ampliar o turismo cultural e fomentar mais difusão e aprendizado da questão histórica é algo que está no radar dos Kalungas que trabalham com o turismo. Em conversa com um Kalungeiro que é guia de ecoturismo, foi relatado que se sente falta de ter um atrativo especificamente sobre a história do povo Kalunga e sua cultura, pois esse tipo de turismo tem um grande potencial de fomentar a valorização da cultura local e ainda pode ser uma importante fonte de renda para a comunidade. O guia ressaltou que, ao mesmo tempo em que há forte preservação da tradição Kalunga, existe a necessidade de se atualizar e se adaptar aos tempos atuais, fazendo com que a cultura seja mais conhecida e valorizada, além de ser uma forma de mostrar aos turistas a riqueza da história e da cultura local. Ele acredita que uma atenção especial ao turismo cultural pode ajudar a preservar a tradição e também aproximar a comunidade Kalunga do restante do mundo, fazendo com que a cultura local seja mais divulgada e valorizada. Outro guia Kalunga, em entrevista concedida a esta pesquisadora, em 2023, explicou²⁵ que:

Não existe um museu mesmo na comunidade, pode tá todo nosso povoado, são um monte, não tem um museu, explicando como começou, qual foi o primeiro povoado, como foi se espalhando e como se tornou essa grande comunidade, aqui em

²⁴ As entrevistas foram transcritas *in verbis*.

²⁵ As entrevistas foram transcritas *in verbis*.

Cavalcanti, não se tem... acho isso triste, na verdade. Porque eu falo, por essa geração muito nova eu perdi muita coisa, a minha mãe, por ser uma geração mais, também já não pegou muita coisa, ela sabe algumas coisas, alguns dizeres, alguns ditados, os meus filhos não vão saber quase nada, então você vai ser perdendo, porque não tem, o que acontece, eu acho que mais o pessoal de fora sabe mais que muito pessoal aqui dentro. E cê fica sem saber fomentar, isso que é o pior. Tem um público que vem, que quer saber um pouco mais da história, só que tipo assim, a minha história que eu vou passar, sempre falo, foi a que eu aprendi em livro, num foi uma história que me foi contada. Aqui eu brinco que tem 3 lendas, que são: São Emiliano, Seu Calisto e tem, num sei se tá a venda, o Seu Mochila, literalmente eles pegavam, toda a função de turismo em Cavalcanti, e não só turismo cachoeira, mais turismo histórico, eles foram os pontes, eles foram as primeiras pessoas a conversar, dar palestra pra comunidade, falar dos eventos, tem os seus dizeres, a importância que eles tem pra festa.

Ao longo do ano, são realizados os festejos tradicionais da comunidade. Para os mais velhos, os eventos têm uma grande importância, porém, para os mais novos, não há muito esse peso e significado. A preservação das tradições culturais é uma preocupação constante da comunidade Kalunga. O declínio do significado das festividades tradicionais para a geração mais jovem é visto como um sinal de alerta para a possível perda de sua cultura e identidade. No entanto, há um aumento no interesse e na participação de turistas nas festividades, o que pode ser visto como uma oportunidade para o fomento da cultura e preservação das tradições. Todavia, é importante ter cuidado ao envolver turistas nesses eventos, para garantir que a interação não prejudique ou dissolva a tradição. Segundo os Kalungas que participam das festividades, os turistas geralmente são curiosos e não interrompem o desenrolar da festividade.

As associações dos quilombolas têm feito um trabalho de base comunitária muito grande, para incentivar também as festas tradicionais. Com a retomada do turismo pós-pandemia, que parou tudo na região, principalmente essas festas, a partir de 2022 começou-se a trabalhar o calendário de celebrações culturais. A ideia é fomentar, como já vem acontecendo, a participação dos visitantes, uma adesão maior da comunidade, o empoderamento sobre essas festas, sobre sua história e sua cultura. Estão trabalhando para conseguir mais divulgação, preparação de produtos artesanais para serem vendidos, e perdurar os aspectos culturais que são muito fortes, sagrados e importantes para a comunidade Kalunga.

O turismo pode agregar muito nisso, não só para dar visibilidade, reconhecimento e gerar emprego e renda, mas também da valorização dessas manifestações que para a

comunidade são sagradas e guardam uma riqueza cultural importante. É necessário, no entanto, haver cuidado e responsabilidade na forma como o turismo é promovido e realizado, a fim de preservar essas tradições e evitar interferências negativas. As associações Kalungas estão trabalhando para garantir que o turismo contribua positivamente para a comunidade, fortalecendo a identidade cultural e promovendo o seu empoderamento. É importante que o turismo seja visto como uma oportunidade para preservar e valorizar a cultura Kalunga, em vez de ameaçá-la.

4.2.5 Turismo, infraestrutura e planejamento

A comunidade do Engenho 2 tem se destacado por sua infraestrutura para atender ao turista e por ser a comunidade que mais recebe visitantes. Isso tem gerado uma fonte de renda importante para a comunidade e é vista como um modelo de planejamento turístico para as demais comunidades Kalungas. A comunidade do Engenho 2 tem investido em melhorias para atender a demanda turística, como a construção de hospedagens, trilhas ecológicas, restaurantes e outros serviços relacionados ao turismo. Além disso, tem trabalhado em parceria com entidades e grupos que de turismo de base comunitária, para capacitar seus membros e garantir a sustentabilidade e preservação do meio ambiente e das tradições culturais.

Associação Kalunga Comunitária do Engenho II (AKCE), diferentemente da Associação Quilombo Kalunga (AQK), que representa todo o quilombo Kalunga em Goiás, é quem representa especificamente a comunidade do Engenho II, que, dentro do quilombo Kalunga, é a única que possui sua própria associação. Estão à frente das tomadas de decisões sobre o turismo, bem como recorrentemente em busca de mais recursos e se organizando para melhorar a qualidade dos atrativos, principalmente a Santa Bárbara, que recebe um volume muito grande de turistas. Nas palavras do presidente da AQK²⁶, em uma conversa concedida à pesquisadora, em janeiro de 2023:

A galera bate, ataca, inveja, mas é de tirar de exemplo a grande organização que tem. Então, pra mim, primeira coisa: eles dão certo, eu digo em especial a comunidade Engenho 2 assim porque é a comunidade mais organizada que tem e não só dos Kalunga, eu vejo que, no geral mesmo, é de dar aula a organização, as decisões, sabe?

²⁶ As entrevistas foram transcritas *in verbis*.

Então deu certo. As outras ainda tão engatinhando, tão pegando como modelo; “oh, nós precisa nos organizar”. Claro que demorou, né? Já tá demorando, já era para tá organizado. Aí tão se organizando também. Então, talvez por tá mais perto, acessou mais isso. Teve esse privilégio também que não é em todas as comunidades que cê vai ter uma Santa Bárbara da vida. Então, a pessoa que quer ver Santa Bárbara, ela vai ter que ir pro Engenho, né? Então... Essa questão... Mas a questão mesmo é a organização.

Os principais atrativos do Engenho II são as cachoeiras Santa Bárbara, Candaru e Capivara, que têm seu plano de manejo, estabelecimento de capacidade máxima de visitantes por dia e periodicamente fazem um levantamento técnico para analisar se está sendo degradado ambientalmente e o que pode ser implementado para melhorar a qualidade tanto para os turistas, quanto na preservação da natureza.

O sítio eletrônico www.quilombokalunga.ecobooking.com.br é o *site* oficial para compra dos ingressos para os atrativos turísticos dentro da comunidade Kalunga, no entanto, por enquanto, os únicos atrativos disponíveis para a compra são os do Engenho II, mas a própria comunidade já está se organizando para abertura e divulgação de outros pontos turísticos, isso inclui os atrativos de ecoturismo e a implementação de atrativos do turismo cultural e de aventura.

As demais comunidades dentro da área de estudo, oferecem regularmente vivências culturais, como por exemplo a hospedagem de pessoas que podem acompanhar seu dia a dia, as tradições, a sua história, ou receber os visitantes durante os festejos tradicionais. A organização e divulgação são feitas de forma mais informal e estão se estruturando para se tornar algo mais difundido.

É possível observar que a comunidade Kalunga tem suas articulações internas muito bem estabelecidas, são independentes, muito inteligentes e não ficam parados esperando um amparo ou ajuda vinda de fora, são bem ativos em projetos para a melhoria da comunidade, o que inclui o turismo, mas vai muito além. Eles têm a consciência de que o turismo traz visibilidade, recursos e investimentos, e que é um caminho que, a longo prazo, tem grande potencial para de fato prosperar e progredir nas condições de vida e bem-estar da população.

O governo tem discutido projetos para ampliação e melhoria do turismo no município de Cavalcante, incluindo, teoricamente, a comunidade Kalunga. No entanto, poucos desses

projetos têm sido concretizados e o desenvolvimento tem sido lento. Em muitos casos, a comunidade Kalunga não é adequadamente incluída nesses projetos e não é reconhecida como protagonista, ocupando apenas um papel limitado e superficial. Exemplos disso são os projetos Estrada Parque Kalunga e o Portal do Turismo. É importante considerar que a inclusão da comunidade local em projetos turísticos é fundamental para o desenvolvimento equilibrado da região. O envolvimento da comunidade em projetos turísticos pode trazer diversos benefícios, tais como: geração de emprego e renda, valorização da cultura e da identidade local, preservação do patrimônio cultural e natural, entre outros.

O projeto portal do turismo prevê a elaboração de um *site* que contenha todas as informações pertinentes ao turismo. É uma iniciativa do governo que tem como objetivo promover o turismo na região de Cavalcante. O portal tem como função principal informar os turistas sobre os atrativos turísticos do município, como hotéis, pousadas, restaurantes, pontos turísticos, entre outros. Além disso, ele também poderá ser usado para agendar visitas aos atrativos, comprar ingressos e reservar passeios. Em teoria, esse projeto pode ser uma importante ferramenta para ajudar a impulsionar o turismo em Cavalcante, incluindo a região dos Kalungas, no entanto, é importante avaliar sua efetividade na prática. Até o momento, o projeto está só no papel e, em geral, a comunidade e as lideranças Kalungas não estão a par disso, ainda que o próprio secretário tenha dito que tem total parceria com a comunidade.

O município de Cavalcante tem experimentado um expressivo crescimento, no entanto, a população ainda enfrenta a falta de infraestrutura básica, especialmente no interior do quilombo. A rede de mobilidade é uma preocupação urgente e requer melhorias, o que tem um impacto negativo no crescimento do turismo.

Em relação aos projetos de infraestrutura, na mesma entrevista de 2023, João Lino disse que:

A gente tem um projeto de investimento e infraestrutura turísticas, de mirantes, portal de entrada, os próprios CAT e centros de atendimentos nas áreas Kalunga, próprios projetos de infraestrutura urbanas... A gente fez uma parceria com o governo do estado, isso tem 10 anos, que é criar a estrada parque Kalunga, que é trabalhar conectividade das comunidades Vão de Almas e Vão Moleque e Engenho, então esse projeto já tá pronto, o recurso já existe, já está na conta do estado, então está no processo de licitação pra fazer a estrada ligando essas 3 comunidades, Engenho, Vão

Moleque e Vão de Almas, que é pra resolver o problema de mobilidade, não só pros Kalunga, mas isso também pro turismo vai ser excelente, porque aí você consegue acessar essas comunidades, consequentemente os atrativos, então acredito que isso vai potencializar muito os quilombolas dessas comunidades que são as maiores. Então esse processo, a gente assim tá com muita fé que esse ano a gente vai conseguir começar a executar ele, que é na verdade com o estado, a gente só vem fazendo esse pedido aí já tem muitos anos e a gente acredita que agora chegou o momento que a gente já conseguiu os recursos, são 47 milhões de reais, é um investimento alto, né, e o governador graças a Deus sensibilizou e ainda disponibilizou o recurso, está no processo de licitação e a gente acredita que esse ano vai começar a resolver esse problema de mobilidade, de fazer as pontes, os bueiros e dar trafegabilidade durante todo o ano, em qualquer período. Isso pro turismo vai facilitar muito, porque aí você não precisa estar com um carro 4x4, chega algumas épocas do ano que nem 4x4 passa. Eles acabam ficando ilhados e isolados. Então, ao mesmo tempo dá um cunho turístico pra isso, que é trabalhar essa estrada parque Kalunga.

Como já foi dito anteriormente, nos últimos anos, Cavalcante vem experimentando um crescimento significativo, contudo, a falta de infraestrutura básica ainda é uma realidade para muitos habitantes, especialmente na comunidade quilombola. A rede de mobilidade precisa ser melhorada com urgência, uma vez que essa deficiência tem impacto direto no desenvolvimento turístico e na vida da população local. A ocorrência de períodos de chuva intensa, aliada a essa falta de acessibilidade, resulta em isolamento de muitas comunidades. Além disso, a falta de infraestrutura básica se reflete na escassez de serviços turísticos, como hotéis, restaurantes e outros equipamentos necessários, impedindo a população de obter oportunidades econômicas que poderiam melhorar sua qualidade de vida. Embora o turismo seja visto como uma alternativa para o desenvolvimento da região, a falta de investimentos públicos e privados para melhorar a infraestrutura e a qualidade dos serviços turísticos impede a exploração dessa atividade como fonte de crescimento econômico e social.



CAPÍTULO 5.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Figura 23. Cachoeira Candaru, Comunidade Kalunga do Engenho II.

Fonte: a autora (2023)

Elaboração: Lara Nunes

5.1 Conclusões

A comunidade quilombola Kalunga tem buscado alternativas para o seu desenvolvimento econômico e social. É notável o grande potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas, especialmente, no segmento de ecoturismo, devido à sua biodiversidade e paisagem natural preservada, além de todo patrimônio e riqueza cultural e histórica. No entanto, é importante destacar que a preservação do meio ambiente e da cultura local deve ser prioridade para garantir o sucesso do turismo na região. Além disso, existem desafios que precisam ser superados para que o turismo possa ser explorado de forma adequada e sustentável.

Uma das preocupações é com a falta de infraestrutura básica na região. A baixa qualidade da malha de mobilidade e a falta de transporte e de serviços para os turistas, como hotéis, restaurantes e equipamentos turísticos refletem diretamente na qualidade de vida da população local e na possibilidade de explorar o turismo como uma fonte de desenvolvimento econômico e social. A falta de divulgação dos atrativos turísticos dentro do território Kalunga também é um fator que prejudica o desenvolvimento do ecoturismo na comunidade. A baixa visibilidade dos atrativos turísticos e a falta de estrutura de atrativos poucos visitados para receber os turistas proporcionam um grande fluxo de pessoas visitando as principais cachoeiras, especialmente, a cachoeira Santa Bárbara, e um fluxo quase nulo nos demais atrativos. Existem uma extraordinária riqueza de atrativos naturais já identificados e diversas possibilidades para o surgimento de novos pontos turísticos, no entanto, os empecilhos citados obstam o pleno aproveitamento desse potencial.

É preciso considerar a dinâmica do uso e cobertura da terra para monitorar o impacto da atividade turística sobre o meio ambiente e preservar o equilíbrio ecológico da região. A partir da análise dos dados do MapBiomias, é possível notar uma diminuição significativa na área de rios e lagos, o que é preocupante tanto para as comunidades isoladas, que dependem dos rios tanto para o abastecimento de água quanto para o ecoturismo, já que cachoeiras são os principais atrativos turísticos. Além disso, há uma diminuição na vegetação nativa e um aumento na pastagem. A utilização dos dados do Mapiomas permite ter uma visão geral da evolução do uso e cobertura da terra, mas, para uma análise mais aprofundada e precisa, seria necessário mais tempo, recursos e uma escala de mapeamento mais detalhada, bem como o mapeamento das demais áreas importantes para o planejamento territorial, como a hidrografia, geologia, geomorfologia, pedologia etc. Todos os dados geoespaciais utilizados nesta pesquisa foram

dados secundários, pois, para a elaboração de dados primários, seria necessário uma equipe multidisciplinar, recursos financeiros e disponibilidade de tempo. Felizmente, já é algo que as lideranças Kalungas estão cientes e em busca de melhorar cada vez mais, eles também contam com apoiadores e investidores para esse e outros projetos. Em suma, é necessário uma organização, um planejamento territorial cauteloso e uma abordagem sustentável para o desenvolvimento do ecoturismo na comunidade Kalunga.

A exploração de comunidades vulneráveis, como a comunidade Kalunga, é uma realidade presente no Brasil e em muitos outros lugares do mundo, devido a pessoas que se aproveitam da situação de desvantagem dessas comunidades para obter lucro ou satisfazer seus próprios interesses, sem se preocupar com as consequências para a comunidade. O território Kalunga, como o maior quilombo do país, é uma referência e atrai pessoas interessadas em explorar a comunidade. Essas pessoas, aproveitando-se da falta de direitos e informação da comunidade, fazem promessas de projetos financeiros em prol da comunidade, mas muitas vezes esses projetos não se concretizam ou o dinheiro não é investido na comunidade. Além disso, há pessoas que cobram caro por imersões culturais na comunidade, sem sequer repassar o valor justo para a comunidade ou comunicá-los sobre o projeto. A falta de comunicação e explicação sobre as atividades que estão sendo realizadas torna a situação ainda mais problemática, já que os Kalungas podem acreditar que estão ajudando a comunidade, quando na verdade estão sendo explorados. A exploração do povo Kalunga é claramente prejudicial para toda a comunidade e limita a melhoria de sua qualidade de vida.

Por isso, é importante que a comunidade Kalunga e outras comunidades vulneráveis sejam protegidas e que as pessoas que desejam ajudar ou explorar a comunidade estejam cientes das consequências de suas ações. A sensibilização e a conscientização sobre a importância de preservar a cultura e os direitos dessas comunidades é fundamental para que a exploração acabe.

A comunidade Kalunga está empenhada com a preservação de sua cultura, identidade, história e ancestralidade, pois são vistos como sagrados e de valor imensurável, mas há exemplo que ajuda na conscientização de que aos poucos esses elementos estão se perdendo a cada nova geração. A perda do significado das festividades tradicionais para a geração mais jovem é vista como um alerta, assim como a dificuldade dos mais novos em contar sobre a sua história e cultura. O aumento do interesse dos turistas nas festividades pode ser uma oportunidade para o fomento da cultura, mas é importante ter cuidado ao envolver turistas para garantir que a

interação não prejudique ou dissolva a tradição. Os guias Kalungas e a comunidade Kalunga em geral apontam a necessidade de um atrativo específico para a história e cultura Kalunga como uma oportunidade para fomentar a valorização da cultura local e aproximar a comunidade Kalunga do restante do mundo.

5.2 Recomendações

O geoprocessamento é uma excelente ferramenta para o turismo, pois fornece informações valiosas sobre a área, ajudando a planejar e gerenciá-la de maneira eficaz e responsável. Ele deve ser usado para avaliar o impacto do turismo na comunidade e identificar áreas sensíveis, avaliar e gerenciar recursos naturais, como água, florestas, solos e minerais, de forma mais eficiente, além de monitorar a situação, avaliar o impacto ao longo do tempo e ajustar as políticas e práticas turísticas conforme necessário. Com seu auxílio do geoprocessamento é possível avaliar a capacidade de suporte do turismo, planejar rotas de turismo de forma mais eficiente para evitar impactos negativos na comunidade e no meio ambiente, garantir a distribuição equilibrada de visitantes em diferentes áreas e identificar novas áreas de potencial turístico e avaliar sua viabilidade para o turismo. Além disso, ele pode ser usado para garantir que o turismo seja gerenciado de forma responsável e sustentável, preservando a cultura e tradições da comunidade local.

No que diz respeito à infraestrutura, o geoprocessamento é essencial na planificação e gerenciamento da infraestrutura turística. Ele poderia ser utilizado para identificar as áreas onde a infraestrutura turística é necessária ou deve ser melhorada, e para planejar sua construção ou a melhoria de forma a atender às necessidades dos turistas e às demandas da comunidade Kalunga. Além disso, o geoprocessamento pode e deve ser usado para monitorar a utilização da infraestrutura turística, identificando pontos de sobrecarga e ajustando a capacidade conforme necessário.

Outras utilizações do geoprocessamento que poderiam ser implementadas para melhorar a qualidade dos serviços ofertados são i) a criação de mapas interativos para auxiliar os turistas na orientação e planejamento de suas viagens; ii) a análise de tendências, que é identificar padrões no turismo para informar decisões estratégicas e otimizar o planejamento turístico, e

ainda, iii) a ajuda na concessão de licenças para novos empreendimentos turísticos, avaliando sua conformidade com as leis ambientais.

Vale ressaltar que há diversas outras aplicações que as ferramentas do geoprocessamento podem auxiliar no ecoturismo indiretamente, e, com isso, poderiam ser implementadas para contribuir não apenas com o ecoturismo, mas para o bem-estar e qualidade de vida de toda a população, são elas: i) identificar e avaliar as ameaças ao meio ambiente, incluindo poluição, mudanças climáticas e erosão do solo; ii) avaliar e responder a questões de saúde pública, como a propagação de doenças e a distribuição de recursos de saúde; e iii) planejar e responder a emergências, incluindo desastres naturais, incêndios florestais e deslizamentos de terra. Em resumo, o geoprocessamento é uma ferramenta muito rica, que pode ser usada em muitos setores para melhorar a tomada de decisões, planejar e gerenciar recursos de forma mais eficiente e responder a questões complexas. Ele pode, ainda, ajudar a maximizar o potencial do turismo, minimizando os impactos negativos sobre a comunidade Kalunga e o meio ambiente.

Monitoramento, realização de pesquisas e análises constantes são importantes para avaliar regularmente os impactos do ecoturismo ao meio ambiente, na comunidade Kalunga e em sua cultura. É fundamental ouvir a comunidade local e considerar suas opiniões e perspectivas na formulação de políticas turísticas. Isso pode incluir a realização de fóruns comunitários, consultas, pesquisas de opinião, e, claro, a utilização do geoprocessamento.

As recomendações desses processos de monitoramento e avaliação dos aspectos físicos-naturais devem ser levadas em consideração para aprimorar as práticas turísticas e garantir que elas sejam benéficas, em primeiro lugar, para a comunidade Kalunga. Além disso, é importante implementar medidas para minimizar o impacto negativo do turismo sobre o meio ambiente, incluindo a gestão de resíduos, conservação de áreas verdes e a proteção de recursos naturais.

É importante também promover uma gestão turística responsável e sustentável para garantir que o turismo seja uma fonte de benefícios econômicos e sociais duradouros para a comunidade Kalunga. Isso pode ser feito a partir de implementação de normas e regulamentos para o turismo, a capacitação dos trabalhadores do turismo sobre as questões culturais e ambientais, a promoção de práticas de turismo sustentável e a criação de parcerias com a comunidade Kalunga e outros setores relevantes para garantir que as vantagens do turismo sejam compartilhadas de forma equitativa. Para isso, é importante estabelecer parcerias com

empresas e instituições locais, além de investir em capacitação e treinamento para os membros da comunidade.

A fim de garantir a continuidade desses esforços, é necessário que as políticas públicas e as práticas empresariais sejam orientadas pela sustentabilidade e pelo bem-estar da comunidade Kalunga. É importante que haja uma governança forte e efetiva para garantir que as políticas e regulamentos sejam implementados e cumpridos, e para lidar com quaisquer questões ou desafios que possam surgir.

A participação do povo Kalunga, necessariamente, deve ser de protagonismo, um agente ativo e principal em todos os projetos, pesquisas e tomadas de decisões, em geral, no que diz respeito a um dos bens patrimoniais mais importantes e sagrados para eles, o seu território, a sua terra. Logo, as associações Kalungas devem ser envolvidas ativamente no planejamento e gerenciamento do turismo na região para garantir que sua cultura e tradições sejam preservadas. Para isso, é importante estabelecer canais de comunicação abertos e efetivos, realizar consultas e fóruns comunitários, e considerar as opiniões e preocupações da comunidade na formulação de políticas turísticas.

Outro ponto importante é a sensibilização dos visitantes. Os turistas devem entender a importância das tradições culturais Kalungas e respeitar suas práticas e costumes. Pode ser útil, para isso, sensibilizar os visitantes por meio de campanhas de informação, material de informação turística, ou até mesmo sessões de orientação e educação antes de sua chegada ou assim que chegarem para a visita dos atrativos, seria interessante que isso fosse feito por membros da comunidade Kalunga.

Os operadores turísticos e guias também podem ser treinados, de forma mais enfática e assídua, para transmitir informações sobre a cultura Kalunga e ensinar aos turistas como respeitá-la, pois isso promove uma experiência mais positiva e enriquecedora para os turistas. Além disso, a inclusão de atividades culturais e de imersão na cultura Kalunga no roteiro dos turistas, como visitas a comunidades locais, participação em cerimônias e celebrações tradicionais, ou aulas de culinária e artesanato, podem ser uma forma de sensibilizá-los sobre a importância da preservação da cultura Kalunga e aprimorar sua compreensão e respeito a ela. Dessa forma, a comunidade Kalunga pode ser envolvida de forma mais direta no turismo e seus costumes e tradições poderão ser valorizados e preservados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, H. A de. **Climatologia aplicada à geografia**. [Livro eletrônico]. Campina Grande: EDUEPB. Universidade Estadual da Paraíba, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/36092298/CLIMATOLOGIA_APLICADA_%C3%80_GEOGRAFIA. Acesso em 20 set. 2022.

ALMEIDA, M. G. de. **Territórios de quilombos pelos vãos e serras dos Kalungas de Goiás: patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado**. Revista Ateliê Geográfico, v. 1, n. 9, p. 36-63, 2010.

_____. **Território quilombola, etnodesenvolvimento e turismo no nordeste de Goiás**. R. Ra'e Ga DOI: 10.5380/raega Curitiba, v.40, p. 130 -144 , Ago/2017.

ALVARES, C. A. *et al.* **Köppen's climate classification map for Brazil**. Meteorologische Zeitschrift, v. 22, n. 6, p. 711-728, 2013. Tradução. Disponível em: <http://www.ingentaconnect.com/content/schweiz/mz/2013/00000022/00000006/art00008?token=004f1a11bab2a729bc7e41225f40382d2c2b4652767446624550576b34272c5f7b3d6d3f4e4b34a>. Acesso em: 11 jan. 2023.

ALVARES, C. A.; STAPE, J. L.; SENTELHAS, P. C.; GONÇALVES, J. L. M.; SPAROVEK, G. **Köppen's climate classification map for Brazil**. Meteorologische Zeitschrift, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1127/0941-2948/2013/0507>.

ALVES, I. C. da S. **Políticas públicas, territorialidade e liberdade dos remanescentes de Quilombo Kalunga**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

ANJOS, R. S. A. dos. **Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil - Primeira Configuração Espacial** / Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. - Brasília: Edição do Autor, 1999.

_____. **Quilombos: geografia africana – cartografia étnica – territórios tradicionais**. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009. 190, p. 152. Igualdade Racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes.

_____. **Territorialidade Quilombola: Fotos & Mapas**. Brasília: Mapas Editora & Consultoria. 2011.

_____. **Geopolítica da diáspora África – América – Brasil. Séculos XV-XVII-XVIII-XIX** – cartografia para educação. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2012a.

_____. **Relatório da atualização do cadastro dos registros municipais dos territórios quilombolas do Brasil – 2012**. Relatório Interno do Projeto Geoafro. Brasília: Ciga/UnB, 2012b.

_____. “A Territorialidade dos Quilombos no Brasil Contemporâneo: uma aproximação”. *In: Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos*

Afrodescendentes/ Tatiana Dias Silva, Fernanda Lira Goes, organizadoras. – Brasília: Ipea, 2013.

_____. **Relatório Técnico:** Ação Kalunga – Laudo da Organização Territorial - Periódico Eletrônica: Geobaobás, v.1, n.2 (2017), p. 1 - 73 ISSN:2595-7988.

_____. Cartografia da diáspora África – Brasil. **Revista Da ANPEGE**, 7(01), 261–274.

AQK. **Projetos:** Georreferenciamento. Disponível em: <https://quilombokalunga.org/press/projetos/geoprocessamento-cepf/>. Acesso em: 2 dez. 2022.

BAIOCCHI, M. de N. **Kalunga:** povo da terra. 3 ed. Goiânia: Editora UFG, 2013.

BARBOSA, A. M.; SOARES, J. V.; MEDEIROS, J. S. de; VENEZIANI, P.; FLORENZANO, T. G. **Técnicas de geoprocessamento e sensoriamento remoto para mapas temáticos de ecoturismo: subsídios para planejamento.** GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 32, n. 423 - 441, ed. 2, mai/ago 2007. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1465>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL, Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – **Roteiros do Brasil:** Conteúdo Fundamental – Turismo e Sustentabilidade. Brasília, 2007.

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo** / Coordenação de Silvio Magalhães Barros II e Denise Hamú M. de La Penha. Brasília: EMBRATUR, 1994.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira.** 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: [s. n.], 2012. 1-271 p.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Manual Técnico de Geomorfologia.** 2. ed. rev. Rio de Janeiro: [s. n.], 2009. 1-175 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo:** orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CAMPOS, M. T. de S. **Utilização de técnicas do geoprocessamento na gestão pública municipal de Itapema-SC, identificando zonas especiais de interesse turístico.** Florianópolis, SC, 2010, p. 35.

CARRIL, L. F. B. **Quilombo, território e Geografia.** São Paulo. 2006.

CARVALHO, E. M. de; BALSAN, R.; LEITE, E. F. **Geoprocessamento aplicado no planejamento turístico:** discussão teórica. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três, Lagoas/MS, ano 8, ed. 15, p. 110 - 128, maio 2012. Disponível em: <http://www.orbital.ufms.br/index.php/revgeo-tl/article/view/414>. Acesso em: 10 out. 2022.

COSTA, V. S. **A luta pelo território**: histórias e memórias do povo Kalunga. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo) – Universidade de Brasília, Planaltina-DF, 2013.

EMBRATUR (Instituto Brasileiro do Turismo), MICT (Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo). **Política Nacional do Turismo para 1996-1999**: principais diretrizes, estratégias e programas. 1996.

EMPRAPA. Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos. **Manual de métodos de análise de solo**. Rio de Janeiro, SNLCS, 1970. p.233.

FARIA, K. M; S; ALMEIDA, M. G. **O discurso e a prática do Ecoturismo na visão desenvolvimentista em Comunidades de Quilombolas em Goiás, Brasil**. Confins [En ligne], 48 | 2020, mis en ligne le 08 décembre 2020, consulté le 30 décembre 2022. URL: <http://journals.openedition.org/confins/34231>; DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.34231>.

INCRA. **Acompanhamento dos processos de regularização quilombola**. Disponível em: https://www.gov.br/incra/ptbr/assuntos/governancafundiaria/Acompanhamentodosprocessosderegularizapquilombola_31.12.2022.pdf. Acesso em: 31 dez. 2022.

LOCH, C. **A interpretação de imagens aéreas**: noções básicas e algumas aplicações nos campos profissionais/ Carlos Loch. – 5.ed.rev.atual. – Florianópolis: Ed da UFSC, 2008.

MAPBIOMAS. **MapBiomass.org**. Disponível em: <https://MapBiomass.org/o-projeto>. Acesso em: 15 jan. 2023

MOESCH, M. M. **A produção do saber turístico**. 2 ed. São Paulo, SP: Contexto, 2002.

MOURA, G. **Quilombos contemporâneos**: resistir e vencer. Brasília: FCP, 2012.

MOVIMIENTO REGIONAL POR LA TIERRA. **ESTUDO DE CASO – Comunidade Quilombo Kalunga**. Disponível em <https://porlatierra.org/casos/67>. Acesso em: 05 dez. 2022.

OOSTERBEEK, L. **Fundamentos de Turismo**. Universidade Federal de Pelotas. Projeto Editora e Gráfica – UFPel, 2000. p. 45.

PANOSSO, A. **O que é turismo?** São Paulo: Brasiliense, 2010.

RODRIGUES, V. **Programa Brasil Quilombola**: Um ensaio sobre a política pública de promoção da igualdade racial para comunidades de quilombos. Cadernos Gestão Pública e Cidadania. São Paulo, 2010.

SANTOS, D. da S. **Identificação e mapeamento de áreas potenciais para atividades turísticas no município de Rio Tinto, Paraíba, Brasil**. 2012. 38 f. Monografia (Bacharel - Ecologia) - UFPB/CCAEE, [S. l.], 2012.

SANTOS, H. G. dos. [et al.]. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos** – 5. ed., rev. e ampl. – Brasília, DF: Embrapa, 2018. 1-356 p.

SANTOS, R. F. dos. **Quilombo Kalunga Comunidade do Engenho II**: limites e possibilidades para o turismo. 2019. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Centro de

Excelência em Turismo – UnB, Brasília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37857/1/2019_RosieneFranciscodosSantos.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

SILVA FERREIRA, W.; LEITE, M. E. **Tecnologias geográficas no ensino médio**: estudo de caso em escolas públicas de Montes Claros/MG. Revista Cerrados, [S. l.], v. 15, n. 01, p. 330–350, 2017. DOI: 10.22238/rc24482692v15n12017p330a350. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/1364>. Acesso em: 5 set. 2022.

SILVA, M. J. **Quilombos do Brasil Central**: Violência e Resistência Escrava. Goiânia: Kelps, 2008

SILVESTRE, E. R. **Geoprocessamento como ferramenta de apoio ao planejamento territorial do turismo no município de São Pedro/SP**. 2010. 90 f. Monografia (Bacharelado - Geografia) - UNESP, [S. l.], 2010.